



ITACI DE SOUZA E SILVA

História de Capão Bonito do Sul

Nordeste do Rio Grande do Sul



ITACI DE SOUZA E SILVA

HISTÓRIA DE CAPÃO BONITO DO SUL
Nordeste do Rio Grande do Sul



PASSO FUNDO
2023

© Itaci de Souza e Silva, 2023

O autor é integralmente responsável pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração

Alex Antônio Vanin

Álison Wagner Gomes da Silva

Revisão

A revisão do texto foi de responsabilidade do autor.

Projeto gráfico

Acervus Editora

Capa

Alex Antônio Vanin

Imagem da 1ª Capa

Foto aérea de Capão Bonito do Sul. Autoria não identificada. Fotografia gentilmente cedida pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Capão Bonito do Sul.

Imagem da 4ª Capa

Área do município de Capão Bonito do Sul. Fonte: Mapa elaborado por Ney Garcez de Almeida (2022).

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S729h Souza e Silva, Itaci de
História de Capão Bonito do Sul [recurso eletrônico] : nordeste do Rio Grande do Sul / Itaci de Souza e Silva. – Passo Fundo: Acervus, 2023.
4 MB ; PDF.

Inclui referências bibliográficas.
ISBN: 978-65-81266-52-3.

1. Rio Grande do Sul - História. 2. Capão Bonito do Sul (RS) - História. 3. História, política e sociedade. I. Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99686-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

Aos meus pais e minha esposa, pelo
apoio, compreensão e auxílio;

Aos entrevistados, pela contribuição,
paciência e intercâmbio de seus
conhecimentos;

A todos os que nos forneceram
materiais, imagens, mapas e dados,
principalmente do município de
Capão Bonito do Sul;

Ao professor João Carlos Tedesco,
pelo incentivo e auxílio na
confecção do presente trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 Lagoa Vermelha e a relação com Santo Antônio da Patrulha	15
CAPÍTULO 2 Emancipação política e administrativa de Lagoa Vermelha	49
CAPÍTULO 3 Os processos administrativos do município de Lagoa Vermelha	83
CAPÍTULO 4 Capão Bonito do Sul e sua história	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	223

INTRODUÇÃO

A história da formação de Capão Bonito do Sul relaciona-se diretamente à fundação de Lagoa Vermelha, com uma série de fatos e acontecimentos que influenciaram na constituição do território.

No ciclo do tropeirismo de muares, os negociantes de animais foram os principais responsáveis pela abertura de caminhos e rotas alternativas que davam acesso à região nordeste. O comércio de animais realizado pelos tropeiros entre o sul e o centro do país possibilitou maior integração cultural e movimentação econômica regional. A passagem e estabelecimento das primeiras famílias de tropeiros nesta região foram fatores primordiais para dar início ao processo de reconhecimento e povoamento territorial e de localidades que fariam parte do município de Capão Bonito do Sul. A elevação à condição de subdistrito, posteriormente a distrito de Lagoa Vermelha num contexto de crescimento econômico e expansão produtiva, surgia a possibilidade de buscar a emancipação política e administrativa.

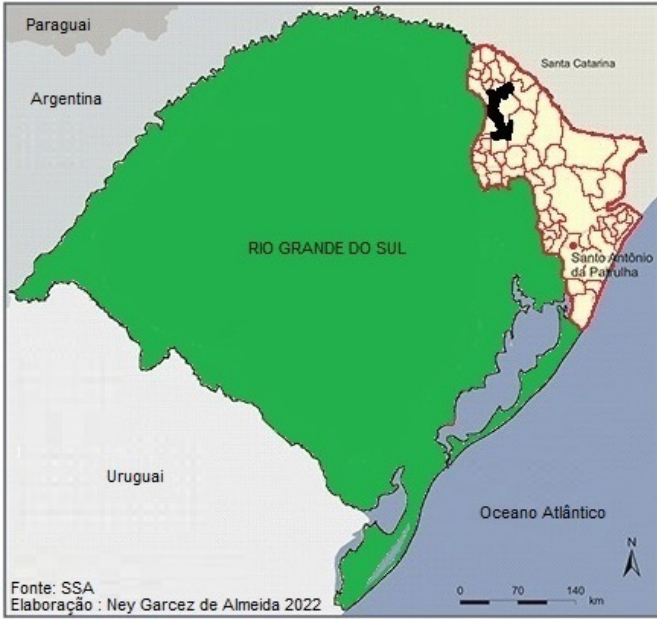
A chegada de novas famílias de origem europeia ao longo do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, vindas por ra-



zões distintas, muitas por motivação econômica, foram igualmente fundamentais para fortalecer a sua história e fundamentar uma identidade cultural regional. O crescimento da pecuária bovina e a ascensão da produção agrícola no município consolidaram-se como sendo as bases fundamentais da sua economia e que potencializaram investimentos no território. Além do setor primário, com destaque para a produção agrícola e a criação de gado, a prestação de serviços, a indústria madeireira, o serviço público, entre outros ramos da economia, foram também relevantes nesse contexto, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do município.

Após consolidada sua economia, Capão Bonito do Sul fortaleceu sua trajetória, sua cultura, seus costumes, seu modo de vida, seus valores, evidenciando a sua história como um município independente, priorizando investimentos nos diferentes setores da vida pública e privada, promovendo maior desenvolvimento social, econômico e cultural.

A análise e investigação se faz, portanto, necessária nesse cenário pela importância em abordar um tema relevante que apresenta uma riqueza de informações e fontes de pesquisa, cujo estudo torna-se indispensável e enriquecedor para registrar a história do município.

O Mapa 1 mostra a localização de Capão Bonito inserido no território que pertencia ao município de Lagoa Vermelha. Uma extensa área de terras que abrangia diversas outras localidades, que passaram a fazer parte do novo território.



-  **DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO ORIGINAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA EM 1809**
-  **PORÇÃO CORRESPONDENTE AO ATUAL TERRITÓRIO DE LAGOA VERMELHA - RS**

Mapa 1. Área original do município de Santo Antônio da Patrulha em 1809.
Fonte: Mapa elaborado por Ney Garcez de Almeida (2022).

O Mapa 2 mostra a atual localização territorial de Capão Bonito do Sul inserido na região que pertencia ao município de Lagoa Vermelha. Uma extensa área de terras que abrangia diversas localidades, como Lajeado dos Ivos, Barretos, Rincão Comprido, Passo do Paiol, entre outras que passaram fazer parte do novo município.



Mapa 2. Área do município de Capão Bonito do Sul. Fonte: Mapa elaborado por Ney Garcez de Almeida (2022).

O Mapa 3 mostra o atual território de Capão Bonito do Sul, cujos limites ao norte com o município de Esmeralda, ao sul e ao oeste com Lagoa Vermelha e a leste com Muitos Capões.

Metodologicamente, este estudo foi possível pela utilização de fontes bibliográficas cuja revisão de literatura possibilitou entender o processo de formação de Lagoa Vermelha e o surgimento do município de Capão Bonito do Sul. Foram analisados estudos voltados para a literatura regional e local.

MAPA DE CAPÃO BONITO DO SUL - RS



Mapa 3. Território atual de Capão Bonito do Sul. Fonte: Mapa elaborado por Ney Garcez de Almeida (2022).

À medida que o trabalho investigativo foi avançando, foram colhidas informações e dados econômicos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), documentos dos estabelecimentos de ensino e jornal informativo do município.

Após essa primeira etapa de análise bibliográfica e documental, passou-se trabalhar com fontes orais, sendo os relatos e infor-

mações colhidos junto aos moradores do município e descendentes de imigrantes italianos, que permitiram melhor fundamentar e enriquecer a temática, sobretudo a partir do momento em que foram confrontadas essas fontes orais com as escritas e com os documentos analisados. Também contamos com a colaboração de várias pessoas entrevistadas entre 2021 e 2022 cuja memória ainda viva nos ajudou a esclarecer e aprofundar a história de Capão Bonito do Sul através dos relatos, experiências e vivências no decorrer da formação do município.

Organizou-se um questionário sobre o tema da pesquisa com dia e hora marcados para o contato com as pessoas a serem entrevistadas, momento em que deram seu depoimento sobre a história do município. Foram momentos de recepção calorosa e amigável por parte dos envolvidos nessas entrevistas. Após alguns minutos de exposição dos motivos da pesquisa, iniciamos a entrevista gravada e posteriormente transcrita e analisada. Em encontros aleatórios, colhemos depoimentos de pessoas que prontamente nos davam outras informações, inclusive documentos escritos e fotografias. Tendo em mãos esses depoimentos, procurou-se organizar, ajustar e sistematizar os estudos em quatro capítulos, estruturados de forma que se possa ter uma compreensão da construção da história do município de Capão Bonito do Sul.

No primeiro capítulo, analisa-se o contexto do surgimento do município de Santo Antônio da Patrulha, os desafios e dificuldades em administrar um vasto território no qual os distritos se localizavam em áreas distantes e ofereciam pouca comunicação, uma vez que a arrecadação tributária era um dos fatores primordiais para o desenvolvimento. A instalação da Colônia Militar de Caseros tinha por objetivo assegurar aos tropeiros e aos novos moradores contra qualquer ameaça que pudesse ocorrer, uma vez que as terras eram povoadas pelos indígenas e agora sendo

ocupadas pelas famílias de imigrantes que chegavam da Europa. A Colônia Militar ficava encarregada de aldear os indígenas, pacificá-los e dar mais segurança a todos.

No segundo capítulo, aborda-se os principais aspectos da trajetória de Lagoa Vermelha após sua emancipação política e administrativa, a formação das estâncias de criação de gado, o aspecto econômico da pecuária bovina, as relações comerciais entre os moradores de Lagoa Vermelha e as áreas coloniais da serra e o litoral norte, os diferentes grupos étnicos e sociais, como sírios, libaneses, italianos, alemães, integrando-se à sociedade local. Enfatiza-se o contexto da colonização italiana e alemã no Rio Grande do Sul, com ênfase ao deslocamento do maior número dos imigrantes italianos em direção ao território de Lagoa Vermelha.

No terceiro capítulo, analisa-se as principais realizações dos governantes de Lagoa Vermelha, o processo de emancipação dos distritos, os avanços, melhoramentos e benfeitorias que se consolidaram ao longo do século XX, a indústria, o comércio e a expansão da agricultura mecanizada. Analisa-se ainda a economia do município, como a pecuária bovina, a indústria madeireira, a produção agrícola e o aprimoramento e diversificação de raças bovinas. Por fim, destacam-se os motivos pelos quais levaram à mobilização da sociedade para a emancipação político-administrativa de Capão Bonito do Sul.

No quarto e último capítulo, enfatiza-se a história de Capão Bonito do Sul, contextualizando o tropeirismo de muares, a relação com Lagoa Vermelha, o desenvolvimento do município, as motivações econômicas, os investimentos alternativos, o fortalecimento do comércio regional entre os tropeiros e moradores das áreas coloniais, a formação da comunidade, o desenvolvimento social, econômico e cultural, a expansão da agricultura, a criação

de ovinos, a trajetória política de Capão Bonito do Sul. Por fim, apresenta-se a formação do município, seus governantes e representantes, os desafios e dificuldades do recém-formado município, as conquistas da população e ampliação no processo educacional.

CAPÍTULO 1

LAGOA VERMELHA E A RELAÇÃO COM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

Após a chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808, foram tomadas medidas pelo governo no sentido de promover a centralização administrativa da colônia e possibilitar maior desenvolvimento econômico e social da nova nação. Entre as primeiras deliberações foram a abertura dos portos às nações amigas, ampliação e abertura de estradas, criação do Banco do Brasil e Jardim Botânico, fundação do Museu Nacional, entre outras medidas importantes naquele contexto. Com relação ao povoamento no interior do território brasileiro, deu-se início ao processo de colonização e exploração nas províncias nacionais através do incentivo à vinda de imigrantes europeus para o Brasil. A política de colonização visava, sobretudo, a ocupação dos “espaços vazios” e a defesa do território contra eventual invasão espanhola e garantir a própria hegemonia da nação. A imigração europeia foi a alternativa para substituir a mão de obra escrava, com trabalho assalariado, e promover o branqueamento da população.

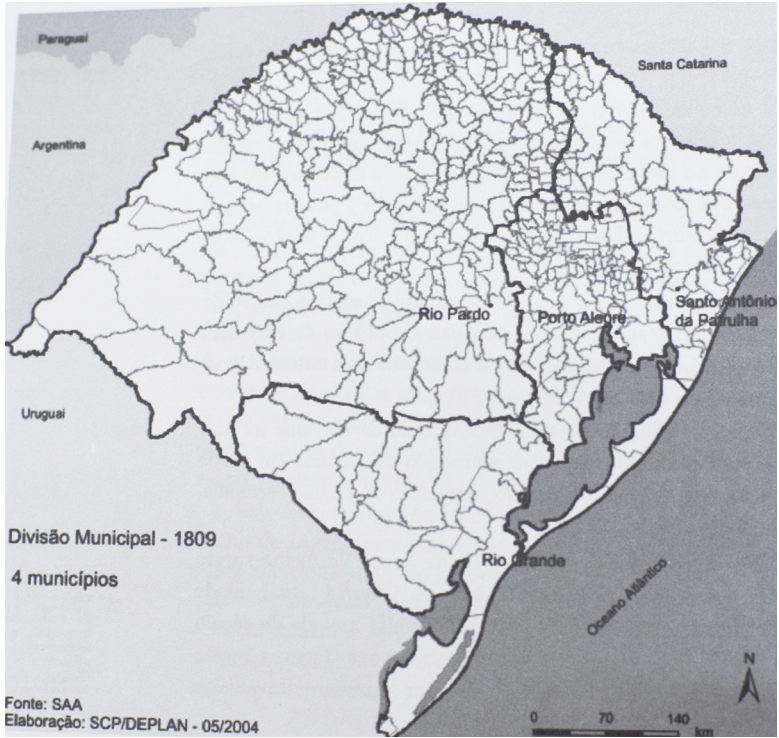
A maioria dos investimentos e incentivos fiscais concentraram-se nas áreas que gerariam maiores lucros e dividendos para a Coroa portuguesa, como o cultivo da cana-de-açúcar na região

Nordeste, a produção de café no Sudeste e a atividade de mineração na região de Minas Gerais. Inicialmente, o sul do Brasil não despertava maiores interesses por ser uma região de clima tropical e bastante fria no inverno, o que não favorecia o cultivo de cereais como no centro do país. Num primeiro momento era vista como uma região onerosa e que não oferecia lucros imediatos.

Mesmo assim, foram adotadas algumas medidas em relação ao sul do Brasil, foram criados quatro municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo. Santo Antônio da Patrulha surgia nesse cenário como um pequeno povoado, criado em 1811, formado nas proximidades da rota dos comerciantes de animais durante o chamado “ciclo do tropeirismo”. Esse município abrangia uma área bastante extensa, que incluía a partir de 1840 o então distrito de São Paulo de Lagoa Vermelha.

Segundo Barroso (1993, p. 90), coube a Santo Antônio da Patrulha, através de sua Câmara instalada em 3 de abril de 1811, administrar a vasta área municipal de 34.184 km², reunindo como distritos a freguesia N. Sra. de Oliveira da Vacaria, na Serra (fazendo parte a capela de São Francisco de Paulo de Cima da Serra e São Paulo da Lagoa Vermelha, esta surgiu na década de 1840) e a freguesia de N. Sra. da Conceição do Arroio, atualmente território de Osório, no Litoral.

O município de Santo Antônio da Patrulha, nessa época, deparava-se com inúmeras dificuldades de comunicação e de governança dos distritos, localizados nos Campos de Cima da Serra. O único caminho para chegar a essas comunidades era através da estrada aberta, por onde os tropeiros conduziam os muares desde 1733, conhecida como “Caminho da Serra Velha”. Nesse trajeto havia obstáculos e perigos que tornava esse trajeto uma verdadeira aventura, terrenos irregulares, acidentados, atoleiros, precipícios, riscos iminentes de ataque de animais selvagens.



Mapa 4. Divisão municipal do Rio Grande do Sul. Fonte: ALMEIDA (2008, p. 54).

Trindade (1992, p. 159), em seu estudo sobre os tropeiros, destaca que as atividades eram muito arriscadas e desgastantes, pois atravessavam sertões extensos, com marcha monótona, ataques de feras, todo tipo de animais peçonhentos, doenças, solidão, dificuldades de obter alimentos, muitos cuidados com as tropas tanto na alimentação como no abastecimento de água, climas variados, subida de serras, travessia de rios, dormiam em barracas, às vezes no relento, no chão duro, ataques dos indígenas, entre outros desafios.

Diante de tudo isso, os tropeiros começaram a buscar caminhos alternativos, que os conduzissem com mais facilidade e

segurança nos locais de criação de muares, onde eram negociados e levados até os centros consumidores. A partir de 1770, os tropeiros utilizavam o chamado “Caminho das Missões”, uma rota alternativa menos íngreme e que facilitava o deslocamento pelo interior da província. A partir desse novo traçado, os funcionários de Santo Antônio da Patrulha também utilizavam esse caminho para se comunicarem com alguns distritos.

Até 1840, nos Campos de Cima da Serra, havia apenas dois povoados: Vacaria e São Francisco de Paula. A ocupação tardia desse território relaciona-se à hostilidade dos povos indígenas, que se rebelavam com frequência defendendo seu território contra a exploração e apropriação de suas terras pelo homem branco. Assim a tarefa colonizadora tornava-se cada vez mais difícil, havendo muitos assassinatos, mutilações de pessoas, destruição do que fora construído.

Barroso (1993, p. 34) explica que a tardia ocupação da área com assentamento de outros povoadores estava relacionada, sobretudo, à resistência das populações indígenas contra a invasão de seu território. Muitos desses confrontos, assassinatos e emboscadas, são encontrados na documentação da Câmara de Santo Antônio da Patrulha.

Nesse contexto, além dos perigos e violência das tribos indígenas, havia outras dificuldades que tornavam a comunicação e o deslocamento para os distritos de Santo Antônio da Patrulha uma tarefa desafiadora. Apesar da abertura do novo caminho, poucas pessoas assumiam a responsabilidade da cobrança de impostos devido à distância, às cheias do rio das Antas no inverno inviabilizava a passagem. A tributação era sobre os diversos produtos transitados, como couro, charque, animais cavaleiros e muares, madeiras, tornava-se reduzida a arrecadação pela falta de fiscalização. Do pouco que era recolhido a parte maior ficava para os cofres da

província e o que sobrava para município, sem possibilidade de realizar alguma obra ou manter a própria cobrança dos impostos.

Barroso (1993, p. 98) explica que aos distritos localizados na região serrana restava para a Câmara apenas as rendas menores da arrecadação tributária, especialmente sobre a licença de carretas, olarias, casas de negócios, registros de marcas, comércio de mascates, lojas, oficinas, armazéns, açougues, arrecadação no passo das antas e outros três instalados na divisa com Santa Catarina: Pontão; Lageano, em Lagoa Vermelha; Santa Vitória, em Vacaria.

Santo Antônio da Patrulha administrava uma extensa área de terras, reunindo a freguesia (distrito) Nossa Senhora de Oliveira da Vacaria, que incluía a capela de São Francisco de Paula de Cima da Serra e São Paulo de Lagoa Vermelha, e a freguesia (distrito) Nossa Senhora da Conceição do Arroio, atualmente cidade de Osório. Lagoa Vermelha ficou distrito a partir de 1840, quando ocorreu a ocupação e o estabelecimento efetivo de moradores na região, formando a chamada “Grande Lagoa Vermelha”, com a construção da capela de São Paulo de Lagoa Vermelha e do Núcleo de Moradores que se estabeleceram ao seu entorno.

COLÔNIA MILITAR DE CASEROS

Em meados do século XIX, foram projetadas duas colonizações na região Nordeste do estado pelo governo imperial visando a pacificação dos indígenas através da instalação da “Colônia Militar de Caseros”. Um entreposto militar cuja finalidade principal era manter a ordem e proteger o território, buscando resolver e ajudar a solucionar os conflitos com a população indígena, oferecendo mais segurança para a colonização das terras, para os comerciantes de animais e os moradores. Objetivava também abrir caminhos para interligar as regiões no estado e as regiões do país,

explorar a erva-mate, a produção agrícola e dar apoio aos aldeamentos de Santa Isabel, localizado nas proximidades do Mato Português, e de Pontão, atualmente na região de Barracão.

Barroso (1993 p. 99), em seu trabalho sobre o distrito de Santo Antônio da Patrulha, enfatiza que na segunda metade do século XIX, entre 1859 e 1862, o distrito de Lagoa Vermelha se destacava por dois projetos de povoamento, o que não aconteceu nos demais distritos serranos ao longo dos anos de 1800. Trata-se da “Colônia Militar de Caseros”, criada pelo decreto imperial nº 2.504, de 16 de novembro de 1859, localizada no pontão, entre a estrada de Passo Fundo e Lagoa Vermelha, e a “povoação de Santa Bárbara”, demarcada em 1862 pelo engenheiro de obras públicas da província Antônio Augusto de Arruda.

Apesar dos esforços de pacificação durante o século XIX, os conflitos entre as populações indígenas, caboclos, posseiros, fazendeiros, colonos continuaram latentes. Essa situação preocupava as autoridades porque dificultava o processo de colonização efetiva, e os moradores locais ficavam inseguros diante das ameaças dos indígenas. Mesmo diante dessas adversidades, aos poucos consolidava-se a tomada do território e a tentativa de aldear das populações nativas que perturbavam as autoridades e os moradores.

Tedesco e Vanin (2018, p. 50) explicam que nos primeiros anos da política dos aldeamentos o governo provincial empenhou-se em formar e consolidar pontos de estabelecimento de indígenas em localidades afastadas dos povoados. Nonoai, Guarita, Campo do Meio e Pontão foram centrais até 1852 no que tange aos esforços para o aldeamento, justamente por concentrar-se um número elevado de nativos.

A instalação da Colônia Militar de Caseros era uma estratégia para consolidar a apropriação da terra pelos colonizadores, agregando o elemento indígena na manutenção e desenvolvi-

mento do empreendimento. À medida que novos moradores iam se estabelecendo, os conflitos na região se intensificavam, tornando-se necessária a solução para a situação indígena a fim de garantir a segurança aos povoados, as rotas de passagem e comércio já existente. A fundação da Colônia Militar de Caseros foi uma alternativa para tentar ajudar a resolver essas questões e combater as investidas de ladrões, que provocavam seguidamente prejuízos aos estancieros no roubo de gado.

O entreposto militar inicialmente seria formado por militares prussianos, aliados dos soldados brasileiros, que participaram na guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), envolvendo a disputa territorial pela Bacia do Prata. De acordo com o combinado e legalmente estabelecido, os mercenários prussianos, após o término do contrato e do conflito na Bacia do Prata, receberiam pagamento em dinheiro pelos serviços prestados ao Império brasileiro, e retornariam para a Europa ou podiam se estabelecer no território brasileiro com direito a receber um lote de terra. A maioria decidiu ficar no Brasil e participar de projetos de colonização, desencadeada no século XIX. A disponibilidade de soldados alemães seria oportuna para a criação da Colônia Militar de Caseros.

Para Tedesco e Vanin (2018, p. 62), as intenções de criar a Colônia Militar de Caseros eram expressas ainda em 1852, intrinsecamente relacionadas à guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852). O conflito ocorreu, as forças dos ditadores Oribe, do Uruguai, e Rosas, da Argentina, contra o Império brasileiro, tendo como aliado o exército sublevado contra Rosas das províncias de Corrientes e Misiones da Argentina e os opositores de Oribe do Uruguai.

Porém, a maioria dos soldados prussianos se recusaram a aceitar os lotes coloniais em razão de terem que trabalhar na lavoura, atividade bem diferente da formação militar e da própria falta de conhecimento no cultivo da terra, isso provavelmente te-

nham sido as razões que levaram os soldados alemães a se dispersarem pelo território brasileiro, ou para as regiões da Argentina, ou até mesmo voltarem para a Europa, a maioria preferiu integrar-se nas comunidades da colonização alemã no sul do Brasil.

Segundo Passiani (2016), citado por Tedesco e Vanin (2018, p. 68-69), a brevidade da Guerra do Prata em relação à duração do contrato resultou na dispersão dos *bummers* pelo território sul-rio-grandense, a maioria optou pelo recebimento da gratificação, poucos voltaram para a Europa e muitos (e)migraram para Buenos Aires, Montevideú e Santa Catarina. O contingente de *brummer* que se fixou no Rio Grande do Sul foi nas zonas de colonização alemã, integrando-se na condição de artífices, comerciantes e industriais.

No final de 1857, a Colônia Militar de Caseros foi efetivada por soldados brasileiros que deram baixa do Exército e uma maioria por colonos sem vínculo militar. Estes ficaram responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura, junto com outros trabalhadores do ramo, que, posteriormente, se estabeleceram no núcleo militar. A partir de então, a Colônia Militar de Caseros controlava o contingente das forças do Exército brasileiro distribuído no território da província. A edificação foi construída às margens da estrada das tropas, aberta nesse período, ligando Passo Fundo e Lagoa Vermelha, nas proximidades da coletora de Pontão, justamente para dar apoio e proteção na arrecadação tributária.

Os projetos de colônias militares já tinham sido implantados em outras regiões do Brasil, visando auxiliar na proteção e segurança do território e evitar conflitos em nível regional. Algumas colônias tiveram resultados positivos, outras se fragilizaram pelas dificuldades, mesmo assim os entrepostos militares tiveram importância e contribuíram para o desenvolvimento econômico e social da região.

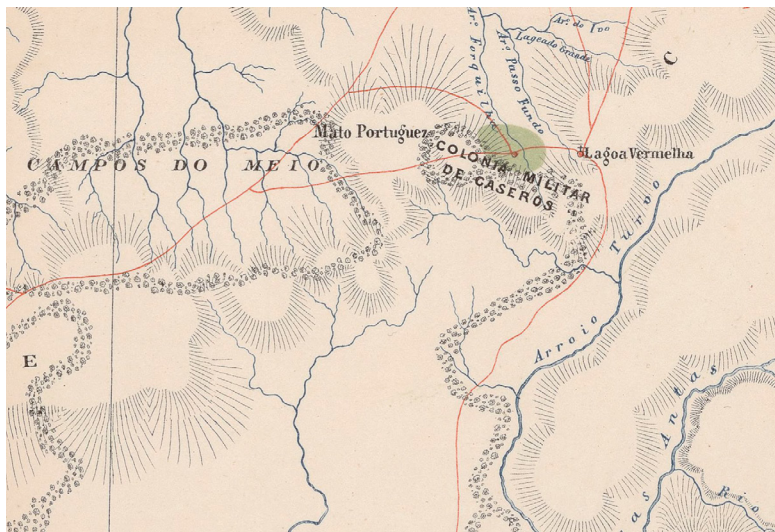
Tedesco e Vanin (2018, p. 73) ressaltam que, nas províncias do Brasil meridional, a experiência da fundação de colônias militares já não era algo novo. A colônia militar de Santa Thereza, na província de Santa Catarina, e a colônia militar de Nossa Senhora do Jataí, na província do Paraná, já existiam desde 1854 e 1855, respectivamente. Após instituídas, ficaram envolvidas num mesmo âmbito de intencionalidades, ou seja, proteger o interior, as vias de comunicação, o comércio e o controle dos grupos sociais.

A Colônia Militar de Caseros, apesar do empenho e esforço do governo imperial e provincial no sentido de alcançar os resultados esperados, enfrentou várias dificuldades de gerenciamento, desde a falta de pessoas qualificadas para o trabalho, carpinteiros, ferreiros etc., e a falta de efetivos para compor a força militar e resolver os conflitos com os indígenas. Na prática, pouco foi feito, porém, permaneceram as ameaças, os ataques. A própria produção agrícola não alcançou os resultados esperados, ocorreu pouca produtividade nos produtos milho, feijão, arroz, batata, mandioca, amendoim etc., provavelmente porque muitos colonos não eram produtores rurais e desconheciam o trabalho agrícola, o que contribuía cada vez mais para gerar conflitos internos, inviabilizando o projeto desse entreposto militar.

Apesar das dificuldades, houve resultados positivos nos empreendimentos, como a abertura da “estrada das tropas”, que se tornou um dos principais caminhos utilizados pelos tropeiros na condução de muares até a província de São Paulo. A rota facilitou o acesso pelo mato português até Campo do Meio, um dos locais de criação de animais muares, passando a ser comercializados pelos tropeiros no centro do país. A manutenção dos serviços de conservação e reparos desse trecho era realizada pelos funcionários da colônia; mesmo permanecendo em contínuas ameaças pelas poluições indígenas, tem ajudado a amenizar o contrabando e o

comércio ilícito na região. A extinção desse núcleo militar ocorreu em 1878 cujo povoado foi integrado ao território da Grande Lagoa Vermelha.

Tedesco e Vanin (2018, p. 371) destacam que por ordem do governo imperial a Colônia Militar de Caseros foi extinta em 19 de fevereiro de 1878, sendo a população oficialmente emancipada do regime militar. A partir dessa data, apesar de as estruturas da colônia ainda existirem, a povoação se tornou independente do governo provincial e imperial, sendo desativada a máquina administrativa e os funcionários quase todos dispensados. O povoado de Caseros integrou-se ao território da freguesia de Lagoa Vermelha, anexado na condição de localidade interiorana, no início do século XX tornou-se distrito do município de Lagoa Vermelha.



Mapa 5. Colônia Militar de Caseros. Fonte: TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. *Entre a espada, a cruz e a enxada: A Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878)*. Erechim: All Print, 2018.

ALDEAMENTOS INDÍGENAS: SANTA IZABEL E PONTÃO

No final do século XIX, apesar dos esforços das autoridades em combater o que as autoridades militares da época denominavam de agressividade das populações indígenas, ainda permanecia latente esse problema. A passagem pelo mato português e o mato castelhano, áreas que abrangiam vasto território com matas fechadas e áreas de campos e rios, tornava-se uma ameaça à segurança da população. Existiam os povos indígenas Kaigang e Coroados que, além de promover disputas territoriais, atacavam com frequência viajantes e tropeiros que passavam pelo seu território onde dava acesso à região das Missões na captura dos animais muares para comercializar no centro do país.

Diante dessa insegurança, os viajantes organizavam-se em caravanas, grupos de oito a dez pessoas para fazer a travessia. Também eram contratados os chamados “bugreiros” para acompanhá-los, eram indivíduos especializados no combate às populações indígenas e que prestavam serviços de proteção aos viajantes e tropeiros. Essa era uma forma de proteger-se contra as investidas frequentes das populações indígenas, que viam o homem branco como um usurpador, invasor e agressor aos seus costumes e às suas terras.

Nesse período de colonização efetiva havia já propriedades rurais distribuídas pelo território de Lagoa Vermelha, as quais eram alvos frequentes das tribos. Os ataques eram violentos, matando animais domésticos, queimando casas, vitimando pessoas, expulsando os moradores para lugares mais distantes. Diante desses fatos, buscando solucionar ou, pelo menos, amenizar essa situação de conflitos, o governo provincial decidiu autorizar a fundação de aldeamentos indígenas. O primeiro foi criado em 1859, denominado Aldeamento Santa Isabel.

A localização desse aldeamento era na entrada do mato português, entre Lagoa Vermelha e Mato Castelhano, onde havia condições de cultivar uma variedade de produtos agrícolas, como milho, feijão, amendoim, mandioca, entre outros. Também havia fontes de água que beneficiariam as populações indígenas e os demais moradores. A atuação imperial era reunir as duas tribos dispersas no território, lideradas pelo cacique Doble e o capitão Chico, delimitando e reduzindo a área dessas populações para liberar as terras e promover a pacificação.

De acordo com Barbosa (1981, p. 14), o novo aldeamento Santa Isabel localizava-se na entrada da picada do mato português, numa área de terras férteis e com várias fontes de água. Havia cerca de 29 casas e um galpão coberto de palha. Nesse local deu-se início o trabalho da lavoura num espaço de 15 alqueires. Aos poucos os indígenas se acostumavam, tomando gosto pelo trabalho agrícola e aceitando a catequização, tornando-se cristãos, cujos cuidados espirituais ficavam ao encargo do capelão da Colônia Militar de Caseros e de outros missionários, inclusive do padre Antônio de Moraes Branco, morador de Lagoa Vermelha. Após alguns anos de funcionamento, dificuldades de ordem econômica, conflitos entre os próprios indígenas e uma série de outros problemas, esse aldeamento foi extinto, em 1862. O cacique Doble e outros indígenas migraram com suas tribos para a Colônia Militar de Caseros, onde passaram a integrar àquela comunidade, dedicando-se ao trabalho da lavoura.

Na região de Pontão, atualmente Barracão, também havia um significativo número de indígenas, os coroados, promoviam, segundo as autoridades militares, desordens e investidas contra os moradores e viajantes que passassem por essa localidade. Após a fundação do município e a abertura da estrada de Pontão, rota alternativa de passagem de tropeiros com os animais, tornou-se

necessário instituir um novo aldeamento. O objetivo também era aldear um maior número possível de indígenas.

Homens, mulheres e crianças deviam ser aldeados para poder catequizá-los e mantê-los no local para evitar conflitos. Em 1849 houve esforços e tentativas para organizar o aldeamento de Pontão, porém só em 1856 foi oficialmente criado pelo governo da província, e Francisco Ignácio Ferreira (Chico Furriel) foi seu diretor, pioneiro da fundação de Lagoa Vermelha. Após tentativas de contatar com as populações nativas, vários índios foram aldeados, inclusive o cacique Braga, principal líder da nação coroadá.

Barbosa (1981, p. 18) destaca que no dia 26 de dezembro de 1856 o governo provincial criou oficialmente o aldeamento de Pontão, nomeando como diretor Francisco Ignácio Ferreira (Chico Furriel). Enfatiza, em seu relatório, que “não foi possível reunir os índios do Cacique Doble, que estão arranchados ao pé da fazenda do diretor, que pede ferramentas e roupas para eles e a presença de missionários”.

Apesar da tarefa evangelizadora, com a colaboração de índios pacificados e que recebiam pagamento pelos trabalhos, as dificuldades foram inúmeras ante uma população totalmente alheia aos costumes dos colonizadores. Desde os primeiros contatos com os nativos, os riscos de agressividade e violência eram iminentes. O problema de convencer a população acostumada à vida nômade, com uma cultura totalmente diferente, e submetê-la a uma vida sedentária, obedecendo e seguindo regras do homem branco, tornava a tarefa muito desafiadora. Além da resistência por parte de alguns indígenas em se submeterem a um território restrito, com medidas coercitivas, provocava discussões acaloradas e desavenças entre os colonizadores e indígenas.

Todos esses fatos contribuía para fragilizar as relações sociais da comunidade. No entanto, a determinação do governo im-

perial e a necessidade de desenvolvimento regional consolidaram a fundação e a criação do aldeamento. Mesmo tendo pouca duração, sendo abandonado alguns anos depois, aldear era importante para o governo, pois concentraria indígenas e suas lideranças e facilitaria o processo civilizatório, destituindo o caráter de apropriação do território enraizado na cultura indígena. Apesar desses entraves de desenvolvimento e consolidação de aldeamentos indígenas, houve avanços com resultados positivos no empreendimento. Muitas populações tornaram-se menos agressivas e mantiveram melhor relacionamento com os moradores localizados em suas terras.

FUNDAÇÃO DE LAGOA VERMELHA E A RELAÇÃO COM CAPÃO BONITO DO SUL

Lagoa Vermelha surgiu nesse contexto, estando relacionada diretamente à migração dos primeiros tropeiros de muares, que demandavam para o sul em busca desses animais e serem comercializados no centro do país. Caminhos foram abertos, rotas foram traçadas visando facilitar o deslocamento dos negociantes e encurtar as distâncias em relação à província de São Paulo. A influência da região das Missões e dos padres jesuítas exerceu também na formação da “Grande Lagoa Vermelha”, pela presença de um considerável número de animais dispersos no território. Esses são alguns fatores que convergiram para a consolidação do novo município.

O território que viria a pertencer à Grande Lagoa Vermelha era ocupado por populações indígenas oriundas de várias tribos, entre as quais se destacavam a Guarani, Kaingang e os Coroados, como ficaram sendo chamados os últimos povos a se estabelecerem na região norte/nordeste do território gaúcho. Essas populações viviam basicamente da caça de animais, coleta de vegetais e

frutas, da pesca e do pastoreio. Levavam uma vida nômade, deslocando-se frequentemente de um lugar para outro e se estabeleciam em locais onde havia alimentos para a subsistência.

Muitos indígenas se encontravam na região das Missões, reunidos e aldeados pelos padres jesuítas. Recebiam instruções religiosas e convertidos à religião católica através do trabalho evangelizador. O aldeamento era autossuficiente, tinha uma infraestrutura administrativa, econômica e cultural que funcionava em caráter comunitário. Nesse local havia também um grande número de animais bovinos, introduzidos na região, no início do século XVIII, pelos missionários jesuítas para a manutenção do povoado. Os nativos trabalhavam na agricultura, produziam erva-mate, realizavam trabalhos de fiação e tecelagem, metalurgia, entre outras necessárias para suprirem as necessidades da população.

Maestri (2006, p. 67), em seu estudo *História e ocupação do Rio Grande do Sul*, ressalta que o gado vacum, cavalari e muar seria originário, sobretudo, dos animais introduzidos pelos jesuítas, na margem direita do rio Uruguai, e pelos espanhóis de Buenos Aires, na margem setentrional do rio do Prata. As técnicas e os hábitos pastoris sulinos eram a continuação dos ensinamentos dos missionários. Nas estâncias e invernadas missioneiras, criavam os animais nas excepcionais pastagens naturais e a reprodução natural do rebanho – escassez relativa de animais predadores, invernos e verões benignos, pastos e aguadas abundantes.

O crescimento e prosperidade do empreendimento jesuíta despertou o interesse dos exploradores portugueses que procuravam capturar esses animais e levá-los para a feira em Sorocaba. Ao mesmo tempo levavam índios capturados para trabalhar nas regiões no centro do país, tanto nas lavouras como na mineração. Em meados do século XVIII, algumas expedições formadas por bandeirantes atacaram e conquistaram as reduções jesuíticas,

muitos indígenas foram capturados e levados como escravos, os demais fugir passando para o território ocidental do rio Uruguai ou morreram na luta. Diante dessas investidas, um número expressivo de gado *vacum* se dispersou pelo território gaúcho, com o passar dos anos formaram um número grande de animais soltos. Esse gado missioneiro, conhecido como “chimarrão”, parte deslocou-se para a costa atlântica, denominado gado da “vacaria do mar”, outra parte alcançou as regiões das florestas araucárias, denominado de “vacaria dos pinhais”.

Silva (2004, p. 32), em seu estudo sobre a ocupação do território e as primeiras fazendas no norte do Planalto, ressalta que os rebanhos se reproduziam rapidamente, estimulados pelo clima ameno, boas pastagens e aguadas, que formaram as imensas estâncias missioneiras, localizadas na margem esquerda do rio Uruguai até a Lagoa dos Patos. Duas grandes reservas de gado foram formadas: a vacaria do mar, localizada na imensa área delimitada pelos rios Camaquã e Negro e o litoral, e a vacaria dos pinhais, localizada no planalto, no atual Campo de Cima da Serra.

Nesse contexto, por volta do século XVIII, ocorreu a descoberta das minas nas regiões de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, onde a mineração foi mais intensa, atraindo populações em busca da prosperidade econômica e ascensão social. À medida que a mineração prosperava, gerando lucros e dividendos para a Coroa portuguesa, havia necessidade cada vez maior de trabalhadores nas minas, assim como de animais para o transporte das riquezas e dos alimentos para os trabalhadores. Até porque, com o elevado número de pessoas estabelecidas na região, acabou gerando a crise de abastecimento. Havia riqueza mineral, mas faltava-lhes alimentos. As transformações ocorridas em razão das atividades mineradoras contribuíram para que o centro econômico da colônia se concentrasse em

Minas Gerais, provocando um deslocamento enorme de pessoas para essa região.

Segundo Pozzebon (2002, p. 51), as transformações provocadas pela atividade mineradora deram como resultado final o deslocamento do eixo econômico das regiões açucareiras para as regiões das minas. A própria capital da colônia foi transferida, em 1763, da Bahia para o Rio de Janeiro, já que o porto facilitava a comunicação e fiscalização do produto das minas negociados com o exterior.

A mão de obra utilizada no trabalho da mineração foi a indígena e africana, por longos anos trabalharam escravos na extração do ouro e no transporte de cargas. As condições nesses locais muitas vezes eram insalubres, trazendo doenças, debilidade, às vezes a morte. À medida que crescia o processo de mineração, atrelado a uma demanda de transporte imposto pela economia de exportação da Coroa portuguesa, essa realidade tornou-se insustentável. Necessitavam cada vez mais de trabalhadores, mas o preço do escravo no mercado estava elevado. A solução para essa questão era a utilização de muares, animais resistentes e apropriados para o transporte de cargas, encontrados nos campos do sul e nos países vizinhos, Uruguai e Argentina.

Straforini (2001, p. 23) explica que à medida que se intensificou a atividade mineradora, o índio e o negro não mais conseguiam atender a demanda de transporte imposta pela economia de exportação, tendo em vista que para esse trabalho exigia-se uma grande quantidade de escravos, uns nos trabalhos das minas e outros no transporte. Essa realidade tornou-se insuportável em razão do alto preço do escravo no mercado. A alternativa encontrada foi, então, o emprego de muares, encontrados nos campos sulinos uruguaiois e argentinos.

O relevo acidentado de Minas Gerais, recortado por monta-

nhas, solo pedregoso e com vegetação densa, dificultava a utilização de carroças puxadas por bois. Até meados do século XVIII, supria-se a demanda de transporte de mercadoria no uso do cavalo; porém, a contínua expansão da riqueza mineral requeria animais mais fortes e que melhor se adaptassem ao terreno montanhoso, além disso o gado existente na região não se reproduzia rapidamente para atender à demanda mineradora.

Flores (1998, p. 15), em seu estudo sobre o tropeirismo no Brasil, enfatiza que os terrenos acidentados das regiões mineiras dificultavam o uso de carro de bois e a carroça. A solução foi o uso de muares como cargueiros, animais compactos e capazes de suportar cargas e longas jornadas pelas rudimentares trilhas.

Com o apoio do governo imperial, que visava à exploração e ocupação mais efetiva do sul do Brasil, e visava suprir à demanda mineira com os animais dessa província, foram organizadas expedições de reconhecimento e povoamento da região. Num primeiro momento os esforços se concentraram na abertura de caminhos que conduzissem os negociantes de animais com mais facilidade e segurança em direção aos locais de criação de muares. Apesar das dificuldades de locomoção e adversidades que a natureza impunha, desde atoleiros, matas fechadas e ataques de animais etc., o interior do território brasileiro passou a ser explorado e transitado por aventureiros, exploradores e negociantes de animais.

Desde o século XVI, as atividades pecuárias desenvolvidas no extremo sul estavam relacionadas aos impulsos na demanda da região de Minas Gerais por laços certamente duradouros. Tais ligações se associavam fundamentalmente ao fornecimento de animais de carga, dos quais dependia a economia da região Centro-Sul para seu funcionamento. Esses animais eram criados em condições altamente favoráveis nas planícies do sul, geograficamente adequadas para a pecuária e já estruturadas em torno

dessa atividade quando do primeiro surto de demanda das Minas Gerais (Suprinyak; Restitutti, 2009).

Nesse contexto iniciou o ciclo do tropeirismo no Brasil cuja atividade voltava-se para o comércio e transporte de animais muares pelo interior do território brasileiro, especialmente do sul para o centro do país. Esse comércio teve maior relevância econômica e notoriedade no Brasil a partir de 1750, quando ocorreu a instalação de um posto de controle e cobrança de impostos sobre a entrada e saída de animais na cidade de Sorocaba, local estratégico onde eram levados os animais para serem leiloados e distribuídos às diversas regiões do país, sobretudo em Minas Gerais. A passagem sistemática de tropas de mulas do sul rumo às feiras sorocabanas tornou-se uma atividade rotineira e a instalação de coletoras de impostos sobre esse comércio passou a ser obrigatória, por gerar cada vez mais lucros para os cofres públicos das províncias, sobretudo da Coroa portuguesa.

Prestes (1999, p. 36-37) observa que em 1736 foi inaugurada a coletora de impostos em Iguazu, perto de Curitiba, outra no rio Negro, uma terceira em Sorocaba, em 1750. As primeiras tropas não passavam em Sorocaba, mas em Itu, com a cobrança de tributos a partir de 1750. A passagem por Sorocaba tornou-se obrigatória, pois a travessia do rio só podia ser feita pela ponte, onde foram instalados a porteira de Registro de Impostos e o quartel.

Os tropeiros de muares surgiram como os principais protagonistas do comércio de animais, articuladores e exploradores do interior brasileiro, substituindo gradativamente os bandeirantes. Após várias tentativas de abrir caminhos para facilitar o deslocamento da província de São Paulo ao território gaúcho, foi descoberta uma rota alternativa que dava acesso aos campos de Vacaria, cruzando o rio Pelotas no passo de Santa Vitória, na região do atual município de Bom Jesus. Nesse local foi instalado, em 1780,

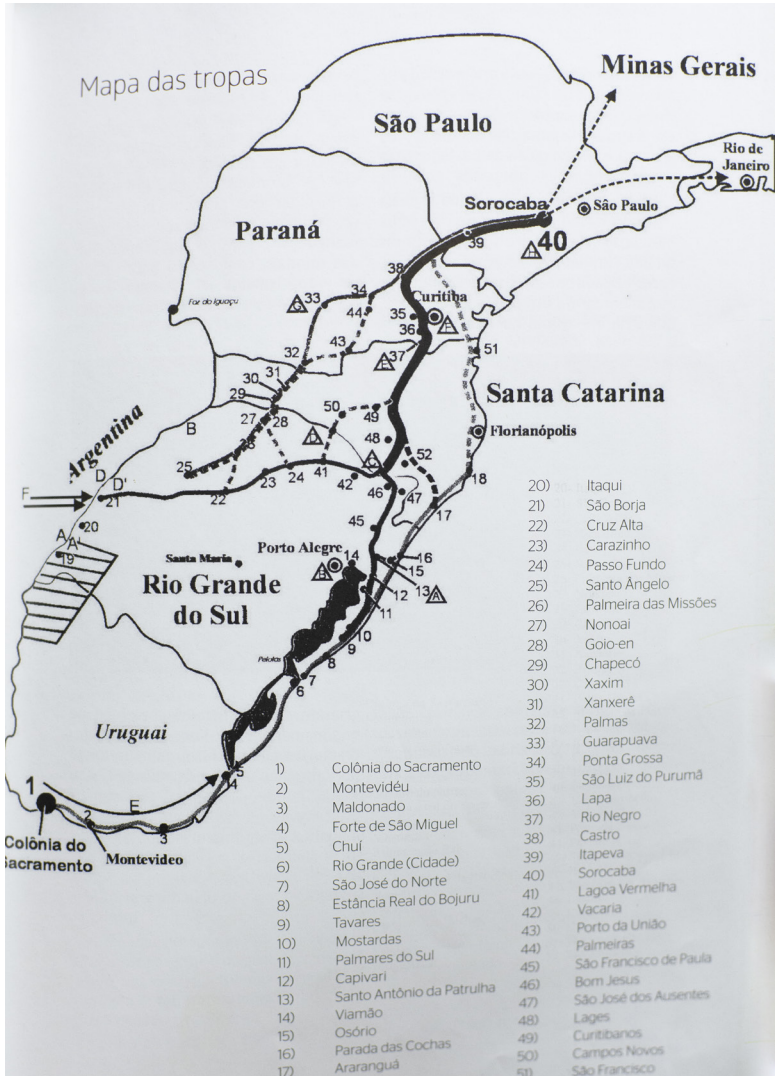
um registo de cobrança de impostos pela passagem de animais para arrecadar tributos aos cofres públicos. Essa rota facilitava o deslocamento dos tropeiros, a maioria seguia por áreas de campos e de coxilhas acompanhando o traçado da atual BR 285, chegando ao território de Lagoa Vermelha.

A busca por animais concentrou-se, num primeiro momento, na direção da região norte da Argentina, onde existiam os maiores criatórios de muares devido às pastagens naturais e água salobra, condições favoráveis para a criação dessa espécie. Porém, devido à distância e às dificuldades de deslocamento, os tropeiros optaram por explorar as reservas de animais no interior do Rio Grande do Sul, localizavam-se mais próximas dos centros consumidores. A partir dessa mudança, a província gaúcha passou a ser a principal fornecedora de muares ao mercado consumidor do Sudeste.

Segundo Westphalen (1999, p. 229), eram os animais do Rio Grande do Sul que despertavam maior interesse dos negociantes, por isso a proposta era a abertura de caminhos que possibilitassem conduzir os animais até São Paulo com menos sofrimento. Em 1725, Cristóvão Pereira de Abreu, com tropas próprias, junto com outros tropeiros abriram um caminho que facilitava a chegada até Sorocaba, conhecido como “Novo Caminho de Viamão”. Em 1815, Atanagildo Pinto Martins, membro da real expedição de conquista dos campos de Guarapuava, traçou uma nova rota na província gaúcha que passava pela região norte/nordeste do território gaúcho, cruzando em Lagoa Vermelha.

Fonseca (2004, p. 49-50) afirma que Atanagildo, guiado por índios, cruzou o rio Pelotas no passo do Pontão, saindo no território de Lagoa Vermelha, onde atingiu a estrada real de Santa Vitória, atravessando o mato português, Campo do Meio e o mato castelhano, saindo nos campos de Passo Fundo. Cruzou o passo deste rio, abaixo da atual cidade de mesmo nome, e pelo campo

limpo chegou até o comando militar de São Borja, onde se apresentou. A partir desse fato foi oficializada a nova rota, em 1816, abrindo um novo horizonte para o tropeirismo.



Mapa 6. Os caminhos do sul por onde trafegavam os tropeiros de mulas. Fonte: CÔRTEZ, João Carlos D'Ávila Paixão. Danças birivas do tropeirismo gaúcho. Porto Alegre: Corag, 2000, p. 52.

Essa expedição abriu novos traçados, reduziu as distâncias, evitou a travessia de rios e facilitou o deslocamento dos tropeiros. Esse novo caminho ficou conhecido como “Vereda das Missões”, o primeiro aberto para chegar à região das Missões. Partia dos campos de Guarapuava, o qual não servia apenas para viajantes e negociantes de animais, mas também para as expedições de povoamento que buscavam o reconhecimento e exploração econômica no território gaúcho.

Nesse caminho foi construído um posto de fiscalização e coleta de impostos da travessia de animais, prática comum durante o ciclo do tropeirismo. Essa coletora foi instalada em 1850 no Passo do Pontão, local estratégico que oferecia mais uma alternativa de passagem de animais e facilitava o deslocamento dos tropeiros em direção ao norte/nordeste da província gaúcha. Financeiramente, esse empreendimento representou maior arrecadação tributária para os cofres públicos, e os recursos provenientes do Passo de Santa Vitória, localizado no rio Pelotas, passaram a ser direcionados para a estruturação e manutenção dessa nova coletora.

Através do comércio interprovincial, as relações sociais e econômicas se fortaleciam, contribuindo para a formação de pequenos povoados ao longo das rotas dos negociantes, posteriormente transformavam-se cidades, em razão da necessidade de garantir a passagem dos tropeiros e da cobrança de pedágio.

Segundo Trindade (1992, p. 46), no século XVIII, quando teve início o tráfego de animais no extremo sul para a região central do país, verificou-se maior movimentação da economia brasileira. A região Sul até então era vista como onerosa para a Coroa portuguesa, mas passou a ser muito produtiva ao lado de Minas Gerais, movimentando grande quantidade de recursos em razão da atividade mineradora, onde eram necessários animais para o transporte, e o sul complementava economicamente no forne-

cimento de animais muares. Inicialmente, os tropeiros levavam grandes tropas, e também transportavam produtos variados de origem animal, como carne seca, couro, sebo etc.

Nesse contexto, abriram-se caminhos para as frentes de ocupação do território gaúcho. As empresas colonizadoras públicas e privadas visavam promover o repovoamento de algumas regiões da província até então consideradas inabitadas pelo governo imperial. No século XVIII, algumas expedições de reconhecimento e de tropeiros (luso-brasileiros) adentraram nos campos das regiões da província com o objetivo de conseguir muares e bovinos e estabelecer alguns núcleos de povoamento. O apresamento dos animais se tornou um serviço rotineiro e o abate do gado bovino se configurou como uma atividade rentável. Até porque, nesse período, o gado bovino não era considerado um bem econômico, servindo apenas para a subsistência das fazendas. Caçavam o gado xucro mais para comercializar couro, sebo e algumas partes de carne de charque.

Kühn (2002, p. 66-67) observa, em suas considerações, que havia verdadeiros “bandos” de caçadores de gado que se caracterizavam na atividade de tropeiros de gado até Sorocaba, onde os animais eram revendidos aos moradores de Minas Gerais. Essa fase durou aproximadamente até 1730, quando se iniciou a formação das estâncias de criação de gado. Dessa forma começaram as concessões de sesmarias¹ para os chefes tropeiros e para os militares, dando início ao processo de sedentarização da atividade pecuária.

Portanto, algumas propriedades rurais eram concebidas como sesmarias, outras eram apenas ocupadas, apossavam-se das terras. Alguns proprietários residiam em outras províncias, delegavam atribuições e cuidados da fazenda a capatazes e agregados.

¹ Sesmarias eram lotes de terras distribuídos a um beneficiário, em nome do rei de Portugal, com o objetivo de cultivá-los.

Toda organização da estância, construção de moradias, geralmente era realizada em locais de fácil acesso, onde haveria mais segurança aos moradores, geralmente em lugares abertos e próximos de fontes de água. A partir de 1830 ocorreu o estabelecimento, pode-se dizer, definitivo de moradores, dando início ao processo efetivo da formação de estâncias voltadas para a criação de gado.

De acordo com Straforini (2001, p. 33),

[...] as fazendas e estâncias do Sul, onde se criavam o gado vacum, cavalar e muar, também foram importantes para a fixação e expansão da fronteira brasileira. Elas eram concebidas sob a forma de sesmarias aos proprietários da terra, negociantes e ocupantes de cargos públicos das cidades de São Paulo, Santos e Curitiba. Porém esses proprietários preferiam continuar morando nas cidades, outorgando a outros o dever do trabalho nessas terras sob a forma de salário ou participação nas crias.

A preferência pela região nordeste devia-se a vários fatores, entre os quais o conhecimento topográfico e as vantagens econômicas. De acordo com Silva (2007), “geograficamente a região nordeste do Rio Grande do Sul, limita-se ao oeste, com a região do médio alto Uruguai; ao sul, com a região de produção e serra; a leste, com a região das hortências e norte, com o estado de Santa Catarina. Fisiograficamente, é denominada de região dos campos de cima da serra”.

Desde 1750 a região dos campos de cima da serra era transitada pelos negociantes de gado e mulas das missões até a província de São Paulo. Território que passou a ser explorado e ocupado pelos luso-brasileiros, que frequentemente realizavam paradas para descanso, pouso e alimentação durante o transporte. Alguns desses locais de parada começaram a se formar pequenas vilas,

com conhecimentos dos recursos naturais e econômicos, como fontes de água, pastagens nativas e lugares apropriados para a criação de animais. No passar dos anos, começaram a se fixar e se instalar em definitivo, iniciando a formação de currais para a criação de animais.

Na década de 1840, a maior parte da região nordeste ficou ocupada por tropeiros vindos de diferentes regiões do país, especialmente da Lapa, que já exploravam economicamente o território gaúcho. José Ferreira Bueno com sua família delimitou uma área de terras para a fundação de um povoado, que viria ser Lagoa Vermelha. O objetivo dessa deliberação, em comum acordo com outros moradores, provavelmente tenha sido para formar um município e contribuir com seu desenvolvimento e prosperidade.

Segundo Nepomuceno (2001, p. 103), os principais fazendeiros, pioneiros no território de Lagoa Vermelha, foram representados por tropeiros paulistas e paranaenses, que frequentemente vinham apresar o gado xucro e comercializá-lo na província do Paraná e São Paulo. Na medida em que se estabeleciam na região, fundavam estâncias, assim procedendo a fixação nessa terra.

O local foi escolhido estrategicamente pelo fato de haver áreas de campo e de matas nas proximidades de uma fonte de água (lagoa), e por se encontrar no entroncamento de duas estradas, a das tropas e a de Pontão. Nesse lugar, a maioria dos tropeiros se reunia para descansar e passar a noite em acampamentos improvisados. No dia seguinte seguiam, atravessando com segurança o mato português e o mato castelhano.

Piardi (2007), em suas considerações sobre a BR 470, resalta que “o povoamento de Lagoa Vermelha e de toda a região está ligado em razão de duas estradas: uma que ligava as Missões a Vacaria, atualmente a BR 285, e outra que seguia em direção a Santa Catarina e ao Paraná pelo Passo do Pontão, no rio Uruguai

(Pelotas), a atual BR 470. Nesse cruzamento tropeiros passavam para descansar junto a lagoa de águas avermelhadas”.

Em 1845, a população construiu uma pequena capela, inaugurada pelo padre Cândido Lúcio de Almeida, pároco de Vacaria, oficializando a fundação de Lagoa Vermelha. Posteriormente, em razão do crescimento do povoado e da população, ergueu-se uma igreja maior. Esse novo templo religioso passou a ser chamado de Capela de São Paulo de Lagoa Vermelha, em homenagem ao padroeiro São Paulo Apóstolo, inaugurada em 1849, oficializando de fato a fundação de Lagoa Vermelha.

Segundo Barbosa (1996, p. 90), em 1848 foi decidido construir uma capela maior para acolher os muitos fiéis em vista do aumento da população. De acordo com as informações registradas no *Livro de batismo*, nos dias 2 e 7 de outubro de 1849, o padre Cândido Lúcio de Almeida, pároco de Vacaria, esteve pela primeira vez realizando batizados na Capela São Paulo de Lagoa Vermelha.

Os serviços religiosos eram realizados pelos párocos de Vacaria, além da assistência espiritual, eram encarregados de ministrar os valores da fé cristã, dogmas e tradições. A presença do capelão constituía-se numa pessoa indispensável para os habitantes que seguiam os preceitos da religião cristã. A capela foi elevada à categoria de Freguesia de São Paulo de Lagoa Vermelha, passando a ter um vigário permanente para a realização dos rituais religiosos.

Para Barbosa (1981), no dia 17 de fevereiro de 1857 foi criada a freguesia de Lagoa Vermelha com vigário permanente e em 26 de outubro do mesmo ano foi extinto o município de Vacaria, passando as freguesias de São Paulo de Lagoa Vermelha e Nossa Senhora de Oliveira de Vacaria a pertencer novamente ao município de Santo Antônio da Patrulha.

Após a fundação do novo município, o comércio de animais

e de mercadorias de origem animal ainda continuou sendo destinado para o centro do país. A venda de mulas ainda mantinha sua relevância e maior cotação comercial em relação aos demais animais, sendo a principal fonte de renda dos tropeiros e estancieiros. Após um período de bons negócios e ganhos econômicos, em 1860 começaram os primeiros sinais de crise no comércio interprovincial, conseqüentemente o declínio da atividade tropeira no país.

Os principais motivos que levaram a queda na venda de animais foi a construção de ferrovias em algumas regiões do país, que substituíam gradativamente o transporte de mulas. Ocorre também, nesse período, incentivo e investimento na criação de gado na região de Minas Gerais para suprir a demanda da região e do Rio de Janeiro. Em 1875 realizou-se a ligação férrea entre Sorocaba e São Paulo, fazendo com que Sorocaba perdesse o monopólio na distribuição de muars.

Trindade (1992, p. 72), em seus estudos sobre os tropeiros, ressalta que até a inauguração da ferrovia o muar era o principal meio de transporte. As tropas transportavam o minério, a produção agrícola, os mantimentos, enfim, toda movimentação comercial do país.

[...] O comércio chegava a toda a parte nas costas dos burros. As comunicações – notícias, mensagens – iam e voltavam com as tropas. Foi uma das mais importantes entre as poucas atividades econômicas “relativamente fortes no passado brasileiro que se organizou em função da existência de um mercado interno” [...]. O Brasil andou de mula, até o advento da ferrovia [...].

O movimento migratório começou a se intensificar em torno de 1880 aproximadamente. Famílias do centro do país se dirigiam para a região Sul, onde os tropeiros e pecuaristas fundaram comu-

nidades no decorrer do século XIX. O estabelecimento de propriedades rurais e a formação de estâncias de criação de gado consolidaram-se na região Nordeste, especialmente em Lagoa Vermelha, justamente como investimentos alternativos para compensar as perdas financeiras causadas pela crise. A criação de bovinos, sobretudo de mulas, e demais produtos de origem animal destacam-se no mercado consumidor nas regiões de colonização italiana e alemã no Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina. O comércio em algumas localidades se fortaleceu, havendo, portanto, maior mobilidade dessa atividade econômica no sul do Brasil.

Segundo Tedesco (2020, p. 240-241), em meados do século XIX, o território do norte/nordeste da província tornou-se fundamental para a passagem de tropeiros com gado e mulas até o final desse século, em razão disso ganhou características específicas pela paisagem natural no formato de propriedade da terra (em geral de grandes proporções) e na criação pastoril. Lagoa Vermelha possuía um amplo território no norte da província, era um espaço fundamental para a geopolítica governamental, para o repovoamento com imigrantes de diversas nacionalidades, para a colonização e interligação regional e interprovíncias sulinas.

A criação de gado fortaleceu-se e continuou sendo o objetivo principal dos estancieiros e tropeiros da “Grande Lagoa Vermelha”. O comércio em nível regional e com a província de Santa Catarina tornou-se relevante e fundamental para a manutenção do sistema extensivo de criação de gado, consequentemente gerando novos lucros com essa atividade econômica. Apesar da agricultura já ser praticada em meados do século XIX no território de Lagoa Vermelha, com plantio de algumas culturas de inverno e verão, com destaque para o milho, feijão e o trigo, a pecuária bovina renascia como investimento alternativo, buscando atender uma demanda cada vez maior na província gaúcha.

Segundo Melo e Grau (2017, 34),

[...] mesmo que a pecuária fosse a principal atividade, através da comercialização do couro usado para canastras, arcas, lastros para cama, toldos e caixas, já havia alguns indícios de atividades genuinamente agrícolas para a subsistência. Nos principais cultivos eram utilizados o milho, o feijão, o trigo, a batata doce, a mandioca e a moranga. Praticava-se a agricultura da queimada.

Assim que se estabeleciam na região, os novos moradores procuravam um local adequado para edificar suas casas e organizar sua propriedade, onde formavam pequenas hortas e arvoredos, cultivando ervilha, alface, macieiras, figueiras etc., até como forma de garantir a posse da terra. Normalmente a sede ficava próxima a fontes de água, árvores nativas e frutíferas em seu entorno. Além da criação de gado bovino, investiam também na criação de muares, equinos e outros pequenos animais, ovelhas, porcos, galinhas etc.

Barbosa (1981) destaca que “os pioneiros seguiam o princípio filosófico *Res nullius primo occupanti*, coisa de ninguém é do primeiro ocupante. Em geral, como prova de ocupação efetiva de uma fazenda, para fins de se obter título de propriedade, levava-se em conta, além de edificação de casas, a existência de árvores de espinhos como laranjeiras, bergamoteiras, limeiras, limoeiros, etc.”

Para ratificar a nova propriedade, alguns moradores solicitavam ao Governo central a concessão de posse definitiva, outros, porém, ocupavam áreas como simples posseiros, grileiros etc. Geralmente as propriedades eram divididas por rios, sangas e matas, servindo inclusive de divisas da terra ocupada. Essas propriedades constituíam-se num grande patrimônio, além da extensão territo-

rial e da sede da fazenda, havia galpões, currais, mangueirões etc., e construções destinadas à moradia de funcionários.

Para Melo e Grau (2017),

[...] as propriedades não possuíam divisas legalizadas. Seus limites eram demarcados pelas características naturais do terreno, sangas, cordilheiras, serras identificadas e a critério de cada colonizador, que, após a apropriação, reconhecimento da área, desbravamento e formação do rebanho fazia sua requisição de posse denominada: Concessão de Sesmaria, que eram concedidas por algum favor militar ou por estratégia de ocupação de terras com fins de colonização e defesa do território.

A vinda de novos moradores ao território da Grande Lagoa Vermelha continuou relevante na segunda metade do século XIX, movidos sobretudo por questões econômicas ou em busca de novas oportunidades de trabalho e investimentos. Dedicavam-se no ramo da pecuária e agricultura, ou exerciam profissões na área da saúde, como João Jorge Moogem, médico clínico-geral, nascido em Londres, Inglaterra, migrou para o Rio de Janeiro em 1834, posteriormente partiu para o norte/nordeste da província gaúcha. Além de médico foi um dos primeiros tropeiros e comerciantes a percorrer o território de Lagoa Vermelha, estando entre os fundadores do município.

Segundo Barbosa (1981, p. 273), “[...] João Jorge Moogem acompanhou como tropeiro seus amigos, especialmente Francisco Inácio Ferreira (Chico Furriel), que se fixou no atual distrito de Clemente Argolo, conhecido por Estância Velha, onde João Jorge Moogem, antes de se transferir para a sede do município, residiu, sendo por isso, a localidade conhecida por Vila dos ingleses”.

Por volta de 1862, João Jorge estabeleceu-se definitivamente em Lagoa Vermelha, fazendo parte dos profissionais da saúde, oferecendo atendimento médico à população. As ramificações familiares adentraram na economia, profissionais liberais, funcionários públicos e iniciativa privadas. Outros tornaram-se pecuaristas, políticos, seguiram a carreira da medicina, odontologia, entre outras ocupações relevantes no desenvolvimento regional e na própria sociedade de Lagoa Vermelha.

Em torno de 1880, novos grupos sociais chegam ao município, muitos de origem italiana, atraídos principalmente pelas extensas áreas florestais de araucária. O ecossistema era formado por camadas de árvores de pequeno, médio e grande porte, com predomínio do pinheiro. A maioria dos imigrantes trabalhava no ramo madeireiro, desde o corte e preparo da madeira para construção de moradias, galpões, entre outras edificações. Alguns eram proprietários de serrarias, onde eram prestados serviços por simples trabalhadores assalariados.

A partir da segunda metade do século XIX, de acordo com Tedesco (2020, p. 240), o processo de abertura de estradas e vias que interligavam a região criou condições para a constituição de empresas colonizadoras, instalação de madeireiras, industrialização da erva-mate. Assim, formaram-se vilarejos, distritos e municípios, e os (i)migrantes entendiam ser esse espaço uma nova fronteira econômica, migrando para essa região comerciantes, mascates, caixeiros-viajantes, estabelecimentos comerciais, redes de fornecedores e vendedores.

A exploração econômica dos ervais nativos consolidou-se em uma atividade relevante para o município. A partir da ampliação e abertura de estradas e com o estabelecimento de famílias de imigrantes europeus na região norte e nordeste da província gaúcha,

essa cultura ganhou maior notoriedade e importância comercial em nível regional no território de Lagoa Vermelha.

De acordo com o relatório apresentado pelo presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, vários fatores contribuíram para a exploração econômica dos ervais nativos. Nesse viés, Bueno destaca:

Outro fator relevante que contribuiu para a exploração dos ervais foi a abertura de estradas para facilitar a comunicação entre os centros comerciais. Um exemplo dessa natureza, incentivada pelo governo Imperial, foi a construção de uma estrada que partia de São Leopoldo, passava por Taquari e seguia para os Campos de Cima da Serra, até cruzar com a estrada que saía da região das missões, atravessava o norte da província e seguia em direção a Província de São Paulo. De modo geral, essas conexões visavam facilitar a catequização indígena, a exploração dos ervais existentes nesses espaços e facilitar a ocupação (Bueno, 1850, p. 13).

A colheita da erva-mate e o transporte eram realizados de forma rudimentar. O corte consistia basicamente na utilização de trabalhadores rurais no uso de facões e foices para a derrubada dos galhos e o transporte era no lombo de animais ou em carroças. No local apropriado, davam sequência as etapas de preparo, armazenamento, comercialização da erva-mate para os consumidores. Posteriormente surgiram locais mais apropriados para o processamento industrial e comercial, o transporte já não era tanto no lombo das mulas, mas em caminhões.

A pecuária, indústria e comércio em geral, aliados ao campo extrativista (madeira e erva-mate), no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, marcaram o território de Lagoa Vermelha. A agricultura aos poucos ganhava espaço e importân-

cia, assim como surgiam novas profissões tanto na área urbana como na rural, entre as quais domadores, agregados de fazendas, sapateiros, funcionários públicos. Dessa forma começavam a ser incorporados na economia o ramo do comércio varejista e o da indústria madeireira.

Nesse contexto, uma série de dificuldades separava Santo Antônio da Patrulha e Lagoa Vermelha, entre as quais a distância entre o município-mãe e seu distrito causava problemas de comunicação e deslocamento; a falta de pessoas para fiscalizar a coleta de impostos e administrar a nova divisão territorial, isso preocupava as autoridades locais. O potencial econômico da região destacava-se na pecuária bovina e na produção agrícola, aliadas à necessidade de gerir cada um seu próprio território. A ideia de Lagoa Vermelha emancipar-se era cada vez mais evidente. O projeto de colonização na região nordeste incentivou a vinda de imigrantes para essa região, motivo pelo qual Lagoa Vermelha buscava de todas as formas ter autonomia política e administrativa.

Portanto, até aqui foram evidenciados alguns aspectos importantes que contribuíram para o desenvolvimento da região nordeste da província, como também a fundação de Lagoa Vermelha e a formação do município de Santo Antônio da Patrulha, com suas dificuldades e desafios em administrar o território permeado de perigos e de pouca arrecadação tributária. Esses desafios e dificuldades foram as razões mais relevantes que contribuíram para consolidar Lagoa Vermelha um município. A Colônia Militar de Caseros foi instalada estrategicamente com objetivos de oferecer segurança para os moradores e pacificar as comunidades indígenas e uma tentativa de formar e consolidar os aldeamentos de Santa Izabel e Pontão para amenizar ou até solucionar os ataques frequentes das populações indígenas contra os moradores, viajantes, tropeiros. O tropeirismo clássico de mulas foi respon-

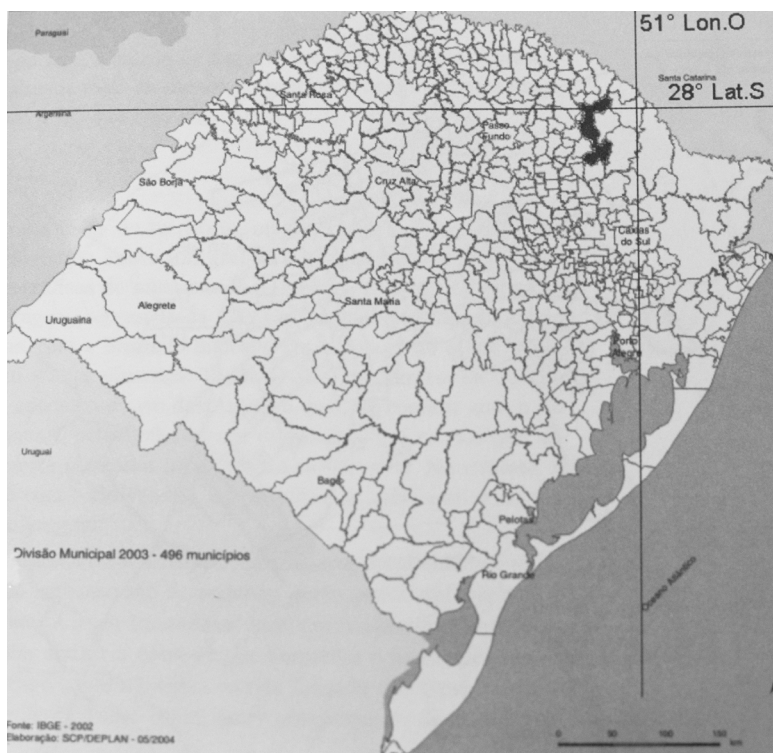
sável pela abertura de caminhos e integração social, cultural e comercial entre os moradores das diferentes regiões do Sul, Sudeste e Missões, e do próprio país. Vimos também a fundação de Lagoa Vermelha, a relação com os tropeiros de mulas principais protagonistas da fundação, reconhecimento, exploração econômica e colonização efetiva da região. Por fim, analisamos a vinda de novos grupos sociais ao município e a ampliação econômico da pecuária bovina, indústria madeireira, comércio, extrativismo como os pilares da economia do final do século XIX. No próximo capítulo, abordaremos os principais fatos políticos e econômicos de Lagoa Vermelha.

CAPÍTULO 2

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DE LAGOA VERMELHA

Para melhor entendermos o processo que culminou na formação do município de Capão Bonito do Sul, neste segundo capítulo vamos abordar e analisar alguns aspectos importantes na trajetória de Lagoa Vermelha após a emancipação política e administrativa, contextualizando, inicialmente, a formação das estâncias de criação de gado e a importância econômica da pecuária bovina no município. As relações comerciais consolidadas no início do século XX entre moradores de Lagoa Vermelha e as áreas coloniais da serra e o litoral norte, foram também fundamentais para integrar econômica, social e culturalmente essas regiões ao município de Lagoa Vermelha e Capão Bonito do Sul; o estabelecimento de diferentes grupos étnicos e sociais no município, como sírios, libaneses, italianos, alemães e integração à sociedade local. Enfatizaremos também o contexto da colonização italiana e alemã no Rio Grande do Sul, com ênfase ao deslocamento de maior número de imigrantes italianos em direção ao território de Lagoa Vermelha. Torna-se, portanto, indispensável essa abordagem até porque a formação e o desenvol-

vimento regional estavam diretamente relacionados a esse contexto econômico e social.



Mapa 7. Território de Lagoa Vermelha. Fonte: ALMEIDA (2008, p. 57).

LAGOA VERMELHA E SUA EMANCIPAÇÃO

A emancipação política e administrativa de Lagoa Vermelha como novo município da região nordeste da província gaúcha ocorreu em 18 de maio de 1881 e instalado em 26 de novembro de 1883. O território, inicialmente, abrangia um espaço geográfico de 12.000 km², fazendo divisa com o rio das Antas ao sul e o rio Pelotas ao norte e divisa com Santa Catarina. Uma parte

considerável da região era coberta por florestas, com destaque a araucária, e outra extensão maior era formada por pastagens nativas, com predomínio de gramíneas. Essas condições naturais foram fundamentais para a criação extensiva de animais bovinos, cavalares e, sobretudo, muares. Um sistema econômico que movimentou a economia brasileira por longos anos e a partir de então se concentrou também ao comércio intermunicipal e regional.

Mesmo após o declínio da atividade mineradora no centro do país e o transporte de muares negociados em Minas Gerais, manteve-se o comércio de gado levado para essas regiões brasileiras. A própria sociedade mineira e as províncias vizinhas ascenderam socialmente e necessitavam de animais tanto como meio de transporte quanto para os serviços rotineiros nas propriedades rurais, das fazendas de café paulistas, que dependiam de mulas para o transporte da produção até à via ferroviária.

Para Suprinyak (2006), as atividades pecuárias desenvolvidas no extremo sul do Brasil desde o século XVI estiveram relacionadas à demanda da região de Minas Gerais. Essa relação associava-se fundamentalmente no fornecimento de animais de carga, dos quais dependia a economia da região Centro-Sul. Os animais eram criados em condições favoráveis nas planícies do sul, geograficamente adequadas para a pecuária e já estruturadas em torno dessa atividade quando ocorreu a intensa demanda na região mineira.

A criação de bovinos aos poucos foi se consolidando no município como uma atividade econômica relevante, favorecendo a instalação das chamadas “estâncias de criação de gado”. Esses estabelecimentos rurais estavam diretamente relacionados ao esgotamento das reservas de animais soltos nos campos sulinos devido à captura e cercamento nas estâncias a mando do estancieiro. A concessão de sesmarias na forma de pagamento e reco-

nhecimento por serviços prestados à Coroa portuguesa, sobretudo a chefes militares e tropeiros, também contribuiu para dar início ao processo de sedentarização da atividade pecuária. A demanda crescente por gêneros alimentícios de origem animal solidificava cada vez mais a importância da pecuária bovina.

No final do século XVIII, o comércio do couro e da carne salgada, ou charque, movimentou significativamente a economia brasileira demonstrando sua importância. Num primeiro momento, a produção do couro buscou atender à demanda da metrópole portuguesa e posteriormente ao mercado interno do sul. A partir do enfraquecimento da pecuária nordestina, houve maior incentivo na produção e comércio do charque, sendo transportado por mulas abastecendo o mercado interno brasileiro.

O número expressivo de animais bovinos no sul do Brasil e sua forma extensiva de criação, dispensando maiores investimentos e cuidados, favorecia e motivava o investimento nesse setor econômico. Com o surgimento das charqueadas no Rio Grande do Sul voltadas para a produção e comercialização do charque, houve um incremento ainda maior na criação de gado bovino para fins comerciais e direcionado especialmente para suprir a demanda das charqueadoras da província.

Künn (2002, p. 67) corrobora nesse sentido dizendo que “a segunda fase da pecuária estava associada a produção do charque. A atividade charqueadora já existia no continente antes de 1780, mas não como atividade mercantil. A primeira charqueada comercial, voltada para a exportação, foi montada por José Pinto Martins, as margens do rio pelotas, em terreno concedido pelo governo”.

O desenvolvimento das charqueadas trouxe benefícios importantes e fundamentais para os criadores de gado devido à valorização do rebanho bovino, obtendo maiores resultados econômicos.

Formou-se uma elite pecuarista mais forte e estruturada em que administrava e controlava as charqueadas no interior da própria fazenda. Por outro lado, aumentou a utilização da mão de obra escrava, fato que intensificou a procura de cativos, muitos negociados com traficantes ilegais. Essa realidade que se configurava causou descontentamento e competitividade com a importação do charque produzido no exterior, especificamente na região platina.

Segundo Künn (2002, p. 69), com a atividade charqueadora, foi criado um mercado regional para o Rio Grande do Sul, em que os lucros maiores eram obtidos pelos charqueadores em prejuízos dos criadores. Por sua vez, os senhores de terra escravista do centro do país, detentores da política econômica, “manipulavam” os impostos alfandegários, gerando concorrência com o charque similar platino. Dessa forma, o produto gaúcho tinha que diminuir de preço para poder abastecer a demanda do mercado brasileiro.

Nos campos de cima da serra, a organização das primeiras estâncias de criação de gado estava diretamente relacionada à ocupação do território e ao aproveitamento das reservas de animais deixadas pelos padres jesuítas. As boas pastagens naturais e as diversas fontes de águas eram fatores determinantes para a criação extensiva de animais bovinos e muares, que ainda representavam lucros significativos para os criadores.

Maestri (2006, p. 67), em seu estudo sobre a *História do Rio Grande do Sul*, explica que o gado vacum, cavalar e muar seria originário sobretudo dos animais introduzidos pelos jesuítas na margem direita do rio Uruguai e pelos espanhóis de Buenos Aires na margem setentrional do rio da Prata. As técnicas e os hábitos pastoris sulinos foram também a continuação do período missioneiro. Nas estâncias e invernadas missioneiras criou-se o gado, aproveitando as condições da natureza para a reprodução natural

dos rebanhos – escassez relativa de animais predadores, inverno e verões benignos, pastos e águas abundantes.

Na região nordeste, mais especificamente em Lagoa Vermelha, também houve a formação de várias estâncias de gado, inclusive de muares, cujo objetivo principal era invernar o gado solto para ser comercializado. A maioria dos criadores era de origem luso-brasileira, vindos de diferentes regiões do país, sobretudo do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e também do Rio Grande do Sul, que concentraram investimentos nessa atividade econômica.

Segundo Nepomuceno (1981, p. 103), os principais fazendeiros que se estabeleceram no território de Lagoa Vermelha foram os paulistas e os paranaenses. Eram tropeiros que vinham apresar o gado xucro para comercializá-lo no Paraná e em São Paulo. Nesse contexto, acabaram sendo responsáveis pela fundação de estâncias de criação de gado na região de Vacaria e Lagoa Vermelha, dando início ao processo da fundação e fixação do homem tropeiro na terra.

Muitos desses estabelecimentos rurais voltavam-se exclusivamente à criação de gado bovino e cavalari. Nas fazendas, além do grupo familiar, havia também agregados e parentes residindo na propriedade. As regiões de Campo do Meio, Clemente Argolo, Barracão e Capão Bonito do Sul foram importantes centros de criação e comércio dos animais e de produtos de origem animal.

Para Silva (2007, p. 31), “nas estâncias de criação de gado viviam reunidos parentes, amigos, peões, escravos negros, além dos agregados que podiam morar num pedaço de terra, cultivá-la e criar algumas cabeças de gado em troca da prestação de serviços”. Obviamente, muitas famílias moradoras do município dedicavam-se a outros segmentos da economia, como a agricultura de subsistência, extrativismo, criação de cavalos, ovelhas e de pequenos animais, porcos, cabras, aves.

A pecuária bovina cada vez mais ganhava relevância na economia regional, juntamente com a criação e comércio de animais cavалares, sendo responsável pela maior parte da arrecadação tributária do município. Esse setor de economia movimentava um número expressivo de negócios, desde o comércio do couro e da carne salgada (charque) até à venda de animais para o mercado interno da colônia. Essa movimentação financeira tinha sua parcela de tributação, especialmente sobre a criação de bovinos, equinos e muares, mesmo no final do século XIX apresentava maior cotação tributária em comparação com os demais animais.

A economia de Lagoa Vermelha dependia muito das atividades ligadas à vida do campo, como a criação do gado, em especial o animal luar. Havia também outras tarifas em grau menor de arrecadação, mas que tinham também importância nesse contexto, algumas até eram cobradas sobre as profissões e prestação de serviços. Na Tabela 1, podemos observar e analisar esses valores tributários do município.

PRIMEIRO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE LAGOA VERMELHA	
ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA	VALORES
Indústrias e profissões	400,00
Aferição de pessoas e medidas	208,00
Licenças	100,00
Pedágios	566,00
Imposto sobre mula de frete	60,00
Décima urbana	400,00
Imposto de cem réis sobre cabeça de gado vacum, cavalар e luar	5.000,00
Marcas e sinais	3.000,00
Imposto sobre terrenos cercados	100,00
Carretas e fretes	30,00
Cobrança da dívida ativa municipal	100,00

Tabela 1. Valores de receitas públicas do município de Lagoa Vermelha no ano de 1893. Fonte: MORAES (1977, p. 44).

Podemos observar que os dados relacionados na tabela referentes ao ano de 1893, a pecuária bovina, cavalar e muar foram responsáveis pela maior parte da arrecadação tributária do município, reforçando e confirmando a relevância dessas atividades econômicas. O padrão monetário ainda era calculado em réis, moeda que circulava na época e que apresentava valor e importância nesse contexto.

Esse cenário até o final do século XIX imprimia ao município um ritmo de região interiorana, assentada na criação do gado, porém de prosperidade e desenvolvimento econômico, social e cultural. A partir das fazendas de criação de gado, hábitos novos foram surgindo com a vinda de moradores, muitas profissões se consolidaram, especialmente tropeiros, até porque havia necessidade de pessoas para trabalhar tanto nas lidas do campo como no transporte das mercadorias ou conduzir os animais para outras regiões do país. Casas de pastos, comerciantes, ferreiros e selarias foram sendo construídas, entre outras profissões e estabelecimentos comerciais que passaram fazer parte do município de Lagoa Vermelha.

O COMÉRCIO ENTRE TROPEIROS

E MORADORES DA SERRA GAÚCHA E O LITORAL NORTE

Após o declínio das vendas de muares da região Sul para o centro do país, houve um redirecionamento na criação e no comércio desses animais a partir do início do século XX, em consequência da chegada de novos moradores de origem italiana nas áreas coloniais. A necessidade de muares para o uso na lavoura e meio de transporte nas encostas da serra levou os colonos a negociarem a compra desses animais com os fazendeiros e tropeiros de Lagoa Vermelha, que já eram utilizados em suas propriedades.

Segundo Tedesco (2008, p. 59), nesse período de colonização, as dificuldades de locomoção pelo interior das colônias impediam que o transporte de pessoas e de mercadorias fosse realizado em carroças; a solução foi utilizar o mular, cuja procura intensificou-se à medida que as relações comerciais foram ampliadas. O cargueiro no lombo de mulas foi a forma utilizada para facilitar as viagens dos tropeiros e para escoar a produção colonial. Em raras ocasiões era utilizado o animal cavalariço.

Apesar da precariedade das vias de comunicação e a falta de estradas que chegassem às áreas coloniais, o comércio de animais mulares se tornou relevante com a chegada das novas populações, porém uma tarefa cheia de desafios e dificuldades. Embora houvesse algumas estradas abertas durante o processo de colonização, a maioria das colônias ainda eram de mata fechada e terrenos irregulares; as picadas previstas para o alinhamento de estradas normalmente levava anos para serem concluídas. Esses entraves todos e perigos existentes nessas locais recém-colonizadas dificultavam o comércio e a comunicação entre os moradores e comerciantes. Em regiões onde havia maior facilidade de acesso e abertura de caminhos, permitia maior mobilidade e agilidade nas atividades comerciais, conseqüentemente maior prosperidade econômica.

Segundo Giron e Bergamachi (2001, p. 48), os próprios colonos auxiliavam nos serviços de demarcação dos lotes, na abertura de picadas e no desmatamento das áreas de matas, recebendo em troca um ganho diário. Alguns desses colonos possuíam, desde o início, condições para pequenas compras. Logo, nas picadas subiam a serra e desciam para o vale das tropas de mulas carregadas de mercadorias.

Em meio aos desafios e dificuldades, o comércio tomava forma lenta e gradual entre a serra e o município de Lagoa Verme-

lha. A venda de animais era justamente para ajudar a superar as dificuldades de locomoção pelo interior das colônias e facilitar o trabalho agrícola na lavoura. As mulas eram utilizadas em diversos serviços, sobretudo como força de tração, onde eram acopladas em arados no preparar o solo para o plantio. Serviam também como o principal meio de transporte de pessoas e de cargas pelo interior das colônias e da província.

Tedesco (2008, p. 48) destaca:

Além da complexidade do trabalho agrícola na colônia, em razão da falta de afinidade com essa atividade, muitos colonos italianos transportavam seus produtos nos próprios ombros de uma linha a outra, como de casa ao moinho ou ao vendeiro (comerciante), o que levou a uma maior preocupação com a abertura de estradas (trilhas e picadas) que facilitassem o deslocamento dos colonos até os centros de comércio, substituindo os ombros humanos pelo uso do animal muar, já que era utilizado nas áreas de campo de Lagoa Vermelha e em outros lugares pertencentes à região nordeste do Estado sul-riograndense.

O comércio dos muares ainda mantinha importância econômica, sendo, portanto, indispensáveis para venda em nível regional em atender a demanda cada vez maior. Além do comércio de animais muares, eram negociados também alguns bovinos e equinos, levados até à sede da colônia, em Caxias do Sul, onde eram fechados em mangueirões e posteriormente comercializados. Outros eram vendidos na colônia pelos próprios tropeiros. Em contrapartida, compravam o excedente colonial, como banha de porco, salame, vinho, entre outros produtos. As mercadorias serviam como moeda de troca nos campos de cima da serra, as

quais eram negociadas em Lagoa Vermelha tanto na área urbana quanto no interior do município. Em relação a esse comércio que se consolidou entre a serra e a região de Lagoa Vermelha, nosso entrevistado relata:

Apesar das dificuldades de locomoção, os tropeiros comercializavam diversos produtos com os colonos italianos que se estabeleceram na região da serra, como Garibaldi, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, entre outras localidades; porém as vendas realizadas para esses imigrantes eram pequenas, vez que esses colonos mais vendiam mercadorias do que compravam, tendo em vista que produziam quase tudo o que necessitavam para a sua subsistência, desde o vinho, a uva, a carne, salame, banha, verduras, legumes entre outros produtos que não eram produzidos na região da serra e o excedente era comercializado. Com o melhoramento e ampliação de estradas facilitou o comércio e o deslocamento de tropeiros e colonos pelo interior do território gaúcho (AF1 - tropeiro, morador de Lagoa Vermelha, 2009).

O comércio de ferramentas, tecidos, sal de cozinha aos moradores da serra gaúcha limitava-se em fornecer pequenas unidades em razão do próprio isolamento geográfico das colônias, o que contribuiu para se tornarem praticamente autossuficientes. Localizadas em locais íngremes e de difícil acesso, cercadas por matas, rios e morros, a comunicação e o deslocamento para outras localidades quase era inexistente. Essa realidade fez com que a maioria dos moradores produzisse o necessário para sua subsistência, apenas o excedente era armazenado e destinado à venda.

Essas trocas comerciais e a venda de animais realizadas com áreas coloniais foram fundamentais para o desenvolvimento re-

gional e fortalecimento das relações comerciais com os moradores do município de Lagoa Vermelha. A venda de animais se consagrou como uma atividade relevante e necessária nas colônias das encostas da serra. As mulas, animais fortes, compactos e apropriados para lugares de relevo acidentado, foram a alternativa encontrada por esses moradores para facilitar sua vida na colônia, tanto no transporte quanto nas atividades agrícolas. Da mesma forma, os produtos coloniais foram indispensáveis aos moradores do município de Lagoa Vermelha, enriquecendo a sua alimentação. Esse intercâmbio comercial e cultural que se consolidou foi também responsável pela ocupação dos campos de cima da serra, uma vez que motivou muitas famílias a migrarem para essa região, fazendo parte da população.

As colônias do litoral norte também se tornaram importantes centros de comércio com moradores de Lagoa Vermelha. Localizadas à beira mar, entre lagoas e encostas da serra geral, igualmente ofereciam inúmeras dificuldades de comunicação com os moradores dos campos de cima da serra. Região de colonização açoriana e de imigrantes de origem alemã, produziam uma variedade de produtos advindos da agricultura familiar e da pequena indústria, algumas voltadas para o beneficiamento da cana-de-açúcar na produção de aguardente, rapaduras, açúcar mascavo, outras direcionadas para a industrialização da farinha de mandioca e de milho.

A produção excedente necessitava ser escoada e comercializada, porém a falta comunicação e estradas dificultava a venda para outras localidades. Apesar das constantes solicitações ao Poder Público para abertura de estradas ou caminhos que facilitassem o deslocamento e a comunicação com outras regiões, pouco se resolvia, numa época de dificuldades e demora na tomada de decisões. A maioria das reivindicações eram proteladas, fazendo

com que o comércio intermunicipal inexistisse, havendo apenas trocas de produtos entre os próprios moradores.

De acordo com Huyerely (2000, p. 158), a precariedade das vias de comunicação e o descaso das autoridades em relação às reais dificuldades das colônias da região, que desejavam o progresso, tornou-se quase uma praxe a menção nos relatórios da necessidade de estradas, apesar de que na prática pouco ou nada era feito no sentido de minimizar os contratemplos criados com essa falta de saídas.

A necessidade de negociar mercadorias com o litoral norte, assim como escoar a produção agrícola e animais, motivou os negociantes de Lagoa Vermelha, em sua maioria tropeiros, buscar caminhos alternativos que chegassem até o litoral norte. Os desafios eram inúmeros, até porque não havia estradas abertas que conduzissem com facilidade e segurança aos centros de comércio. Além das dificuldades físicas, desde atoleiros, terrenos acidentados, matas fechadas, havia os perigos de assaltos e ataques de animais. Porém, os desafios foram sendo superados e o comércio se expandiu com as áreas litorâneas e lugares que se localizavam próximos ao litoral norte.

A maioria das mercadorias comercializadas era produzida no próprio município, como charque, couro, crina de animais, queijo, toucinho de porco, banha, entre outros. Havia também os produtos de origem agrícola, como milho, feijão, enfim, mercadorias que ainda não eram produzidas no litoral e que seriam necessárias para a sua população. Os negociantes geralmente eram os tropeiros que utilizavam mulas para transportar as cargas. Esses animais eram apropriados para a atividade, além de fortes e compactos, podiam percorrer longas distâncias sem maiores dificuldades. Após vender os produtos, os tropeiros retornavam para Lagoa Vermelha com açúcar mascavo, arroz, farinha de mandioca, charque

de peixe e algumas guloseimas, como a rapadura, revendidos no comércio local ou diretamente aos moradores vizinhos.

Huyerely (2000, p. 156-157) destaca que as colônias do litoral se tornaram abastecedoras de gêneros da região serrana. Desde o início da colonização foi cultivado cana-de-açúcar, mandioca, algodão, café, fumo, feijão, milho, e nas áreas mais

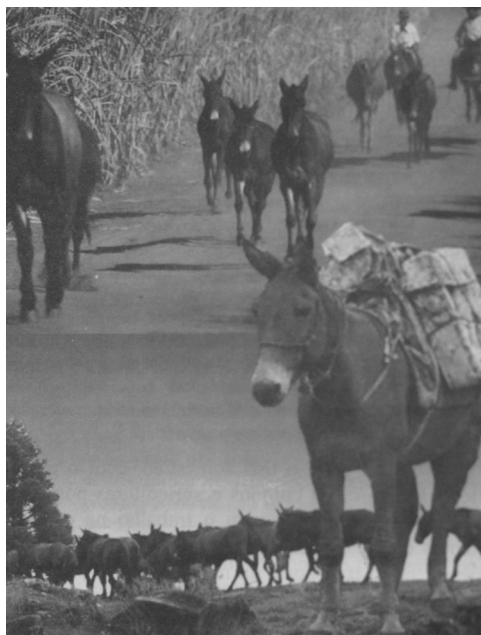


Figura 1. Tropas de mulas xucras e uma cargueira na região de Bom Jesus - RS. Fonte: Secretaria de Educação e Cultura de Bom Jesus – 2010.

baixas passaram a produzir arroz, ao passo que a serra se tornava um mercado consumidor cada vez mais atraente aos produtos do litoral, entre os quais o charque de peixe e o marisco, que enriqueciam a mesa dos serranos. Em contrapartida, os tropeiros, além de se tornarem admiradores das praias do litoral norte, onde vinham em temporadas de descanso e veraneio, também transportavam e vendiam outros produtos produzidos na serra, como charque de gado, queijo, pinhão etc.

As vendas de mulas para o litoral norte e para as regiões próximas ficaram restritas a poucos animais em razão de que Vacaria e Bom Jesus monopolizavam esse comércio. Existiam várias propriedades rurais nesses municípios voltadas para a pecuária bovina, cavalar e muar, e mantinham estreitas relações comerciais

com esses moradores. A proximidade geográfica e o custo menor no transporte foram, entre outros, fatores que facilitavam o comércio para suprir a demanda de transporte e cargas, sobretudo no litoral norte.

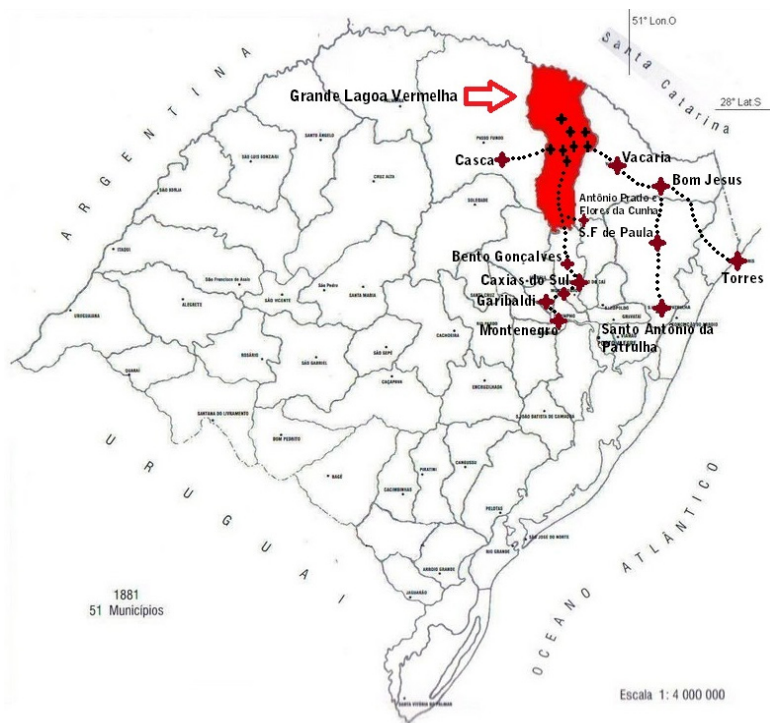
Segundo Santos (1995, p. 155), “os tropeiros abasteciam as fazendas, com o necessário à própria sobrevivência, buscavam tudo o que nelas faltava e levavam o subproduto do gado. Os principais pontos de comércio dos tropeiros de Bom Jesus eram: Serra Baixa (Araranguá, Torres, Criciúma), Taquara, Três Forquilhas, São Sebastião do Caí, Antônio Prado e Caxias do Sul”.

Alguns moradores de áreas rurais de Lagoa Vermelha também se aventuravam nesse comércio intermunicipal com o litoral norte e cidades vizinhas. A maioria dos produtos se constituíam a carne de origem animal (charque), crina de cavalos, lã de ovelha, couro curtido etc. Em contrapartida traziam o necessário para a subsistência das fazendas ou das pequenas propriedades, como farinha de milho, farinha de mandioca, açúcar mascavo, sal, arroz, ferramentas, entre outras mercadorias necessárias para os moradores dos campos de cima da serra.

De acordo com a entrevista fornecida por um dos moradores de Capão Bonito do Sul, conseguimos um maior entendimento de como ocorria o processo de compra e venda de mercadorias entre o litoral e os moradores da região nordeste:

Havia pessoas moradoras do extenso município de Lagoa Vermelha, hoje Capão Bonito do Sul, que viajavam até Torres, regiões de beira mar, comprar produtos daquela região para revenderem nos Campos de Cima da Serra inclusive no Capão Bonito. Muitos desses tropeiros aproveitavam para levar até o litoral o charque, o toucinho e o pinhão que era produzido na região, tudo servia como moeda de troca pelos produtos litorâneos. Traziam

rapadura, cachaça, farinha de mandioca, feijão, farinha de milho e de trigo, esses mantimentos vinham em sacas de 50 kg, tudo trazido no lombo de mulas (AT1 - descendente de imigrantes italianos, morador de Capão Bonito do Sul, 2010).



Mapa 8. Rotas comerciais de Lagoa Vermelha, 1914 a 1955. Fonte: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, traçado das rotas comerciais. Elaborado por Ney Garcez de Almeida.

Esse intercâmbio comercial e cultural que se consolidou ao longo dos anos, além de movimentar a economia regional e gerar lucros para os negociantes, assim como para o Poder Público, que lucrava com o pagamento de impostos, foi fundamental para facilitar a comunicação e integração com a população dos Cam-

pos de Cima da Serra, inclusive Lagoa Vermelha. Essa dinâmica comercial permitiu a abertura de caminhos e estradas, criando condições favoráveis para a vinda de novos moradores e negociantes mais especializados na área do comércio, como mascates e caixeiros-viajantes, assim como de empresas colonizadoras para o município de Lagoa Vermelha. Muitos movidos por interesses diversos, especialmente por questões econômicas e sociais, buscando melhores condições de vida e de trabalho ou de novos investimentos, num contexto de expansão produtiva.

A IMIGRAÇÃO DE SÍRIOS E LIBANESES NO MUNICÍPIO DE LAGOA VERMELHA

No final do século XIX, chegaram os primeiros imigrantes sírios e libaneses ao território de Lagoa Vermelha. A maioria deles comerciantes mascates, cujas mercadorias eram leves e fáceis de transportar, bastando apenas uma mala para acomodar os produtos. Com a abertura de caminhos que davam acesso à região norte/nordeste, Lagoa Vermelha passou a ser um local estratégico para vendas ligadas ao comércio, realizadas diretamente por esses negociantes. Ao chegarem ao município, esses imigrantes trouxeram consigo suas experiências de vida, suas habilidades no ramo do comércio ambulante, na venda e troca de mercadorias, numa região até então inexplorada economicamente nessa atividade, e que se mostrava um lugar promissor para novos empreendimentos.

A possibilidade de adquirir terras nesse contexto de colonização mais efetiva, vendidas a preços baixos ou subsidiadas pelo governo, foi também uma oportunidade de novos investimentos e ampliação de negócios para os imigrantes que chegavam a Lagoa Vermelha, inclusive para os sírios e libaneses. Após se estabelecerem no município, formaram suas famílias, casaram-se com

pessoas moradoras da região e de outras partes da província. No final do século XIX, surge uma das primeiras casas de comércio na cidade, tornando-se referência na venda de produtos alimentícios, aviamentos, tecidos e mercadorias de origem animal. Seus proprietários foram José Jacob Nácúl e seu irmão Miguel Jacob Nácúl, que migraram para o território de Lagoa Vermelha em busca de novos investimentos e de prosperidade econômica.

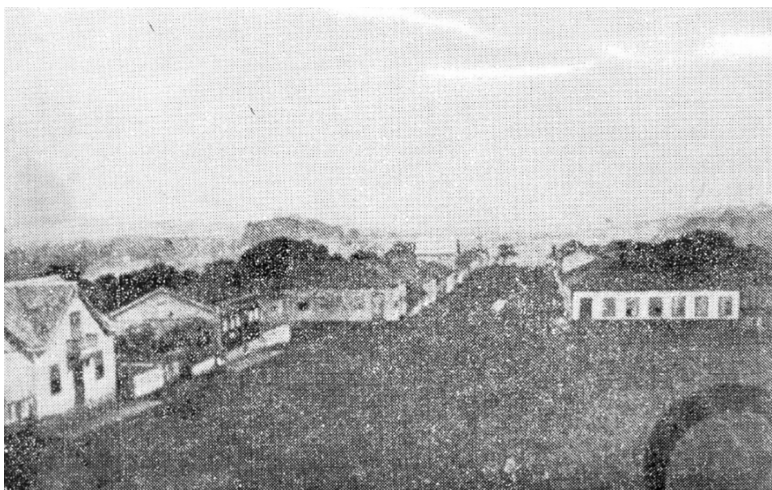


Figura 2. Casa de comércio de José Jacob Nácúl e sua família no ano de 1910. Fonte: Foto cedida por Bertuol Koch.

Ao observarmos a casa de comércio dos irmãos Nácúl, sua localização ficava ao lado direito da atual avenida Afonso Pena, onde hoje está localizado o Banco do Brasil. Essa loja oferecia uma variedade de produtos para atender a demanda da população de Lagoa Vermelha, tanto da cidade como do interior e localidades vizinhas. Numa época em que a aquisição de alimentos e outros produtos básicos dependia da venda de comerciantes ambulantes ou deviam se deslocar para lugares mais distantes, o que facilitou o atendimento e fornecimento de mercadorias a esses moradores.

Além do comércio, o setor agrícola e a pecuária bovina também se fortalecia e passou a ser explorado economicamente pela família Nácul e suas ramificações. Outros adentraram no campo político, como Abelardo José Nácul, assumindo o cargo de prefeito entre 1948 e 1951; Araby José Nácul, seu irmão, foi vice-prefeito em 1969-1972 e Cyrio José Nácul foi presidente da Câmara de Vereadores em 1955, e o próprio José Jacob Nácul foi conselheiro municipal de 1908 a 1916, dentre outras ocupações públicas exercidas pela família.

À medida que o século XX avançava, alguns imigrantes sírios e libaneses começaram a abandonar o mascate para se estabelecerem com lojas comerciais. A presença mais intensa desse grupo social em Lagoa Vermelha ocorreu a partir de 1920, com a chegada de mais moradores ao município. Migraram nesse contexto as famílias Tigre, Merib, Abraão e Kartabil, também investindo no setor primário da economia com a criação de gado e a agricultura, assim como no comércio e na prestação de serviços. Outros se destacaram também na vida pública, como foi o caso de Gabriel Tigre, além de militar, assumiu o cargo de intendente, inclusive participando ativamente da Revolução de 1930.

Barbosa (1981) escreve que havia árabes em Lagoa Vermelha ainda na década de 1880, porém foi na década de 1920 que se evidencia uma maior presença e fixação de moradia; vários migraram de Lages e Vacaria, é o caso da família Merib. A família Nácul registra comércio desde o final do século XIX no município, talvez tenha sido um dos primeiros a fixar loja no recém-criado município. Descendentes das famílias Moisés e Tigre também se estabeleceram no município ainda no século XIX, ambos se envolveram muito com a política local; Gabriel Tigre foi vice intendente e prefeito do município nas primeiras décadas do século XX.

Nas primeiras décadas do século XX se estabelece em Lagoa

Vermelha o médico José Gabriel Merib, licenciado pela universidade do Cairo, passou a exercer sua profissão como clínico-geral junto à sede do município. Sua assistência médica incluía também algumas localidades, como Lajeado dos Ivos e Barracão, na época distrito de Lagoa Vermelha. Nesse período esses pequenos povoados possuíam um número muito maior de moradores, sobretudo em Barracão, que fora uma das primeiras localidades povoadas pelos luso-brasileiros. Havia casas de comércio, farmácias, atendimento médico, coletora de impostos, entre outros estabelecimentos que atraíam novos moradores, necessitando, portanto, de assistência médica mais efetiva e uma atenção maior por parte do poder público.



Figura 3. Família Merib, representada pelo patriarca José Jacob Merib, sua esposa, juntamente com os filhos e genros. Fonte: Foto cedida pela família Merib.

Após se integrar à sociedade local, formar família e fixar residência em Lagoa Vermelha, José Gabriel Merib ampliou seu

atendimento médico no município. Outros componentes da família se estabeleceram no interior do município, dedicando-se a atividades agrícolas, criação de gado e de pequenos animais. Suas ramificações familiares seguiram ramos distintos da economia e profissões na esfera pública e privada. A família Merib, para preservar sua cultura e reverenciar suas origens, realizava anualmente encontros familiares em espaço privilegiado, confraternizando e fortalecendo os laços de amizade.

Migrou também para a região nordeste da província gaúcha a família Abraão, cujos irmãos Pedro Abraão e Elias José Abraão se estabeleceram em Lagoa Vermelha. Com vasto conhecimento e experiência no ramo do comércio varejista obtidos através das vendas nos mascates, ampliaram essa atividade no município e demais localidades da região. Os produtos negociados eram variados, especialmente direcionados para a venda de roupas, tecidos e calçados. A aquisição de terras, o setor agrícola, o comércio voltado na venda de alimentos, também fizeram parte das atividades econômicas exercidas por seus descendentes.

A família Kartabil foi uma expressão no dinamismo que envolve comércio, atividades agrícolas e educação. José Kartabil migrou para Lagoa Vermelha em 1917. Após se estabelecer no município e formar família, continuou trabalhando como mascate, vendendo roupas e jóias. O principal meio de transporte utilizado para se deslocar pelo interior do território de Lagoa Vermelha e para outras localidades ainda era feito por mulas. As mercadorias eram levadas em bruacas feitas de couro e em malas apropriadas para acomodar as mercadorias. Essas atividades sempre tinham seus desafios e riscos, porém a habilidade e a determinação no ramo do comércio eram fundamentais para a continuidade nesse empreendimento. Além dos investimentos na área agrícola, José Kartabil exerceu a atividade de tropeiro, conduziu tropas de ani-

mais do sul para o centro do país com objetivo de negociá-las na feira de Sorocaba. Seus descendentes seguiram diferentes profissões, tanto na área pública como na privada.

O acúmulo de capital gerado pela atividade comercial, possivelmente tenha contribuído para o investimento em diversos setores da economia. Seria também uma forma de diversificação mercantil que potencializaria maiores lucros e resultados. A contribuição desse grupo social também foi relevante, evidenciando através de sua participação ativa na sociedade tanto na área pública como privada. Os sírios e libaneses, ao chegarem em Lagoa Vermelha, trouxeram consigo toda uma bagagem cultural e social. Integraram-se e se adaptaram à sociedade local pela longa experiência no ramo das vendas e influenciaram na expansão do comércio no município. Surgiram ao longo do processo de desenvolvimento da cidade vários estabelecimentos voltados para o ramo do comércio, prestação de serviços, pequena indústria etc.

Na área da saúde verificou-se atendimento médico à população de Lagoa Vermelha e em outras regiões, formaram vários profissionais no atendimento clínico e acompanhamento a pacientes. Na política participou na administração pública com o incentivo, investimento e realização de diversas obras, inclusive na ampliação e construção de escolas.

Os sírios e libaneses, assim como outros povos, ajudaram a construir a identidade de Lagoa Vermelha. Participaram ativamente na constituição da cidade, absorveram parte dos hábitos locais e disseminaram saberes. Foi uma imigração marcante no município e demais regiões do território brasileiro. Os investimentos realizados na agricultura e pecuária também foram fundamentais para a economia do município, geraram rendas, empregos e desenvolvimento rural. Todas essas contribuições foram relevantes

e essenciais para o desenvolvimento regional, em particular do município de Lagoa Vermelha e Capão Bonito do Sul.

É interessante ressaltar que reconhecemos a importância de todos os grupos étnicos que colonizaram e os que posteriormente migraram para o território de Lagoa Vermelha. Todos tiveram sua importância, sua contribuição relevante na construção ativa do município, na formação da sociedade. Porém, neste caso a pesquisa direcionou-se para o grupo social em evidência. Ressalta-se também que este trabalho concentra apenas um olhar panorâmico de algumas fontes por nós investigadas, ficando, portanto, uma riqueza de informações ainda a ser explorada nesse contexto.

IMIGRAÇÃO ITALIANA EM LAGOA VERMELHA

A colonização italiana no Rio Grande do Sul foi resultado de um projeto geopolítico do governo imperial brasileiro, que buscou incentivar a vinda de pessoas de origem europeia para o sul do Brasil. Essa política de colonização estratégica visava sobretudo ocupar regiões até então despovoadas, garantindo a posse definitiva do território contra eventual invasão espanhola, e determinava os rumos e a qualidade do povoamento no Rio Grande do Sul. Os imigrantes eram trazidos pelo governo brasileiro e recebiam no início apenas um lote de terra para a prática da agricultura.

Os alemães chegaram ao Rio Grande do Sul em 1824, ocupando áreas localizadas na raiz da serra, onde havia terras de melhor qualidade para ser cultivada. Os italianos, em maior número, vieram em 1875 e se estabeleceram na Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, em locais de difícil acesso, terrenos mais acidentados, solo pedregoso, porém cultivável. As dificuldades foram inúmeras na vida desses imigrantes em razão de as áreas

destinadas à ocupação eram formadas por matas fechadas, muitos perigos, desde animais peçonhentos até feras selvagens que habitavam. O lote doado ou vendido não incluía a organização, limpeza e localização geográfica do terreno e melhoramentos que seriam indispensáveis para a formação da nova propriedade.

Para Santos (2006), a colonização italiana no Rio Grande do Sul fez parte de um projeto geopolítico do governo imperial brasileiro que ocorreu no final do século XIX e início do século XX. Utilizou a imigração para preencher os chamados “vazios demográficos” nestes territórios. Após o processo de independência do Brasil, houve uma deliberação de encerramento da colonização na região sul como uma decisão geopolítica de consolidação de fronteiras. Nesse contexto, as populações indígenas que ocupavam essas terras não eram pensadas como nacionais ou brasileiras.

As dificuldades de colonização foram maiores para a população de origem italiana. Além de se estabelecerem depois da colonização alemã, no interior das colônias, não havia estradas para se deslocar ou para escoar a produção agrícola. A alternativa para superar esses desafios em relação ao transporte foi a utilização de mulas, animais apropriados para percorrer terrenos pedregosos e montanhosos. Os muares já eram utilizados e comercializados pelos moradores de Lagoa Vermelha, o que levou a negociarem diretamente com os criadores.

Nesse sentido, Pesavento (1984, p. 50) explica que as melhores terras já se achavam ocupadas, e coube aos italianos receberem lotes menores, 25 hectares, localizados nas encostas da serra. Os lotes eram vendidos a crédito e receberiam ajuda na alimentação durante um ano, isso não foi cumprido. O que permaneceu foi que receberiam apenas a remuneração de 15 dias por mês pelo trabalho na abertura de estradas no interior da colônia.

Os imigrantes italianos continuavam a chegar com famílias

numerosas, ocasionando a rápida ocupação das áreas coloniais junto aos rios navegáveis. Para absorver essa demanda populacional, foram criados alguns núcleos, surgindo, então, as colônias Conde D'EU (Garibaldi), Princesa D. Isabel (Bento Gonçalves) e Fundo de Nova Palmira (Caxias do Sul). Com a saturação do solo e da concentração populacional, muitas dessas famílias migraram para o planalto rio-grandense e acabaram se estabelecendo nessas regiões, contribuindo para a formação da identidade cultural de muitas cidades do planalto norte/nordeste do estado do Rio Grande do Sul.

Desde o final do século XIX, algumas famílias se estabeleceram no território de Lagoa Vermelha, dedicando-se especialmente no ramo madeireiro, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, quando ocorreu a colonização mais efetiva e deliberada pela esfera pública, incentivando a vinda de imigrantes ou de seus descendentes para a região nordeste da província gaúcha. Segundo Silva (2007, p. 23), “a partir de 1903 teve início o povoamento colonial da região das matas do município de Lagoa Vermelha. A Comissão de Terras demarcou lotes de 25 hectares, vendidos aos colonos italianos vindos, das Colônias Velhas”. A propaganda realizada por empresas colonizadoras e particulares, facilitando a aquisição de terras a preços baixos e prazos longos para o pagamento de suas dívidas, foram essenciais para que houvesse interesse por novos moradores. Outro argumento foi a relativa proximidade do ramal ferroviário (Rio Grande–São Paulo) das colônias, motivo pelo qual mais colonos ingressaram na região.

Nesse início do século XX o processo migratório ocorreu de forma gradual, em Lagoa Vermelha diferentes grupos sociais se estabeleceram, chegaram os alemães, poloneses, árabes, sírio, libaneses etc. O maior número ficou com os imigrantes italianos e os descendentes das colônias antigas, que buscavam melhores

condições de vida e mais terra para cultivar. As terras das “colônias velhas” não rendiam mais como no começo, produziam pouco em razão da contínua exploração do solo. As famílias eram numerosas, pouca terra ficou para todos, por esse motivo a necessidade de explorar novas áreas, e os campos e matas de Lagoa Vermelha eram uma alternativa viável para um recomeço para as novas famílias que se formavam, não apenas para a agricultura, mas também para a criação de gado, ou a vida urbana. Nesse cenário eram as novas oportunidades de investimentos, de bons negócios e profissões.

É evidente que muitas dificuldades tinham que superar, em qualquer lugar, como perigos de assaltos, preconceito racial e linguístico, no produzir alimentos em espaço geográfico ainda inexplorado, onde os recursos econômicos e financeiros muitas vezes eram poucos e insuficientes para gerar melhores resultados econômicos. Porém, esses desafios eram menores em comparação aos enfrentados no início da colonização, quando os primeiros imigrantes se estabeleceram em áreas coloniais desfavoráveis, formadas por matas fechadas, terrenos íngremes, solo pedregoso, tudo isso dificultava a vida na colônia.

A ocupação ocorreu, então, nas encostas da serra, onde foram fundadas algumas colônias, como Alfredo Chaves, Antônio Prado, Nova Prata, Nova Bassano, e o trabalho consistia basicamente na exploração do solo, no modelo de pequena propriedade rural e de pequenas indústrias. A tendência agropastoril aos poucos foi se consolidando como uma das mais importantes atividades exercidas pelos novos imigrantes, especialmente os moradores do vale das Antas, na parte superior da encosta da serra. Com o passar do tempo, houve a expansão colonial desses núcleos urbanos, evoluindo para a formação de outras comunidades e municípios.

De acordo com Barbosa (1981), a partir de 1885 os imigrantes

estabelecidos na antiga colônia de Alfredo Chaves, acabaram fundando novas colônias que se tornaram municípios, como Veranópolis, Nova Prata, Nova Araçá, Paraí, Ibiraiaras, Ibiaçá, Sananduva, Maximiliano de Almeida, Paim Filho, Caciقة Doble, Machadinho, São José do Ouro, parte de Marcelino Ramos e Barracão.

Apesar das dificuldades de locomoção e do cultivo da terra em áreas também cobertas por matas e formadas por terrenos acidentados, esses obstáculos foram sendo superados. A produção das culturas de inverno e verão, como o milho, vinhas, feijão, batatinha, trigo, cevada, foram os investimentos iniciais. A criação de porcos e aves também fizeram parte das atividades econômicas dos novos moradores. A produção era de subsistência familiar e o excedente escoado para o comércio.

À medida que o empreendimento da colonização se fortalecia, o avanço colonizador adentrava nas regiões florestais do território de Lagoa Vermelha. Surgiram novos núcleos de povoamento, como Nova Araçá, Forquilha, Sananduva, Caciقة Doble, São José do Ouro, entre outros. A agricultura familiar continuou sendo a base de subsistência dos colonos estabelecidos no norte e nordeste do estado, a derrubada das matas, a rotação das culturas e o processo de queima da vegetação, buscando limpar o local de plantio, foram técnicas trazidas pelos imigrantes e incorporadas por muitos moradores do município.

A migração dos italianos das colônias velhas para a região nordeste continuou durante a primeira metade do século XX, transformando Lagoa Vermelha no município gaúcho que recebeu o maior número de imigrantes. A produção agrícola garantiu a prosperidade econômica de muitas famílias. A pecuária bovina nas primeiras décadas do século XX era apenas uma atividade secundária, mas necessária para a subsistência. O gado, além de fornecer carne, leite e derivados, era a força motriz no

trabalho na lavoura e gerava pequenos ganhos com a sua comercialização.

Para Silva (2007, p. 23), “a vinda de italianos e descendentes para a região nordeste, procedentes das colônias mais antigas, continuaram de forma relevante durante a primeira metade do século XX, tornando-se numericamente superiores às demais etnias, principalmente nos municípios que se formaram ao norte de Lagoa Vermelha”.

Os novos moradores migraram com as experiências no manejo e preparo do solo para o plantio, já trabalhavam com a agricultura, com a criação de pequenos animais, com a produção de leite, com a pequena indústria de vinho, enfim, com as atividades essenciais para a subsistência familiar. Esses conhecimentos agregados foram fundamentais para a sua adaptação ao novo espaço geográfico e à ampliação de investimentos em outros setores da economia. Formaram e mantiveram suas famílias, trouxeram seus costumes, religiosidade e espírito cooperativo. Fundaram colônias, no passar do tempo se tornaram pequenos distritos e posteriores cidades.

Segundo Barbosa (1974), as colônias fundadas pelos imigrantes se desenvolveram tão rapidamente que em 1907 principiavam a se tornar distritos, assim ocorreu com Sananduva, Cacique Doble, Intendência (hoje Protásio Alves), Maximiliano de Almeida (antigo Pinhal), Sede Nova (hoje Paim Filho), Machadinho, Valzumiro Dutra (hoje São José do Ouro), São José do Carreiro (hoje Ibiraiaras), Ibiacá, somando-se ainda Veranópolis, Antônio Prado, Nova Prata, Nova Araçá, Paraí, Nova Bassano, que também pertenceram a Lagoa Vermelha.

A expansão dos investimentos agrícolas proporcionou o enriquecimento de muitas famílias que investiam em outros setores da economia, como no comércio e na pequena indústria familiar.

Surgiram, então, os estabelecimentos comerciais voltados para a venda de alimentos, moinhos coloniais, locais de pouso, hotelaria, restaurantes, além das profissões de sapateiros, ferreiros, funileiros, carreira política, entre outros investimentos e atividades que apareciam em razão com a evolução da sociedade.

A exploração econômica da erva-mate também ocorreu nesse contexto, especialmente nas áreas florestais do norte de Lagoa Vermelha, onde existia maior número de ervais nativos. A planta da erva-mate é característica da região, desde o final do século XIX foi explorada pelos luso-brasileiros para o consumo familiar e comercial, para o imigrante italiano passou a ser também uma atividade relevante. No início do século XX, todo processo de preparo e beneficiamento da erva-mate para o consumo na forma de chimarrão era realizado com pouca técnica; consistia basicamente na secagem das folhas e o soque no pilão até ser apropriada para o consumo.

Ribeiro e Pozenato (2001) explicam que nas primeiras décadas do século XX os migrantes que chegaram na região assimilaram as técnicas tradicionais de processamento utilizadas pelos caboclos, tanto no modo de cortá-la, secá-la para o consumo, como também colocá-la no carijo e barbaquá. O transporte da erva pronta era feito em bruacas, colocadas no lombo de muires, ou transportada em carretas puxadas por bois ou cavalos. A erva-mate era levada até os centros consumidores, geralmente no mercado interno da província. A maioria dos ervateiros procurava se estabelecer nas proximidades das estradas para facilitar a comercialização.

Com a chegada do imigrante italiano, a exploração econômica da erva-mate se ampliou, havendo um crescimento maior, sobretudo entre 1910 e 1940, quando as vendas alcançaram outros estados do Brasil e no exterior. O transporte nesse tempo era

em caminhões, abastecendo o mercado nacional e seguiam até os portos de embarque para outros países. Silva (2007, p. 30) observa que a produção de erva-mate era destinada aos mercados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Argentina. A necessidade de comercialização fez que a indústria doméstica cedesse lugar à industrialização moderna, em estabelecimentos especializados ou em cooperativas.

Pequenas indústrias destinadas ao preparo e armazenamento da erva-mate surgiram, por isso necessitavam mão de obra tanto na colheita como na indústria. Essa dinâmica comercial possibilitou novas relações de trabalho tanto na produção, cultivo, colheita, beneficiamento como na comercialização. A pouca valorização comercial e a exploração dessa cultura em outros estados da federação foram fatores que contribuíram para a redução dessa atividade econômica.

IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM LAGOA VERMELHA

No início do século XX, começaram a chegar em Lagoa Vermelha mais famílias de origem alemã. As que já se encontravam no município prestavam serviços à Colônia Militar de Caseros, ou vindas de outras províncias. A maioria era formada por agricultores, artesão, comerciantes etc., buscavam melhores condições de vida e de trabalho nessa região, as colônias se localizavam na raiz da serra.

Nepomuceno (2003, p. 223), em seu estudo sobre a história de Lagoa Vermelha, faz um elenco de algumas famílias de alemães que se estabeleceram na região de Lagoa Vermelha, entre as quais Klein, Diefenthaler, Falkenback, Friedericchs, Hartmann, Reichmann, Heineck, Schimidt, Schuster, Hemmerle, Hoffel-

der, Kramer, Krindges, Lautert, Müller, Porth, Rauber, Ghelen, Ruschel, Schüler, Schütz, Spielmann, Trein e Zimmermann.

Algumas famílias se estabeleceram em regiões coloniais, nas áreas de campo, e na cidade de Lagoa Vermelha. Na colônia praticavam a agricultura familiar, cultivando produtos variados, como trigo, cevada, aveia, centeio, alfafa etc. A criação de pequenos animais, como suínos, ovelhas, aves etc. Outros com maior poder aquisitivo adentraram no ramo da pecuária bovina, expandiram investimentos na agricultura comercial, tornaram-se grandes pecuaristas e produtores.

A produção de alfafa inserida na cultura agrícola tornou-se uma atividade econômica significativa. Era uma planta que se desenvolvia rápido, rentável e fácil de armazenar e comercializar nos mercados regionais, especialmente durante a estação de inverno, quando os animais necessitavam de alimento mais concentrado e nutritivo. A produção destinava-se à alimentação do gado bovino, cavalar e muar. No caso dos tropeiros, a alfafa era armazenada devido às constantes viagens distantes dos animais, precisavam ser alimentados. A armazenagem também era prevista nos períodos de carência de pastos, especialmente no inverno. A dinâmica comercial alcançou a província de Santa Catarina, atendendo à demanda nos estabelecimentos do ramo agrícola.

Segundo Silva (2007, p. 35),

[...] a alfafa por ser um importante produto agrícola para alimentação cavalar, também era destinada a comercialização. Pela proximidade das áreas de criação de gado, era vendida no mercado regional para os proprietários das casas de pastos, localizadas ao longo das estradas que ligavam as sedes coloniais com os entrepostos comerciais, como a estação de ferro de Erechim – Getúlio Vargas – Caxias do Sul.

No final do século XIX, alguns negociantes do ramo do comércio procuravam construir suas moradias e estabelecimentos comerciais nas proximidades das rotas dos negociantes de animais. Eram locais estratégicos, conhecidos como “casas de pastos”, onde era oferecido pouso aos viajantes e alimento aos animais à base de alfafa. Esses locais não eram muitos, mas que tinham estrutura para abrigar tropeiros, viajantes e proprietários rurais.

O tráfego de viajantes com carroças ou montaria era frequente, geralmente levavam produtos para os mercados regional e/ou paulista e traziam outros produtos manufaturados para o comércio local, como, por exemplo, tecidos, calçados, ferramentas, açúcar, sal, café, querosene etc. A distância entre as regiões obrigava os viajantes pernovernarem nessas casas de pasto, a alfafa servia de alimento aos animais e também de colchão para os carreteiros e viajantes passarem a noite (Dal Moro apud Bernardi; Barroso, 2004, p. 82-88).

Nas primeiras décadas do século XX, aumentou comercialização dessa leguminosa devido ao aumento da demanda. Essa procura atrelava-se a duas demandas: a primeira, para a criação de animais de raça mais aprimorada geneticamente, proprietários investiam nesse setor; a segunda, para a formação de pequenas cabanhas destinadas a invernar e engordar para o comércio e para eventos de exposição em feiras agropecuárias.

Segundo Nepomuceno, Moraes e Lacerda (1981, p. 152), “além das fazendas especializadas na criação de raças europeias, há ainda inúmeros estabelecimentos que criam várias raças, mantendo o ritmo de aprimoramento que tende a equipá-lo as grandes empresas”.

Nesse período surgem e se desenvolvem pequenas manufaturas de manuseio do couro, foram instaladas sapatarias para fabri-

car chinelos, botas, selas, entre outros produtos direcionados para a população que honravam o tradicionalismo gaúcho. Algumas famílias de origem alemã foram bem-sucedidas nos investimentos em vários setores, como comércio, indústria, agricultura, pecuária. Surgiram várias profissões tanto na esfera pública como na privada, que marcaram presença no desenvolvimento regional.

A ocupação de Lagoa Vermelha foi, portanto, o resultado desse movimento migratório iniciado pelos luso-brasileiros e complementado pelas diversas etnias. A maioria dos imigrantes casava-se sem separação das diversas etnias, com pessoas moradoras do município, com alemães, italianos etc. Formavam suas famílias e absorvendo os costumes do local. Muitas famílias das áreas coloniais e das localidades, a maioria jovens, trabalhavam nas indústrias do município, nas escolas, no comércio, formavam-se profissionais liberais, ingressavam na política. A presença desses diferentes grupos sociais, cada qual com seu modo de vida, de ser, de viver, de falar, formaram a população de Lagoa Vermelha, enriquecida com a história de todas os grupos sociais itinerantes das diversas regiões e dos diversos países.

Finalizando este capítulo, evidenciamos, entre outros aspectos, a formação das estâncias de criação de gado no município de Lagoa Vermelha, a importância econômica destas, cuja produção atrelava-se à crescente demanda do mercado consumidor. Enfatizamos também o fortalecimento das relações comerciais entre os moradores do município e as áreas coloniais da serra gaúcha e o litoral norte, a venda de mulas para as regiões da serra gaúcha e de mercadorias para o litoral norte. Em contrapartida forneciam produtos essenciais não produzidos pelos moradores do município. Por último, analisamos a importância e a contribuição dos diferentes grupos étnicos e sociais que se estabeleceram no município, em particular as famílias síria e libanesa, foco de novas pes-

quisas, e de imigrantes italianos e alemães que também fizeram parte da história de Lagoa Vermelha e da região.

CAPÍTULO 3

OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA VERMELHA

Neste terceiro capítulo, analisam-se os principais fatos, acontecimentos e realizações que marcaram a trajetória dos governantes de Lagoa Vermelha; o processo emancipatório do município e dos distritos, localidades que também se emanciparam em novos municípios, cada qual com suas pequenas comunidades; os avanços, melhoramentos e benfeitorias que se consolidaram ao longo do século XX, a prosperidade e desenvolvimento do município; o surgimento da indústria, comércio e expansão da agricultura mecanizada num contexto de mudanças e transformações. Enfatizam-se também a consolidação e expansão das áreas industriais, investimentos importantes que elevaram Lagoa Vermelha a uma região industrial produtora no ramo moveleiro e avanços nos mais variados segmentos econômicos que mobilizaram a economia e o desenvolvimento da cidade, como, por exemplo, a pecuária, a indústria madeireira, a produção agrícola. Analisa-se ainda alguns motivos da mobilização na busca da emancipação política e administrativa de Capão Bonito do Sul, as razões do movimento, as questões que nortearam a luta pela autonomia administrativa e política do distrito.

DINÂMICAS NO MUNICÍPIO AO LONGO DO SÉCULO XX

No primeiro período da emancipação política e administrativa de Lagoa Vermelha, o governo foi representado por uma Câmara de Vereadores, composta por representantes da comunidade. Naquele momento não havia candidatos para concorrer ao cargo de intendente. Após alguns ajustes políticos, reuniões e debates em torno da administração ocorreu a primeira eleição, sendo eleito em 3 de junho de 1892 e empossado em 4 de setembro do mesmo ano Heleodoro de Moraes Branco o primeiro intendente do município, cuja administração se prolongou por vinte anos, encerrando em 1912. Assumiu o cargo em momentos de instabilidades políticas no estado gaúcho. Fortaleciam-se as forças políticas do Partido Republicano Rio-Grandense e do Partido Federalista pela razão do próprio contexto de mudanças do sistema de governo no Brasil, cuja proclamação havia ocorrido no ano de 1889.

A administração de Heleodoro de Moraes Branco coincidiu com a migração dos primeiros imigrantes italianos a esse município; esses buscavam novas oportunidades de investimentos, trabalho e terras mais férteis para a produção agrícola. Durante essa administração, vários desafios foram vivenciados tanto na área urbana quanto rural, como também em toda a administração pública do estado. As dificuldades eram maiores por se tratar de um município que estava apenas se formando, necessitando de planejamento e investimentos em diversos setores da vida pública, especialmente nas áreas da saúde, educação, economia, segurança. Durante essa primeira gestão foram realizadas várias obras, como a abertura de estradas, construção de pontes, escolas, iluminação pública, entre outros investimentos.

No primeiro mandato de Heleodoro de Moraes Branco, se-

gundo Nepomuceno (2003, p. 119), organizou o município dando atenção especial às necessidades públicas. Prestou ao regime republicano vários serviços, integrando-se inclusive ao movimento armado, defendendo as causas políticas e a cidade contra as aguerridas hostes federalistas da Revolução de 1893. Heleodoro foi reeleito, governou Lagoa Vermelha até 1912.

Nesse período de seu governo deu-se também o início do processo de colonização italiana em algumas áreas de Lagoa Vermelha.

Primeiramente foram direcionados a ocupar a região da serra, áreas cobertas de florestas localizadas na região norte e, posteriormente, na sede do município. As áreas ficavam em locais de difícil acesso, matas fechadas, muito trabalho e empenho dos colonizadores no processo de limpeza e preparo da terra. Nessas áreas também, com o tempo, formaram-se pequenas comunidades que evoluíram e se estruturaram em cidades.

A colonização foi fundamental nesse processo de desenvolvimento do município de Lagoa Vermelha, onde se consolidaram novos valores na formação de identidade étnica da população. Foram muitas as contribuições dessas populações, assim como dos primeiros colonizadores de origem luso-brasileira. Isso se evi-



Figura 4. Coronel Heleodoro de Moraes Branco. Fonte: NEPOMUCENO, Davino Valdir Rodrigues. *História de Lagoa Vermelha, até o início do 3º milênio*. Porto Alegre: Est Edições, 2003, p. 119.

denciou em ramos distintos da economia, no comércio, na indústria, na prestação de serviços, agricultura, pecuária, entre outros. Foram também responsáveis pelos processos emancipatórios na formação de novos municípios, com governos próprios e investimentos centrados no próprio espaço territorial.

Segundo Almeida (2008, p. 70-71), “a colonização feita pelos imigrantes italianos nos diversos municípios originados de Lagoa Vermelha não só contribui para a formação da identidade étnica como também teve repercussão na incidência dos processos emancipatórios, já que estes foram muito frequentes em áreas de colonização italiana”.

Em meio a esse cenário, as reivindicações pela formação de novos territórios administrativos foram frequentes. No final do século XIX, deu-se início a processos emancipatórios de várias localidades pertencentes ao município de Lagoa Vermelha. No passar do tempo, foram desmembrados vários distritos do município, obedecendo aos critérios jurídicos que autorizavam a criação de um novo município. As separações de um lado e a estruturação de outro causavam sempre descontentamentos, debates, críticas oposições, como também entendimentos, apoio a esses acontecimentos por parte da população que almejavam tornar realidade seus objetivos entendendo o desenvolvimento de toda a região norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. A Tabela 2 mostra a relação das localidades que alcançaram a autonomia política e administrativa e que faziam parte do município de Lagoa Vermelha.

MUNICÍPIO	ANO	MUNICÍPIO	ANO
Veranópolis	1898	Cotiporã	1982
Nova Prata	1924	Fagundes Varela	1987
Marcelino Ramos	1944	Guabiju	1987
Sananduva	1954	São Jorge	1987
Machadinho	1959	São João da Urtiga	1987
São José do Ouro	1959	Caseiro	1988
Maximiliano de Almeida	1961	Vila Flores	1988
Paim Filho	1961	Vista Alegre do Prata	1988
Barracão	1964	André da Rocha	1988
Cacique Doble	1964	Santo Expedito do Sul	1992
Nova Araça	1964	Tupanci do Sul	1992
Nova Bassano	1964	Muliterno	1992
Ibirairas	1965	Santa Cecília do Sul	1996
Ibiaça	1965	Capão Bonito do Sul	2001 (1996)
Paraí	1965		

Tabela 2. Relação de municípios desmembrados de Lagoa Vermelha. Fonte: NEPOMUCENO, Davino Valdir Rodrigues. *História de Lagoa Vermelha até o início do 3º milênio*, 2003, p. 116.

Como se vê, com exceção de Veranópolis, todos os distritos se emanciparam à categoria de municípios ao longo do século XX. A busca pela autonomia política e administrativa de cada distrito foi a principal motivação que levaram a termo a constituição dos novos municípios no Rio Grande do Sul. Esse movimento emancipatório foi o resultado do trabalho e empenho de pessoas engajadas que contribuíram na a formação de um novo território com administrações próprias. Nesse contexto, Capão Bonito do Sul foi o último município a conquistar sua emancipação política, em 1996, e instalado oficialmente em 1º de janeiro de 2001.

Nepomuceno (2003, p. 209) atesta no seu trabalho de pesquisa que “o município foi criado pela lei nº 10.742, de 16 de abril de 1996, sendo que a instalação estava prevista para o dia 1º de janeiro de 1997, no entanto, devido a algumas normas legais e batalhas jurídicas, o município só pôde ser instalado em 2001”.

As administrações de Lagoa Vermelha como município deram continuidade às suas realizações, como em todo lugar, com avanços e com dificuldades, porém visando sempre ao melhoramento econômico, social e cultural. No início do século XX, o município contava com a assistência à saúde, atendimento médico, profissionais da saúde, farmácias. Os investimentos se estendiam também na educação, segurança, construção civil, numa continuidade de todas as administrações, após o longo período administrado por Heleodoro de Moraes Branco.

Nas primeiras décadas do século XX, foram ampliados os setores do comércio, com abertura de lojas de ferragens, aviamentos e tecidos, hotelaria; da indústria, com instalação de pequenas fábricas, oficinas, funilarias, selarias, entre outros empreendimentos indispensáveis para o desenvolvimento da cidade. Lagoa Vermelha se inseriu, entre os demais municípios, ao desenvolvimento da região sul do Brasil no ramo da construção civil e investimentos urbanos, dando espaço aos profissionais especializados com maior conhecimento técnico em construções, ancorados com carpinteiros, pedreiros, funileiros, ferreiros, enfim, vários empreendedores que se instalaram no município.

Com o desmembramento do grande território da “Grande Lagoa Vermelha”, de onde se emanciparam muitos municípios, cada qual administrando seu território, o município de Lagoa Vermelha não parou de se desenvolver, ao contrário, mesmo com arrecadação menor, menor também os gastos. Pequenas comunidades chamadas subdistritos, outras, elevadas a distritos, satelizavam a cidade de Lagoa Vermelha girando no mesmo sentido, no crescimento e desenvolvimento em toda a região sob sua jurisdição. Essa realidade consolidava e potencializando o desenvolvimento econômico, social e cultural do município. A Tabela 3 mostra os distritos que faziam parte do território de Lagoa Vermelha a partir de 1888.

DISTRITOS	DATA DE CRIAÇÃO
Barracão	16/11/1888
André da Rocha	08/11/1904
Sananduva	06/11/1907
Clemente Argolo	29/04/1914
Cacique Doble	01/01/1916
Protásio Alves (Intendência)	18/05/1917
Paim Filho	02/02/1918
Caseiros	31/10/1919
Paraí	24/04/1926
Machadinho	24/04/1926
Maximiliano de Almeida	01/04/1927
São José do Carreiro (Ibiraiaras)	15/04/1929
São José do Cacique (São José do Ouro)	25/05/1934
Ibiaçá	05/05/1949
São João da Urtiga	05/11/1949
Tupinambá	12/08/1965
Chimarrão	12/08/1965
Santa Luzia	13/03/1967
Capão Bonito do Sul	05/02/1980

Tabela 3. Relação de distritos do município de Lagoa Vermelha. Fonte: Fidélis Dalcin Barbosa (p. 23).

Observa-se que, no final do século XIX, foram criados vários distritos de Lagoa Vermelha e que tornaram-se fundamentais no planejamento e ações para o desenvolvimento do território. Posteriormente, algumas dessas pequenas unidades administrativas passaram à categoria de cidades e depois a municípios autônomos. Outras, porém, mantiverem sua formação como pequenas comunidades, mas que também apresentam sua relevância no município na contribuição com trabalhos, prestação de serviços, pagamento de tributos.

Ao longo da história de Lagoa Vermelha, as administrações se defrontavam com desafios às vezes difíceis de resolver ou difícil ajustar-se nesses, como promover o crescimento em prazo curto de tempo. Por exemplo, em 1892, o município teve seu primeiro governante que assumiu diante de um contexto político conturbado em nível estadual, formado por antagonismos políticos en-

tre o Partido Republicano Rio-Grandense e o Partido Federalista. Porém, o desafio maior foi governar em meio a essas tensões geradas pela Revolução Federalista de 1893. Um conflito armado que ocorreu no Rio Grande do Sul e se alastrou pelo território de Lagoa Vermelha, com diversos combates na região, trazendo inseguranças, violências e prejuízos para a localidade.

Nepomuceno (2003, p. 80) esclarece que chegavam notícias de que um contingente armado de Santa Catarina se localizava no norte dos municípios de Lagoa Vermelha e Vacaria. Esses grupos traziam intranquilidade às fazendas, obrigando os proprietários a abandoná-las e deixá-las à mercê dos saqueadores.

Apesar dessas contrariedades e instabilidades, Lagoa Vermelha continuou no seu ritmo de investimentos e desenvolvimento, foi instalada a instituição financeira o Banco Pelotense e a partir de 1910 outras agências bancárias se estabeleceram, como o Banco Nacional do Comércio. Inaugurou-se a nova igreja matriz São Paulo Apóstolo, ampliada a eletrificação urbana, implantada a imprensa, onde reproduziam jornais em caráter informativo, como *Iris*, *Ordem*, *União*. No interior, Estância Velha foi agraciada com repartições públicas, atendimento médico, rede de farmácias, atendendo a população.

Na década de 1920, um novo conflito começou a se alastrar pela região nordeste da província gaúcha, com desdobramentos no território de Lagoa Vermelha. A pico dessa revolução ocorreu em 1923, com combates das forças revolucionários na região de Paim Filho, Capão Bonito do Sul, Clemente Argolo e Barracão. As incertezas e as preocupações da população, que já tinha vivido momentos sombrios do conflito armado ocorrido em 1893, ocasionaram a fuga dos moradores para outros municípios. A cidade ficou deserta, o comércio e as repartições públicas fechadas, causando significativos prejuízos.

Conforme Nepomuceno (2003, p. 103), após o ataque a Paim Filho, as forças retornaram às suas posições na zona da serra. A co-

luna recentemente formada necessitava de muitas coisas para se colocar em campanha aberta por Lagoa Vermelha e Vacaria, onde o governo podia contar com elementos na formação de forças.

Mesmo em meio a esses acontecimentos, a economia do município mantinha-se forte com a pecuária, uma atividade relevante e responsável pela maior arrecadação de tributos para o poder público. Havia também outros setores econômicos, como a produção agrícola, criação de outros animais, comércio, pequenas indústrias que tinham também sua importância, mesmo tidas como atividades secundárias.

De acordo com Nepomuceno (2003, p. 72),

[...] a principal riqueza do município de Lagoa Vermelha, no governo de Sylvio Barbedo, era a pecuária. O rebanho foi estimado em 200 mil cabeças de gado. Nos campos eram criados bovinos, equinos, muares, ovinos, suínos, etc. A agricultura constituía na segunda maior fonte de rendas. A produção era utilizada pelos habitantes e o excedente exportado para outras regiões. Os principais produtos da agricultura eram alfafa, milho, feijão, trigo e erva-mate.

Apesar do comércio e indústria serem atividades consideradas secundárias nesse período, não deixaram de ser fundamentais na geração de empregos, renda e circulação de mercadorias. A expansão dessas atividades econômicas ocorreu não apenas na cidade, mas também nas regiões coloniais de Lagoa Vermelha, cujos imigrantes diversificaram e ampliaram suas ocupações com a construção de moinhos, alambiques etc. Essas pequenas indústrias atendiam à demanda da colônia e dos demais moradores do município. Todas essas mudanças e transformações foram essenciais nesse contexto, sendo sinônimo de desenvolvimento e crescimento regional. A Tabela 4 mostra a relação de casas de comércio e indústrias no município de Lagoa Vermelha.

ESTABELECIMENTOS	QNTD.	ESTABELECIMENTOS	QNTD.
Moinhos	38	Ourivesaria	04
Serrarias	18	Tipografia	01
Sapatarias	15	Ferrarias	18
Funilarias	03	Curtumes	18
Selarias	16	Alfaiatarias	10
Farmácias	09	Açougues	9
Padarias	18	Alambiques	03
Lombilharias	02	Atafonas	05
Engenhos de cana	18	Cervejarias	02
Hotéis	10	Fábricas de fumo em corda	02
Fábricas de queijos	02	Fábricas de erva-mate	02

Tabela 4. Estabelecimentos comerciais e industriais em Lagoa Vermelha na década de 1920. Fonte: NEPOMUCENO, Davino Valdir Rodrigues. *História de Lagoa Vermelha até o início do 3º milênio*, 2003. p. 72.

Desde a fundação do município, as relações comerciais estiveram presentes na vida de seus moradores. Atividade importante que teve início com os colonizadores europeus através do comércio de gado e derivados de origem animal, levados e negociados no centro do país. Posteriormente, as vendas passaram a ser realizadas em nível regional, buscando atender à demanda dos moradores dos municípios vizinhos e dos pequenos estabelecimentos comerciais que surgiam, como bares e armazéns. No interior do município, especialmente nos distritos localizados nas áreas de campos, como Capão Bonito e André da Rocha, surgiram armazéns e casas comerciais de secos e molhados para facilitar o abastecimento, o atendimento de viajantes e da maioria da população rural. A região gradativamente passou por mudanças, transformações e ampliando as áreas de cultivo e de criação de animais. Na sede do município surgiam pequenos bares, lojas, casas de comércio, selarias etc.; em alguns distritos, armazéns, moinhos, locais de encontros de moradores e trabalhadores rurais.

Em 1930 foi eleito Eurico de Sousa Leão Lustoza prefeito de Lagoa Vermelha, assumindo a prefeitura num momento contur-

bado pela Revolução de 1930, que estimulava conflitos armados no país. Diante desse cenário, coube município enviar um corpo efetivo de militares (Brigada de Lagoa Vermelha) para lutar nesse conflito, surgido em razão de um movimento liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, culminando no golpe de estado em 1930, assumindo o governo Getúlio Vargas.

Segundo Nepomuceno (2003, p. 104), durante a revolução de 1930 coube a Lagoa Vermelha a formação do segundo e terceiro destacamentos com efetivo de aproximadamente três mil homens. Os municípios de Vacaria e Bom Jesus formaram a Divisão do Nordeste, tendo as atribuições de enfrentar a situação criada no país, mal orientada pela política nacional.

As revoluções ocorridas nas primeiras décadas do século XX, envolvendo diretamente Lagoa Vermelha cujas consequências foram inúmeras para o município, além das perdas humanas, prejuízos materiais e econômicos, através das pilhagens realizadas pelos revolucionários, fechamento de lojas e de pequenas indústrias, êxodo urbano, problemas de ordem social, no comércio, indústria e em outros setores da economia.

Passado esse período, Lagoa Vermelha retornou à sua normalidade, e a segurança pública passou a ser efetivamente realizada pela Brigada Militar, criada em 1930. Surgiu também a primeira indústria movida a energia elétrica do município, o comércio de alimentos se expandiu, lojas de ferragens, de produtos campeiros, selarias, ferrarias, curtumes, sapatarias, açougues etc.

Segundo Barbosa, “na década de 1930: Amadeo Scalabrin, que mais tarde montou a maior casa de ferragem do município, sendo na década de 1970 a firma comercial mais importante da cidade. Ughini, Bertoldo & Cia., na Av. Benjamin Constant, esquina José Bonifácio, cedeu lugar a firma Bombassaro Amantéa”.

A seguir a relação dos administradores de Lagoa Vermelha correspondentes ao período de 1892 a 2004 (Tab. 5).

INTENDENTES	PERÍODO
Heleodoro de Moraes Branco	1892-1912
Adolfo Paim de Andrade	1912-1914
Maximiliano de Almeida	1914-1916
Francisco Dias de Moraes	1916 -
Sylvio Barbedo	1920-1924
Alberto Marques Berthier	1924-1928
Maximiliano de Almeida	1928
Gabriel Tigre	1928-1930
PREFEITOS	PERÍODO
Eurico de Souza Leão Lustoza	1930-1933
Firmino Jacques	1933
Carlos Aguirre	1933-1938
Gervágio Rodrigues	1938
Libório Pimentel	1938
Mário Moreira	
Libório Pimentel	1946-1947
Abelardo José Nácul	1948-1952
Hugo Estivalet Pires	1952-1956
Sacrovir do Canto Lisboa	1955
Adolfo Stella	1956-1960
Raul José de Campos	1960-1964
Adão Castelano	1964-1968
Manuel Vieira da Fonseca	1969-1973
Milton José Stella	1973-1976
José Carlos Prestes Vieira	1976-1980
Manuel Vieira da Fonseca	1983-1987
Oscar Menna Barreto Grau	1987-1988
Paulo Moisés de Andrade	1989-1992
Eli Pegoraro	1993-1996
Paulo Moisés de Andrade	1997-2000
Moacir Volpato	2001-2004

Tabela 5. Relação de intendentes e prefeitos do município de Lagoa Vermelha – 1892-2004. Fonte: NEPOMUCENO, Davino Valdir Rodrigues. *História de Lagoa Vermelha até o início do 3º milênio*, 2003. p. 119-125.

Na década de 1940, a indústria madeireira surgiu pujante no município, gerando empregos e maior arrecadação de tributos. Várias empresas se estabeleceram na região e outras já locadas ampliaram suas instalações. O corte, beneficiamento e armazenamento da madeira constituía o objetivo principal voltado sobretudo para a construção de moradias, galpões, estabelecimentos comerciais, no município e em outras regiões do país.

De acordo com Silva (2007, p. 41), “a instalação de grande número de serrarias na região coberta por pinhais era vista como princípio de industrialização, de desenvolvimento e progresso, viabilizando a produção agrícola, o surgimento de povoação e novas oportunidade de trabalho, sem, portanto, uma tomada de consciência sobre os efeitos devastadores provocados por essas serrarias”.

A agricultura era uma atividade constantemente em expansão, cultivando diversas culturas, como trigo, milho, alfafa, cevada. Barbosa (1981) destaca que na década de 1940 anualmente eram colhidos em torno de mil e quinhentos sacas de milho, três mil quilos de uvas, oitocentos mil sacas de trigo, três milhões e quinhentos mil quilos de alfafa, cinco mil toneladas de mandioca, seis mil sacas de arroz, cinco mil sacas de batata-inglesa, sete mil e quinhentos sacas de feijão.

No centro urbano, na década de 1940, teve início a colocação do calçamento nas ruas da cidade com os paralelepípedos, construído ginásio Duque de Caxias e a Rádio Cacique, em 1948, foi inaugurou o Hospital de Lagoa Vermelha, cujas instalações posteriormente foram ampliadas, e na década de 1950 foi construído um novo prédio.



Figura 5. Inauguração do Hospital de Lagoa Vermelha na década de 1940. Fonte: Foto cedida pela Secretaria Municipal da Educação de Lagoa Vermelha - RS.



Figura 6. Colégio Rainha da Paz - Década de 1930. Fonte: NEPOMUCENO, Davino Valdir Rodrigues. *História de Lagoa Vermelha, até o início do 3º milênio*. Porto Alegre: EST Edições, 2003, p. 286.

De 1848 a 1851, na gestão do Dr. Abelardo José Nácul, foi criado mais um subdistrito no território de Lagoa Vermelha, Capão Bonito do Sul, que perdurou até o ano de 1980, quando foi elevado à categoria de distrito. “Na década de 1950 foi criado o subdistrito cujas condições perduraram até a elevação a distrito, em 5 de fevereiro de 1980, lei nº 2652” (Nepomuceno; Moraes; Lacerda, 2001, p. 62).



Figura 7. Igreja Matriz São Paulo Apóstolo de Lagoa Vermelha, localizada na Avenida Afonso Pena, próximo à Praça Marechal Deodoro, década de 1940. Fonte: NEPOMUCENO, Davino Valdir Rodrigues. *História de Lagoa Vermelha, até o início do 3º Milênio*. Porto Alegre: EST. Edições, 2003, p. 287.

Na década de 1950, foram consolidadas algumas realizações e melhoramentos tanto na área urbana quanto na rural. Ampliou-se o número de escolas no município, foram inaugurados o Ginásio Duque de Caxias, o prédio dos correios e telégrafos, a agência do Banco do Brasil e estabelecimentos comerciais. Na área rural, as estradas foram arrumadas e ampliadas, outras foram abertas.

Nesse período deu-se início ao processo de mecanização da lavoura. Foram ampliadas as áreas de terra plantadas devido à in-

rodução de máquinas, onde podiam plantar em pouco tempo muitos hectares, com as culturas de milho, trigo, feijão, centeio, alfafa etc. Foram construídos armazéns e silos para estocar a produção, sem vendê-la imediatamente ou estocá-la correndo o risco de se estragar. Nessa área, começaram a surgir as associações de produtores rurais em cooperativas, como a Cooperativa Agrícola Mista Lagoense Ltda. (Camila), em 1959.

Nepomuceno (2003, p. 104) ressalta que a entidade tinha como objetivo a promoção do desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas de caráter comum, assim como a venda da produção agrícola e pecuária nos mercados local, nacional e internacional, mediante a colaboração de seus associados. Teve como principais atividades o recebimento e a comercialização dos produtos agrícolas.

Ainda na década de 1950, mais precisamente em 1958, foi inaugurado o aeroporto municipal de Lagoa Vermelha, uma reivindicação importante que representava a integração e o desenvolvimento do município com as demais cidades brasileiras. Além de gerar empregos diretos e indiretos, facilitou o acesso de passageiros e cargas transportadas de forma rápida e segura. Após 32 anos de funcionamento, por questões financeiras e de segurança teve que ser fechado o aeroporto. Desse empreendimento ficaram, além das recordações, as relevantes contribuições de integração e fortalecimento comercial com outros municípios da região e dos estados da federação.



Figura 8. Momento de inauguração do aeroporto municipal de Lagoa Vermelha no ano de 1958. Fonte: Foto cedida por José Oscar Bertuol Koch.

Na década de 1960, foram realizadas várias obras em todas as áreas do município, como construção de pontes, incentivos à urbanização da cidade, abertura de estradas e encascalhamento; foram inauguradas a Escola Trajano Machado e a Escola Delfina Loureiro, o Colégio Estadual passou a ter o 2º grau, estabeleceu-se a 22ª Delegacia de Educação. Novas instituições bancárias se estabeleceram no município, entre as quais as agências Caixa Econômica Estadual e Caixa Econômica Federal. Foi inaugurado o prédio do Corpo de Bombeiros, instalado a Delegacia Regional de Polícia.

Outro fato importante deve ser mencionado pela importância que teve para o município de Lagoa Vermelha. Trata-se do asfaltamento da atual BR 285. Por essa BR facilitou o escoamento da produção agrícola e industrial. Facilitou o deslocamento das

pessoas para outras localidades e estados; permitiu a vinda de novos empreendedores tanto na área industrial como na agricultura.

Conforme Barbosa (1974, p. 26), a BR 285 foi construída pelo Exército brasileiro na década de 1940 e asfaltada pela Emec a serviço do DNER em fins da década de 1960 e princípio da de 1970. Essa rodovia atravessa o município de Lagoa Vermelha, ligando o litoral em Araranguá e a fronteira Argentina em São Borja. A construção dessa estrada representou um passo decisivo da emancipação econômica e da prosperidade do município.

Na década de 1970, foi destinada uma área de terra com finalidade de construir um distrito industrial no município de Lagoa Vermelha. A maioria das empresas dedicavam-se ao setor moveleiro, fabricando móveis. Este setor recebia incentivo e relevância no município não só pelo que produziam, mas por gerar empregos e rendas para o município. Gradativamente o parque foi se ampliando, chegando novas empresas de outros municípios ou ampliando as atividades, havendo maior integração e fortalecimento na produção e comércio dos produtos produzidos.

Nepomuceno (2003, p. 326) explica que as primeiras indústrias do setor moveleiro surgiram com as serrarias, fábricas de caixas, aplainados e outros produtos para a construção civil em razão de nessa época as edificações em alvenaria serem raras. Depois desse período começaram a surgir pequenas fábricas moveleiras, muitas crescendo e se tornando relevantes no desenvolvimento industrial de Lagoa Vermelha.



Figura 9. Autoridades presentes durante a inauguração da primeira área industrial de Lagoa Vermelha. Fonte: NEPOMUCENO; MORAES; LACERDA. *Grande Lagoa Vermelha 1881-1981*. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, 1981. p. 160.

A Companhia Riograndense de Água e Saneamento (Cor-san) foi implantada em torno de 1970, assim também a Cia. Rio-grandense de Telecomunicações (CRT), o jornal *Gazeta Popular*, a Escola Francisco Argenta e a Escola Frei Olivo. Para ampliar os conhecimentos técnicos aos trabalhadores do interior do município, foram fundados o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Assistência Técnica de Extensão Rural (Ascar), atualmente Emater. Em 1978 foi realizado o primeiro rodeio crioulo de Lagoa Vermelha, movimentando a economia em diversos setores, abrindo caminho para a realização cada vez maior desse evento, atraindo inúmeras pessoas para participar e assistir a maior festa tradicionalista da região.

O cultivo da maçã no município de Lagoa Vermelha foi outra realidade que se consolidou a partir da década de 1970. A

iniciativa partiu de empresários de Caxias do Sul, que investiram na plantação de macieiras nessa região. A análise considerada para esse projeto foram disponibilidade de terras, clima favorável e incentivos fiscais. Devido ao sucesso do empreendimento, outros empreendedores se dedicaram aos pomares de maçãs, que foi conhecida em todo território nacional e também no exterior. O fator social importante foi a geração de empregos para muitos, especialmente na colheita. Havia também incentivos para outras variedades frutíferas, como pêssegos, uvas, figos etc.

Segundo Barbosa (1981, p. 20), de acordo com os dados do IBGE, existiam no município cerca de 2.300 pés de macieiras, 33.700 pés de uvas, 1.500 pés de figueiras, 4.010 marmeleiros, 1.700 pereiras, 12.375 pessegueiros, 700 caquizeiros, 400 pés de tangerinas, 800 pés de nozes, 7.000 laranjeiras e 360 limoeiros.

Nas décadas de 1980 e 1990, continuaram a ser criadas instituições sociais organizativas e de prestação de serviços no município de Lagoa Vermelha, citam-se fundação do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Mobiliária, instalação da Secretaria Municipal da Saúde e Bem-Estar Social, Inauguração do Parque de Exposições, criação da segunda área industrial, criação do Núcleo de Criadores do Gado Dévon, realização da Primeira Festa Nacional do Churrasco e da Comida Campeira, reforma da Catedral de Santo Antônio e instalação da central telefônica na localidade de Clemente Argolo no interior do município.

Outro importante empreendimento foi a ampliação das áreas de reflorestamento rural com *pinus illiottis* e eucaliptos. Duas vertentes entravam em questão: uma, preservava o meio ambiente; outra, garantia matéria-prima para as indústrias moveleiras. Essas, entre outras realizações que se consolidaram ao longo da trajetória de Lagoa Vermelha como município, foram

fundamentais para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural da região nordeste do estado do Rio Grande do Sul.

Conforme Nepomuceno (2003, p. 166), Lagoa Vermelha era considerada o terceiro polo moveleiro do estado, sendo inauguradas três áreas industriais. Esse setor econômico, juntamente com a produção primária e o comércio, formaram o tripé do desenvolvimento econômico do município.

O comércio, por sua vez, cada vez mais se destacava. Surgiram novos estabelecimentos comerciais direcionados para a venda de roupas, tecidos, confecções, aviamentos, eletrodomésticos, alimentação, restaurantes, açougues. Esses empreendimentos foram surgindo na medida em que o século XX se encaminhava para o final. Nesse período os incentivos à cultura, saúde, educação, asfaltamento de avenidas continuaram sendo realizados. Portanto, todas as administrações buscaram contemplar os setores da sociedade tanto na área urbana como na rural, oferecendo à população qualidade de vida e desenvolvimento.

A partir de 2000, as mudanças e transformações do perfil urbano e rural de Lagoa Vermelha foram mais rápidas, os investimentos continuaram sendo ampliados, novas empresas no ramo do comércio e da indústria, prestação de serviços etc., se estabeleceram e expandiram seus negócios. A presença de novos moradores se evidencia através dos novos investimentos e trabalhadores nos diferentes setores da economia. A produção de grãos se ampliou, ocasionando a vinda de novos produtores para o município, os chamados “lavoureiros”, que passaram a investir cada vez mais na produção agrícola. A construção do Campus Universitário se consolidou, facilitando o acesso a muitos estudantes de Lagoa Vermelha e municípios vizinhos. A cidade ganhou maior desenvolvimento em quase todas as áreas que contribuíram de-

ram retorno para o desenvolvimento de Lagoa Vermelha neste início do século XXI.

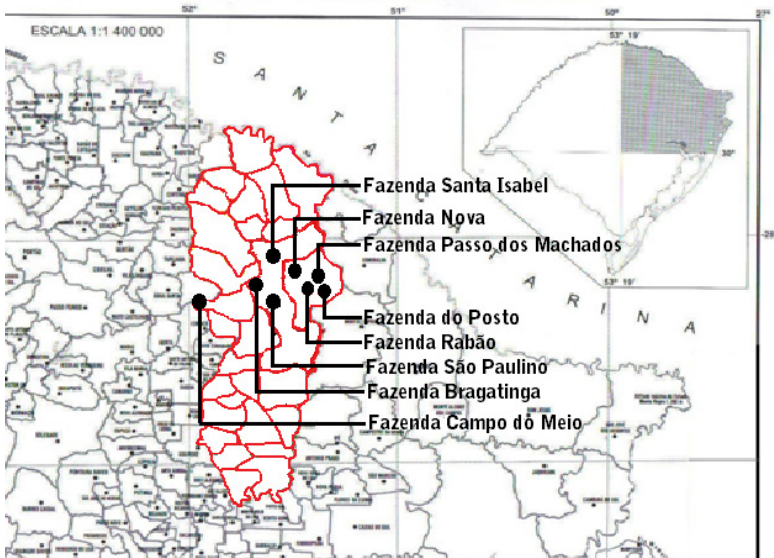
Considera-se que houve dificuldades e desafios ao longo de toda a trajetória de Lagoa Vermelha como município. Houve ganhos e perdas, que são parte da vida da população e das administrações de qualquer município. Ressalta-se que não foram contemplados todos os aspectos da sociedade de Lagoa Vermelha desde sua fundação como município até 2000, até porque o objetivo principal deste trabalho foi pontuar alguns aspectos relevantes da formação, consolidação e desenvolvimento de Lagoa Vermelha. Agora, então, entraremos no município de Capão Bonito do Sul, cuja história está diretamente relacionada à região da “Grande Lagoa Vermelha”.

ECONOMIA DE LAGOA VERMELHA (PECUÁRIA, EXTRATIVISMO, AGRICULTURA)

Desde a fundação do município de Lagoa Vermelha, a economia esteve atrelada à criação e ao comércio de gado, especialmente muares, que, por longo tempo, impulsionaram a economia brasileira através do chamado ciclo do tropeirismo. Toda a renda auferida por esse sistema ocorria através da cobrança sistemática de impostos sobre a criação, transporte e uso desses animais como meio de locomoção. Isso se devia porque os povoadores luso-brasileiros se tornaram tropeiros, pecuaristas, estancieiros, dedicando-se à criação e comércio de gado.

A renda do município provinha dessa movimentação econômica que envolvia várias operações financeiras, desde o comércio e trocas de mercadorias entre os moradores e as localidades mais distantes. A existência de pastagens naturais povoadas de gado xucro foi fundamental para a formação das fazendas de animais

localizadas ao norte e nordeste do Rio Grande do Sul. A maioria criava muares para atender à demanda no centro do país, os quais eram mais valorizados. As estâncias se fixaram no território de Lagoa Vermelha, algumas na região de Barracão, Campo do Meio, Clemente Argolo e Capão Bonito do Sul, destacando-se como as maiores fornecedoras de animais muares para a região de Minas Gerais durante o ciclo do ouro.



Mapa 9. Criatórios de muares do município de Lagoa Vermelha – primeiras décadas do século XX. Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Mapa elaborado por Ney Garcez de Almeida.

A formação das primeiras fazendas de criação de gado estava diretamente relacionada com a ocupação do território gaúcho e o aproveitamento do gado xucro disperso pelas áreas de campos. Além de criar mulas, possuíam também bovinos, equinos, ovinos, etc. que também eram comercializados, porém em menor número e com uma cotação comercial menor. Apesar da agricultura, indústria, terrenos urbanos, etc., serem indispensáveis ao desen-

volvimento do município, a maior parte de sua arrecadação tributária estava atrelada à pecuária bovina, permanecendo ao longo do século XX como a base fundamental de sua economia. Obviamente que nesse período havia também a criação de pequenos animais como caprinos, suínos, ovinos, etc., normalmente criados em pequenas propriedades rurais, mas que também tiveram sua importância nesse período.

À medida que o comércio interprovincial de animais cavaleiros foi diminuindo devido a diversos fatores, entre os quais o maior incentivo à criação de gado nas áreas de mineração, a chegada da ferrovia em algumas regiões do país ocasionou o declínio da atividade tropeira, houve um redirecionamento nos investimentos. A criação e o comércio de mulas passaram a atender uma crescente demanda em nível regional especialmente nas áreas de colonização italiana. O maior incentivo passa então a ser direcionado para a produção de gado bovino, que renascia como uma atividade lucrativa e em expansão.

No início do século XX, a criação de gado ainda era realizada de forma extensiva, onde os animais eram soltos, livres nas pastagens nativas em pequenas ou grandes áreas. Todos os nutrientes necessários para seu desenvolvimento eram encontrados nos campos e com um custo mínimo na sua produção. Para muitos proprietários esse sistema extensivo seria o ideal para preparar os animais para a venda. Essa prática, comum entre a maioria dos pecuaristas, perdurou ao longo de todo o século XX, até mesmo em algumas propriedades rurais da atualidade. Após todo o processo de criação e engorda, os animais eram comercializados em nível regional e em outras localidades do Rio Grande do Sul, especialmente para atender à crescente demanda das charqueadas e matadouros.

Conforme Kühn (2002, p. 69),

[...] as charqueadas foram estabelecidas em diversos locais do Rio Grande do Sul: existiram estabelecimentos na região do Jacuí, nas lagoas dos Patos e \mirim, em Porto Alegre, em Rio Grande, em Jaguarão, entre outros locais. Porém, devido a sua localização estratégica, Pelotas passou a ser o grande centro do charqueador gaúcho. Entre os motivos do sucesso das charqueadas pelotense estava o fácil acesso aos rebanhos de gado e às vias de escoamento fluviais e marítimas (o porto de Rio Grande).

À medida que se avança o século XX a criação e o comércio do rebanho bovino foi se ampliando, buscando atender a procura cada vez maior por produtos de origem animal, especialmente para o consumo da carne bovina. Surgem, então, empresas mais especializadas no ramo do comércio de carnes, como frigoríficos, matadouros, etc., que passam a ser os principais compradores da produção do município.

A história da ocupação territorial do estado do Rio Grande do Sul, localizado no extremo sul do Brasil, está relacionada com o desenvolvimento da sua atividade agropecuária (Pesavento, 1994; Fontoura, 2000), destacando-se a produção de bovinos de corte (Abreu, 1953). Os bovinos dos campos do Rio Grande do Sul começaram a ter importância comercial quando surgiu um aumento da demanda por charque, originada pela necessidade de alimentação dos escravos que trabalhavam nas grandes plantações do centro e do norte do país (Fontoura, 2000). Essa demanda crescente incentivou o surgimento das charqueadas, sendo a primeira instalada nas margens do Rio Pelotas em 1779 (Marques, 1987). O rebanho abundante de bovinos no estado supria a demanda de carne das charqueadas, e tão logo as inovações

no processo de abate foram surgindo, indústrias mais modernas foram as substituindo (Pesavento, 1980).

Por volta do ano de 1920 ocorre o processo de modernização da pecuária bovina no Rio Grande do Sul e no município de Lagoa Vermelha. Alguns pecuaristas motivados pela criação e o comércio de gado de melhor qualidade através do aprimoramento genético e que ofereciam maior lucratividade trouxeram para o município raças oriundas da Europa, como o Dévon, Hereford, Charolês, entre outras. Apesar de exigir maiores cuidados, investimentos e mão de obra especializada no manejo e cuidado dos animais, os lucros eram bem maiores.

Conforme Barbosa (1981, p. 196), em 1920 Oswaldo Fernandes e Sátiro José Fernandes trouxeram da fazenda Pedras Altas, do Dr. Assis Brasil, os primeiros reprodutores de gado Dévon, dando início à criação dos animais da raça inglesa no município e que facilmente se adaptaram à região.

Com o aprimoramento na qualidade dos animais e nas técnicas de produção, houve um acompanhamento mais efetivo do rebanho e restrito em determinadas áreas de pastagens. Todos esses recursos direcionados à pecuária bovina, além de proporcionar melhores resultados econômicos, trouxeram contribuições relevantes para Lagoa Vermelha, surgindo nesse cenário a formação de inúmeras cabanhas especializadas na criação e venda de animais de raças europeias.

A criação de gado foi em todos os tempos a atividade principal do município. O aprimoramento dos rebanhos com a importação de gado europeu, de raças para carne e leite, trouxe uma melhoria substancial e o número de cabanhas beneficiadas foram bastante elevadas (Nepomuceno; Moraes; Lacerda; 1981, p. 152).

Fatores como clima agradável, pastagens naturais, diversas fontes de água e a qualidade dos rebanhos foram fundamentais para expandir a criação do rebanho bovino no município. Atrela-

do a esse cenário, houve uma maior valorização na pecuária de corte, incentivando um número maior de proprietários rurais a se dedicarem à criação e comércio de bovinos. A Tabela 6 mostra a evolução da pecuária no território de Lagoa Vermelha.

Anos	Bovinos	Equinos	Muare	Ovinos	Suínos	Caprinos
1919	85.000	30.000	30.000	12.000	80.000	6.000
1923	145.000	30.000	14.200	17.000	90.000	6.200
1948	227.000	33.706	14.771	34.236	75.013	2.586

Tabela 6. Produção pecuária no município de Lagoa Vermelha no período de 1919 a 1948. Fonte: Barbosa, 1981, p. 195.

Além das fazendas de criação de raças europeias, existiam outras propriedades rurais que mantinham a criação do gado de forma extensiva e com animais de raças conhecidas e características da região, como a crioula, mas que também eram importantes na economia do município. A maior parte da produção era destinada ao mercado regional, fornecendo, além do animal para o abate, o couro, a carne, o leite e demais produtos de origem animal.

Além das raças bovinas, a criação de gado leiteiro também se consolidava no município, havendo inclusive incentivo na aquisição de animais com maior produtividade. As raças holandesas e gerseis, gado manso e de fácil manuseio, passaram a fazer parte do rebanho bovino e foi uma alternativa viável tanto para o pequeno quanto para o grande produtor rural. Geralmente esses animais eram confinados e alimentados com pastos de melhor qualidade. Isso proporcionava a coleta de um número maior de litros de leite diários e, conseqüentemente, maiores lucros aos produtores. Todo esse sistema produtivo consistia numa atividade essencial e importante que, além de fornecer leite e seus derivados, ampliou seu comércio para outras regiões do estado, sobretudo com empresas do ramo de laticínios.

Segundo Melo e Grau (2017, p. 40),

[...] a bovinocultura de leite também nesse período contemporâneo, ocupa largamente seu espaço produtivo com farta área para produção de forragem animal, em pastejo direto nas espécies anuais e perenes ou nos plantios direcionados a produção de silagem. Com ampliação do rebanho leiteiro e do número de propriedades dedicadas a atividade, tornou-se importante fonte econômica no meio rural, por sua natureza de renda mensal distribuída uniformemente nos doze meses do ano.

A criação de ovelhas também surgiu nesse contexto como uma importante atividade econômica no município. Além da venda para o abate, havia também o fornecimento da lã, couro e a carne para atender uma demanda cada vez maior no Rio Grande do Sul e no próprio país. Como são animais de campo, facilmente se adaptaram aos campos de cima da serra, havendo a expansão na criação e no seu comércio. À medida que esses investimentos foram se fortalecendo, alguns proprietários rurais buscaram o aprimoramento genético, surgindo uma variedade maior de raças, como Ille de France, raça de origem francesa; a Suffolk, oriunda da Inglaterra, entre outras.

Surgem, então, em algumas propriedades rurais a formação de cabanhas especializadas na criação e manejo de ovinos, muitos desses preparados para serem negociados e apresentados em exposições agropecuárias, com um significativo valor comercial. Os maiores produtores de ovinos situavam-se em diversos distritos do município, alguns moradores da região do Capão Bonito do Sul, cuja produção destinava-se ao consumo familiar e para fins comerciais.

De acordo com Nepomuceno (2003, p. 166),

Lagoa Vermelha, realiza importantes exposições e feiras, onde se encontram ovinos, bovinos, eqüinos e outros animais de raças variadas e qualidades reconhecidas. Expõe-se gado de raças Devon, Charolês, Shorthorn, Santa Gertrudes, Jersey, etc.; ovinos Ille France, Hampshire Down, Suffolk e outros. O mesmo ocorrendo com o gado leiteiro, destacando-se os animais da raça Holandesa; eqüinos crioulos, Mangalarga, etc.

Apesar da redução no comércio de muares, que fora a principal fonte de renda desde a fundação do município, ainda eram criados alguns desses animais, assim como cavalos, que também apresentavam importância econômica e ganhavam espaço no território de Lagoa Vermelha. Alguns proprietários rurais, buscando diversificar a produção, investiram na criação e no comércio desses animais. Muitos necessários para o trabalho da fazenda e também para percorrer a propriedade para buscar e manter o acompanhamento do gado, ou mesmo para se deslocar de uma localidade para outra. Com o passar do tempo, alguns estancieiros buscaram o aprimoramento genético, o que contribuiu para a formação de uma variedade maior de raças no município, como o Mangalarga, Quarto de milha e a Crioula, entre outras que passaram a fazer parte do rebanho no município.

A maioria desses animais eram negociados no próprio município, até porque uma região de forte tradicionalismo gaúcho, os compradores eram que participavam de atividades campeiras, torneios de laço, rodeios crioulos, entre outros eventos realizados na região. Havia também outros que dependiam desses animais para se deslocar do interior para a cidade, até mesmo para manter

e preservar a cultura gaúcha, como, por exemplo, a realização de encontros tradicionalistas e de eventos como o rodeio crioulo.

Convém salientar que havia também a criação de pequenos animais, caprinos, suínos, frangos etc., normalmente criados nas pequenas propriedades rurais. A produção era destinada ao consumo próprio, ou negociada entre os moradores locais. Por volta da década de 1980, houve incentivos e investimentos em aviários na criação de frangos em parceria com as empresas Sadia e Perdigão, as maiores compradoras. Havia um acompanhamento e monitoramento especial no desenvolvimento das aves por técnicos das empresas desde o começo até o ponto de abate. Hoje a comercialização está muito sólida tanto no país como na exportação para todos os continentes.

A agricultura surgia nesse cenário como uma atividade essencial na economia do município, inicialmente restrita aos pequenos produtores, cuja produção era para a subsistência da família, o excedente era comercializado. Plantavam vários produtos, como milho, mandioca, batata-doce, feijão, entre outros. O manejo no preparo do solo, plantio e colheita era feito sem tecnologias, basicamente utilizavam a enxada, o arado e o emprego da mão de obra da família. As áreas boas, cultiváveis, eram feitas na derrubada das florestas, o solo continha adubação para boas colheitas. O sistema adotado após a derrubada eram as queimadas, praticadas pelos imigrantes italianos. Essa prática determinava o rápido esgotamento do solo, resultando numa progressiva baixa da produtividade.

Segundo Silva (2007, p. 33), “a agricultura tradicional de subsistência, desenvolvida nessa região, caracterizava-se pela utilização intensiva dos recursos naturais, ou seja, a fertilidade natural do solo e a mão de obra direta, cujo objetivo da produção era

alimentação do núcleo familiar, sendo o excedente destinado a comercialização”.

Posteriormente houve a expansão dessa atividade econômica e a partir de 1950, com a chegada da mecanização da lavoura e uma demanda maior por produtos agrícolas, houve a ampliação nas áreas de plantio e adesão de novos produtores nesse setor econômico. Alguns pecuaristas procuram delimitar uma área específica dentro de sua propriedade para a produção de grãos, sobretudo para as culturas de inverno e verão, como a produção da batata, da aveia, do milho e do trigo. Na pequena propriedade rural o milho, a cevada, o centeio, a alfafa, entre outros produtos do meio rural também ganhavam maior incremento e investimento no município.

Todo esse sistema agrícola passou, então, por um processo de aprimoramento a partir da década de 1950, intensificando-se por volta de 1970 com a modernização das práticas agropecuárias e com a inserção de maquinários modernos, como o trator, a semeadeira e a colheitadeira. Essas inovações foram fundamentais para agilizar o trabalho na lavoura e contribuiu para que o produtor rural alcançasse melhores resultados na produção e na qualidade de seus produtos. As áreas de plantio foram ampliadas, assim como a diversificação de culturas, com destaque para o cultivo do trigo mourisco, que apresentava maior aceitação no mercado e uma cotação comercial mais elevada.

De acordo com Barbosa (1974, p. 81),

[...] na década de 1970, a agricultura tornou-se uma das principais fontes de renda do município, ao lado da pecuária e da indústria madeireira. Em 1974 havia cerca de 100 grandes granjeiros, cultivando 12 mil hectares de terras com trigo mourisco e uma produção em torno de 240 mil sacos; 7.500

hectares com o cultivo do trigo e uma produção aproximada de 120 mil sacos; 4 mil hectares com soja e uma produção de cerca de 80 mil sacos. Nesse ano a agricultura dispunha de mais de 200 tratores e possuía 3.527 propriedades rurais. Lagoa Vermelha, ao lado de vacaria, tornou-se o maior produtor de trigo mourisco do mundo.

A exploração florestal, com o passar do tempo, foi se consolidando como uma atividade lucrativa e de expansão no território de Lagoa Vermelha. Desde a década de 1890, como já mencionado neste trabalho, ocorreu a instalação de algumas serrarias no município, dando início ao processo de exploração madeireira para fins comerciais. A produção voltava-se exclusivamente para o corte e beneficiamento da madeira, especialmente do pinheiro araucária que existia em grande quantidade na região. A demanda inicial visava atender às necessidades do município com a produção de tábuas, caibros, ripas etc., utilizadas na construção de galpões, moradias, casas comerciais, entre outras edificações que foram surgindo no município de Lagoa Vermelha.

Segundo Silva (2007, p. 37), o surgimento do processo industrial na região relacionava-se à chegada das madeiras. As florestas, consideradas entraves para o desenvolvimento econômico e social, passaram a representar mais uma fonte de riqueza a ser explorada, viabilizando avanços e possibilidades num universo de restrições a que a região estava inserida.

À medida que esse investimento prosperava, novas empresas madeireiras foram se instalando no município. Por volta de 1940, ocorreu a expansão da indústria madeireira na região, muitas localizadas próximo ao núcleo urbano, outras em localidades mais remotas, como em André da Rocha, Barracão, Machadinho, São José do Ouro, Caseiros, Sananduva, Ibiraiaras e Capão Bonito do

Sul. A vinda de novos moradores para Lagoa Vermelha, trazendo as experiências e conhecimentos nesse empreendimento, foram responsáveis pelo incremento dessa atividade, demonstrando a relevância econômica e social, gerando empregos e renda para Lagoa Vermelha.

Segundo Nepomuceno (apud Amarante, 1996, p. 165-197), no final das décadas de 1930 e 1940, até o início dos anos 1950, aconteceu a chamada “febre da madeira”, havendo um número elevado de serrarias na região. Como não eram servidos por estradas de ferro, somente os pinheiros de maior diâmetro eram cortados e comercializados. Ao lado da ferrovia Erechim-Passo Fundo, inúmeras pilhas de tábuas ficavam expostas por quilômetros aguardando o embarque.

Todo trabalho de corte e deslocamento da madeira no interior das florestas apresentava seus desafios e dificuldades. Várias pessoas trabalhavam na derrubada das árvores, no preparo e arrasto das toras, algumas puxadas em carretas atreladas a bois e empurradas para cima do caminhão. Após todo o processo de transformação, eram comercializadas para diferentes regiões do estado, como Monte Negro, São Sebastião do Caí, Passo Fundo, Santa Catarina, posteriormente atendendo demandas maiores para outras regiões do país.

Jacques e Volpato (1998, p. 192) afirmam que os pinheiros eram cortados só com serrote de dois cabos, precisando de uma pessoa em cada ponta. Posteriormente, passou-se a usar o serrote americano, que possuía dentes diferentes: os dentes do meio eram uma espécie da forquilha, fazendo com que não saíssem serragem, e sim lascas de madeira, assim o trabalho era mais rápido. Algum tempo depois utilizaram a motosserra, mas que ainda necessitavam de dois homens para manuseá-la em razão de ser muito pesada, porém facilitava o corte e a derrubada de árvores.



Figura 10. Transporte de tora de Araucária em Lagoa Vermelha. Fonte: NEPOMUCENO, Davino Valdir Rodrigues. *História de Lagoa Vermelha, até o início do 3º Milênio*. EST. Edições, Porto Alegre, 2003, p. 321.

Na década de 1970, a indústria madeireira contava com várias unidades de produção no território de Lagoa Vermelha, com inovações na produção e beneficiamento da matéria-prima. Além da madeira bruta, comercializavam-se armações para telhados, portas, janelas, assoalhos, ripamentos etc. em razão da própria evolução da sociedade que contava com um número maior de moradores e demandava maior quantidade de material para a construção de moradias, assim como para edificações públicas. A maioria dos trabalhadores morava no próprio município, outros já vinham de outras localidades, estabeleciam-se em alojamentos improvisados e até mesmo em pequenas casas construídas nas proximidades das empresas. Muitas dessas serrarias se localizavam no interior das matas, e no passar do tempo formavam-se pequenas vilas e posteriormente comunidades maiores.

Barbosa (1974, p. 73) ressalta que, em 1974, havia muitos estabelecimentos industriais de extração e beneficiamento da

madeira no município, entre os quais se destacavam as empresas Boleslau Zamecki, Bonotto e Filhos, Argenta, Zanin, Madalozzo, Eugênio Caetano Allegretti, Pertile, Indústria de Esquadrias Chies, Madeireira Ibirajaras de Ivo Chies, Rodial Guadagnin, Orlando Bortoluzzi, Antônio Bianchin, Irmãos Menegaz, Rui Barreto, José Ceni, Zelinda Bonotto, fábrica de papelão de Ceni & Cia.

Por volta de 1980, ocorreu a redução gradativa das reservas florestais do município, levando muitos proprietários a migrarem para outras regiões do estado e até mesmo do país em busca de novas oportunidades de trabalho e espaço para a exploração econômica e com novos investimentos. Outras, no entanto, em menor número, continuaram trabalhando com matéria-prima alternativa, promovendo reflorestamento com *pinus illiotis* e eucaliptos, que possibilitavam manter ativo esse empreendimento. Em consequência dessa redução significativa na produção madeireira no município ocasionou a saída de muitas pessoas do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

O processo de exploração florestal para fins econômicos trouxe consequências até irreversíveis para o meio ambiente. Alguns empreendedores, movidos pela prosperidade econômica e do desenvolvimento regional, em meio à abundância de matas nativas, não se preocupavam com as questões ambientais. Não havia tanta preocupação com esse problema e poucos órgãos eram encarregados de fiscalizar e divulgar a importância da exploração da flora de forma consciente sem danos ao meio ambiente.

A partir da indústria extrativa, os investimentos foram ampliados, novas empresas se estabeleceram no município, direcionaram suas atividades para a fabricação moveleira. A matéria-prima vinha da floresta local com a licença, e também começou a ser utilizado material compensado e alumínio. Essas inovações no setor fabril trouxeram melhoramento e qualidade de produ-

ção. As mudanças e transformações ocorridas ao longo do século XX foram fundamentais para a formação e desenvolvimento de Lagoa Vermelha.

Melo e Grau (2017, p. 40) enfatizam:

Outra modificação nesse período foi a força da urbanização que possibilitou o avultado crescimento das cidades, alterando a relação quantitativa da população rural anteriormente maior que a urbana, para um quadro que se inverteu sem chances de retroceder. Nessa direção surgem a prestação de serviços, as necessidades citadinas e a industrialização. Nesse tema, a estruturação do parque moveleiro regional também se alterou significativamente, em especial no município de Lagoa Vermelha, ganhando contornos nacionais e internacionais via mercado exportador, além é claro, da ampliação da empregabilidade.

Ao finalizar este terceiro capítulo, procurou-se contextualizar a trajetória do município de Lagoa Vermelha localizado na região nordeste do estado. Elencaram-se os intendentes e prefeitos que governaram o município, os principais desafios e dificuldades ocorridas durante essas administrações que marcaram a história, como as revoluções e conflitos ocorridos nas primeiras décadas do século XX. Além da questão das emancipações, formaram-se também novos distritos, que deram origem a pequenas comunidades, passando a integrar o território gaúcho. Também destacaram-se o surgimento do comércio, da indústria, da prestação de serviço e da modernização da cidade, enfim, as transformações e realizações mais importantes que se consolidaram ao longo das décadas em projetar Lagoa Vermelha em uma cidade em ritmo de crescimento e prosperidade até início do século XXI. Analisou-se também o fortalecimento e o processo de evolução da pecuária bovina, com

investimentos no melhoramento da qualidade dos animais, a importância da indústria extrativa no município que contribuiu para o surgimento da indústria moveleira e as atividades agrícolas num contexto de ampliação produtiva e mecanização de lavouras. Por fim, enfatizou-se que esse cenário que se configurou ao longo da trajetória de Lagoa Vermelha como uma região em pleno desenvolvimento e com uma economia em ascensão foi, entre outros motivos, o que contribuiu para que se pensasse para a emancipação do território de Capão Bonito, formando, portanto, um novo município na região nordeste do Estado. É o que explanaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

CAPÃO BONITO DO SUL E SUA HISTÓRIA

Neste capítulo, enfatiza-se a história de Capão Bonito do Sul, inicialmente contextualizando o tropeirismo de muares e a relação com Lagoa Vermelha, tendo em vista estar diretamente ligado com a formação e desenvolvimento do município; as motivações econômicas e investimentos alternativos que contribuíram para a vinda e o estabelecimento dos primeiros moradores luso-brasileiros na região; o fortalecimento do comércio regional entre tropeiros e moradores das áreas coloniais e o litoral norte, que fora fundamental para aproximar e integrar economicamente essas regiões; os processos migratórios, formação da comunidade e o desenvolvimento social, econômico e cultural no município; a expansão produtiva da agricultura, com destaque para o trigo, posteriormente a soja, entre outras culturas que integraram a economia e que foram fundamentais para dar maior mobilidade e desenvolvimento regional. Daremos também importância à pecuária bovina, o aproveitamento, a diversificação e o melhoramento da produção e do comércio; a criação de ovinos como um segmento econômico em expansão, ocupando um espaço significativo no cenário regional; a trajetória

política de Capão Bonito do Sul desde a elevação à categoria de subdistrito, posteriormente distrito de Lagoa Vermelha; a mobilização de seus moradores e representantes políticos pela sua emancipação. Por fim, apresentaremos a formação do município, seus governantes e representantes da comunidade, os desafios e dificuldades de um recém-criado município; os avanços e conquistas da população, a evolução e a ampliação nos processos educacionais, planejamento e realizações de obras, enfim, os melhoramentos e investimentos do poder público que são fundamentais e buscam o desenvolvimento e bem-estar de sua população.



Figura 11. Município de Capão Bonito do Sul, em 2022. Fonte: Assessoria de comunicação da prefeitura de Capão Bonito do Sul – 2022.

FORMAÇÃO DE CAPÃO BONITO DO SUL

O município de Capão Bonito do Sul está localizado na região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, faz divisa ao norte com o município de Esmeralda, ao sul e ao oeste com Lagoa Vermelha e ao leste com Muitos Capões. A trajetória de colonização e ocupação está diretamente relacionada com o estabelecimento

dos primeiros tropeiros de mulas e a formação das estâncias de criação de gado nesse território. Toda região pertencia à chamada “Grande Lagoa Vermelha”, rota de passagem e paradas para descanso de negociantes e tropeiros de mulas, que frequentemente seguiam em direção à região das Missões e ao norte da Argentina em busca de animais para negociar no centro do país. Com o passar do tempo, diante das dificuldades de deslocamento, das distâncias em relação aos criatórios de animais, dos riscos e perigos encontrados pelos caminhos e da intenção da Coroa portuguesa de enviar missões de reconhecimento ao sul do Brasil, optou-se por explorar economicamente os animais do território sulino.

Os grandes rebanhos de muares e bovinos existentes no Rio Grande do Sul despertava o interesse dos negociantes em apre-sá-los e vendê-los em outras regiões do país. Durante o século XVIII e meados do século XIX, o Brasil vivenciou um momento de prosperidade econômica proporcionada pela descoberta das minas de ouro e prata na região de Minas Gerais. Praticamente toda a economia ficou atrelada a essa atividade econômica. A mão de obra indígena e africana utilizadas nos trabalhos de mineração não eram suficientes para atender à demanda de exportação imposta pela Coroa portuguesa. A solução foi a busca de muares nas regiões sulinas, nos campos de cima da serra, tornando-se uma das mais importantes regiões fornecedoras desses animais. As boas pastagens, fontes de água e clima agradável favoreceram a criação extensiva dos animais bovinos e muares nessa região, e a localização dos rebanhos próximos às rotas dos negociantes facilitava reunir o gado e levado para o centro do país.

Segundo Silva (2004, p. 239), os rebanhos se reproduziam rapidamente, estimulados pelo clima ameno, pelas boas pastagens e aguadas na região, formando as imensas estâncias missioneiras localizadas na margem esquerda do rio Uruguai até a Lagoa dos

Patos. Duas grandes reservas de gado foram formadas: a de vacaria do mar, localizada numa imensa área delimitada pelos rios Camaquã, Negro e o litoral, e a de vacaria dos pinhais, localizada no planalto, nos campos de cima da serra.

À medida que o comércio interprovincial se fortalecia e a exploração e reconhecimento territorial se consolidava, a região nordeste tornou-se indispensável para a organização e investimentos na criação e comércio de animais cavалares e bovinos. As extensas áreas de campos povoadas pelo gado xucro, tanto rebanho bovino quanto cavalар, além das fontes de águas e matas, foram fatores determinantes para motivar a vinda dos primeiros moradores para a região de Lagoa Vermelha e Capão Bonito do Sul. Os primeiros colonizadores que se estabelecerem na região foram os luso-brasileiros, a maioria tropeiros de muares, que migravam em diferentes regiões do país buscando novos espaços de moradia e investimentos, com o objetivo de manter e ampliar o comércio.

Barbosa (1981 p. 42), em seu estudo sobre a história de Lagoa Vermelha, ressalta que foram vários os colonizadores migrados de diferentes regiões do país, a maioria das regiões da Lapa, Castro, Guarapuava, Ponta Grossa - Paraná; outros vieram de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Missões. Quase todos se distinguiam por terem numerosas famílias, algumas com até 26 filhos, como a de Manuel Leite, pai de Silvano Antônio Leite, avô dos Laureano, Jovelino, Alcindo, Laudelino, Maurílio, Durval e Gustavo, todos de idade avançada e ainda vivos.

Dava-se início ao processo de reconhecimento do território e estabelecimento das primeiras famílias de moradores, bem como a exploração econômica de toda a região nordeste da província, inclusive no território, que viria a pertencer ao município de Capão Bonito do Sul. Após um período de desafios e dificuldades, de mudanças e adaptações, mas também de bons negócios e pros-

peridade econômica, criou-se o município de Lagoa Vermelha, cujo território era bastante amplo, seus limites atingiam o rio das Antas ao sul e o rio Pelotas ao norte, divisa com Santa Catarina, contando com áreas de campos nativos e grande parte também de florestas, destacando a araucária. A região passou a ser local de referência para a vinda dos novos moradores, comerciantes, negociantes de animais, entre outros grupos sociais que buscavam novas oportunidades de trabalho e ascensão social.

Após a formação das primeiras propriedades rurais, o comércio interprovincial continuou sendo relevante e indispensável nesse século XIX e início do século XX, representando ainda a principal fonte de renda para muitos estancieiros e tropeiros de animais encontrados na região. As relações comerciais geralmente ocorriam diretamente entre tropeiros e os compradores. Os tropeiros conduziam os animais xucros ou arreados para as feiras, mas em determinados pontos do caminho eram organizadas algumas feiras também. O destino final era as feiras de Santos, Congonhas do Campo e Sorocaba, esta última onde se reunia o maior número de animais, constituía-se a maior feira da época do país.

O município de Sorocaba ganhou notoriedade na história do Brasil com a concentração de animais muares em razão de uma grande feira que viabilizava o seu comércio. Solidificou-se essa realidade por longos anos, voltada para o abastecimento interno do país com o gado trazido pelos tropeiros das terras sulinas. “O intenso comércio ali celebrado até o final do século XIX acabou por determinar a configuração espacial, as particularidades físicas, econômicas e sociais da vila tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba” (Prestes, 1999, p. 13).

Havia também situações em que os próprios estancieiros conduziam seu rebanho para os centros de comércio, ou delegavam atribuições a um tropeiro para conduzir os animais. A ques-

tão da honra e o contrato verbal fortaleciam os laços de amizade e de confiança entre tropeiros e estancieiros. Na feira de Sorocaba os animais eram leiloados, negociados e levados para atender à crescente demanda mineira e outras províncias, como Rio de Janeiro e São Paulo. Dependiam dos muares para percorrer o interior do território e para os serviços nas lavouras de café, em São Paulo, ou para puxar os bondes, Rio de Janeiro.

Segundo Barroso (2006, p. 173),

[...] era o tropeiro quem, no lombo de mulas, atravessava regiões do Brasil, negociando muares e levando cargas através de longas viagens, a fim de as comercializar. As mulas eram levadas do Rio Grande do Sul para a feira de Sorocaba, no estado de São Paulo. Entretanto esta cidade não era o único ponto de muares. Santos também era o centro de negócios desses animais de carga, assim como Congonhas do Campo em Minas Gerais. Havia aí um mercado onde por ocasião das romarias, os muares eram vendidos, já há três séculos.

Esse cenário foi possível com a abertura de caminhos e rotas alternativas que davam acesso aos locais de criação de gado. Nesses percursos planejados e abertos foram surgindo pequenos povoados, vilas, casas de pastos, lugares de pouso e descanso, postos de controle e cobrança de pedágios, entre outros melhoramentos, que, no passar do tempo, foram evoluindo para a formação de cidades. Nessas rotas, formavam-se também pequenas feiras de animais, oportunizando não apenas a venda de mulas e gado, mas também de diferentes mercadorias, como couro, carne salgada (charque). Essa realidade perdurou longos anos, durante o chamado “tropeirismo clássico de mulas”, foi responsável não apenas para fortalecer atividades econômicas e relações

sociais, mas também para povoar e integrar diferentes regiões do território brasileiro.

Nesse contexto, o tropeirismo acabou por exercer as funções de elo e de fator de integração entre as regiões próximas ou distantes, movidas por interesses econômicos que as completavam. O ir e vir das tropas foram promovendo, por onde transitavam, através de um verdadeiro corredor por elas articulado, uma dinâmica de relações humanas que ditaram raízes socioculturais definidoras de uma identidade tropeira. Mais que isso, os tropeiros promoviam trocas, intercâmbios e difusão de culturas em diversos lugares, além de serem portadores de notícias e divulgadores de ideais por onde andavam (Matias; Mascarenhas, 2008).

Torna-se interessante enfatizar nesse cenário que muitos estancieiros também criavam outros animais, como bovinos, equinos, caprinos, posteriormente ovinos, entre outros, que apresentavam importância econômica e geravam lucros, porém com menor valor comercial. Nesse período de prosperidade econômica nas relações de comércio interprovincial foi fundamental para legitimar o território e contribuir para o estabelecimento efetivo de propriedades rurais. Além da formação de povoados em diferentes localidades no território gaúcho, mais especificamente nos campos de cima da serra. Essa realidade incentivou a geração de empregos e renda com o comércio de animais e outros produtos negociados, contribuindo para o desenvolvimento regional.

De acordo com Ferreira (2001, p. 9), a exemplo do restante do Rio Grande do Sul, o povoamento dos Campos de Cima da Serra ocorreu nos princípios do militarismo com as relações de autoridade historicamente constituídas. A fundação das primeiras fazendas abriu caminho para o surgimento de povoados. Nas proximidades da casa do fazendeiro, os peões e escravos construía seus ranchos de acordo com suas possibilidades.

A migração gradual de moradores para a região norte e nordeste da província gaúcha, mais especificamente para a região de Capão Bonito do Sul, ocorreu em virtude dessa importante atividade econômica. A maioria das famílias era oriunda de regiões de São Paulo, Lapa, Santa Catarina, Paraná etc., como foi o caso de Claro José de Lima, militar da guarda nacional, tropeiro de mulas, proprietário rural, considerado um pioneiro a se estabelecer com sua família na região de Capão Bonito por volta de 1840. Na propriedade, além da família, havia vários funcionários domadores, peões, serviçais domésticos que ajudavam na manutenção e acompanhamento da fazenda.

Segundo Andrade (1996, p. 15), “na década de 1840 veio o pioneiro Claro José de Lima, Capitão da Guarda, oriundo do Paraná, fixando-se no Capão Bonito, na sua fazenda de Rabão, imenso latifúndio que ocupava mais da metade do atual território desse distrito. Criava milhares de mulas e escravos para o comércio”.

O cenário migratório de interesse econômico voltado para a criação de gado, cavalos e mulas foi responsável pela formação de várias estâncias. Essa corrente migratória para a região de Capão Bonito solidificou uma concentração de estâncias tornando-se a maior fornecedora de animais. As pastagens naturais povoadas de gado xucro facilitaram o surgimento dos chamados “criatórios”, de onde partiam para a comercialização nas diferentes localidades do país, especialmente para o sudeste, onde a demanda por animais cavалares era maior.

No final do século XIX e início do século XX, quando o comércio de muares sinalizava os primeiros sinais de declínio, devido a vários fatores, dentre os quais a criação de gado bovino e de mulas na região de Minas Gerais, e a chegada da estrada de ferro em algumas regiões do Brasil, houve uma acentuada queda na criação. A própria ligação férrea entre Sorocaba e São Paulo, por

volta de 1875, foi decisiva para que Sorocaba perdesse o monopólio da realização das feiras e da distribuição de muares. Um outro fator, ocorrido em 1897, foi que na vila Sorocaba passou por uma onda de febre amarela, e muitas pessoas se afastaram das atividades e do local, acentuando o declínio dessa atividade.

Antes da introdução de ferrovias, os animais muares eram o meio de transporte principal. As tropas carregavam nas costas toda riqueza – ouro, ferro, açúcar, café, algodão, mantimentos – gerada no país. Petrone (apud Trindade, 1992, p.72) assim se expressa: “O comércio chegava de toda a parte nas costas dos burros. As comunicações – notícias, mensagens – iam e voltavam com as tropas. Foi uma das mais importantes entre as poucas atividades econômicas relativamente fortes no passado brasileiro que se organizou em função da existência de um mercado interno. [...] o Brasil andou na mula, até o advento da ferrovia”.

Com a redução da venda de muares, conseqüentemente dos lucros, a alternativa encontrada por muitos fazendeiros e tropeiros para amenizar a crise migraram para outras regiões do país, onde a criação e o comércio ainda se mantinham viáveis economicamente. A região sulina permaneceu em condições ideais para a manutenção do sistema de tropeirismo, criação e venda de gado. Havia muitos animais espalhados pelo território e um comércio em ascensão para atender à demanda da própria província no transporte, força motriz para o trabalho na lavoura e puxar carroça.

Segundo Tedesco (2000, p. 55), a carroça só começa a se fazer presente quando as estradas são abertas. Mesmo assim, as mulas e seus cargueiros resistem, tornando-se quase insubstituíveis por várias décadas. As próprias carroças eram puxadas por pares de mulas. A sua substituição e/ou convivência posterior com outros cavaleiros e bovinos levou muito tempo.

Portanto, uma alternativa econômica viável e que motivava cada vez mais pessoas a migrarem para a região norte e nordeste do Rio Grande do Sul em busca de novas oportunidades de trabalho e investimentos. A criação de animais consolidava-se, bem como a formação de várias propriedades rurais na chamada “Grande Lagoa Vermelha”, inclusive na região que incluía Capão Bonito. A exploração econômica direcionada para a criação de gado continuou sendo relevante num espaço geográfico apropriado e já conhecido por muitos estancieiros. A maior parte de sua economia baseava-se na atividade pecuária, produção e comércio de animais cavалares, bovinos e, sobretudo, muares, que ainda mantinham sua importância e cotação comercial lucrativa.

No dizer de Félix (1987, p. 23-24),

[...] mesmo com a desintegração da economia mineradora, o Rio Grande do Sul não enfrentou crise e fim do tropeirismo porque, paralelamente foram criadas outras alternativas econômicas, correspondentes ao desenvolvimento da produção de trigo e da indústria do charque, caracterizando a economia gaúcha como do tipo agropecuário. O desenvolvimento da pecuária incentivava a economia do charqueio do século XVIII a meados do século XIX. Nesse meio tempo, 1807, o Rio Grande do Sul passava a categoria de capitania geral de São Pedro com sede em Porto Alegre. Prosseguiam as estâncias de criação de gado, juntamente com o desenvolvimento do latifúndio e de suas relações sociais características.

O comércio de muares de longa distância continuou sendo relevante e realizado com o centro do país, porém em número reduzido de animais. O próprio poder público tinha interesses que a economia se mantivesse em ritmo de crescimento, tendo

em vista que o principal meio de arrecadação tributária ocorria com o comércio e a venda de animais e dos produtos derivados desse segmento econômico. Toda tributação recaía sobre as operações de criação, compra, troca e venda de gado, especialmente de muares, e todo e qualquer tipo de mercadoria que circulava em outras regiões, inclusive na própria província, como produtos alimentícios e de utilidades em geral.

Conforme Campos (2004, p. 182), o comércio de gado e de mercadorias por meio de mulas arreadas se constituiu numa atividade econômica de grande interesse durante o século XIX, alcançando nas primeiras décadas do século XX. Essa importância demonstrava não apenas interesses individuais de criadores ou comerciantes, mas também do próprio poder político em nível provincial. Afinal, parte da renda que entrava nos cofres públicos dava-se via impostos, entre os quais, os cobrados das tropas e das mercadorias em trânsito. Daí o interesse dos próprios presidentes das províncias no sentido de que o comércio de gado e outros produtos via constante movimento de tropas ocorressem a contento.

No entanto, como já mencionado neste trabalho, no início do século XX, o comércio que mais se fortaleceu foi as relações em nível regional. Alguns desses negociantes eram tropeiros de muares da região de Capão Bonito, buscavam através da venda de animais e mercadorias estabelecer contatos comerciais com moradores das áreas coloniais e do litoral norte. A ligação maior dos colonos da serra gaúcha com o sistema de tropeirismo ocorria quando negociavam o excedente de produção. Nas áreas coloniais, o principal meio de transportar da produção agrícola, dos objetos e as pessoas era no lombo de mulas, sendo que em raríssimas ocasiões era utilizado o cavalo, até porque não possuía as mesmas qualidades que o animal muar, que podia percorrer

longos caminhos, sem dificuldades de transpor os mais variados tipos de relevos existentes.

Segundo Tedesco (2000, p. 55), o lombo da mula, na forma de cargueiro, mostrou-se mais funcional para enfrentar o terreno montanhoso e íngreme, o peso das mercadorias e as distâncias. Os animais muares serviram também para transportar os produtos dos colonos da roça até o paiol. Amarravam cestões no lombo da mula e enchiam do produto e o levavam até o paiol.

Com o melhoramento e ampliação das estradas coloniais, quase sempre realizadas com o trabalho dos próprios colonos, trabalhavam também no auxílio nas demarcações, facilitaram o deslocamento dos tropeiros, colonos e comerciantes até os centros consumidores. O fluxo constante de produtos comercializados se refletia na economia e na necessidade de ampliar o número de muares utilizados no transporte. Além do comércio de animais eram negociadas algumas mercadorias, como ferramentas, sal de cozinha, tecidos, geralmente trazidos de outras localidades e negociados com os moradores da colônia. Em contrapartida compravam o excedente colonial, distribuía em mercados próximos ou distantes, inclusive na região que viria pertencer ao município de Capão Bonito do Sul. Os animais negociados eram arrebanhados nas fazendas, muitos domados, posteriormente levados pelos tropeiros diretamente aos centros de consumo, conforme demonstra o fragmento do entrevistado:

[...] normalmente os tropeiros levavam para às áreas colônias da serra em torno de 30 a 40 mulas por viagem. Algumas mulas eram levadas ainda xucas, outras, porém, já domadas, dependia da exigência do comprador. O número maior de muares era negociado em Antônio Prado, Garibaldi e na sede da colônia Caxias do Sul. Além

dos agricultores havia também comerciantes que compravam animais muares, geralmente seis a oito mulas para serem utilizadas no transporte da produção agrícola e de produtos negociados na própria colônia. Porém, o comércio de outras mercadorias era pequeno, até porque os colonos produziam uma variedade de produtos destinados inicialmente para o consumo local e depois era vendido o seu excedente (AF2 – tropeiro de mulas, morador de Lagoa Vermelha, 2010).

As colônias do litoral também se tornaram importantes centros de negócios com os moradores dos campos de cima da serra. O comércio maior ocorreu com o fornecimento de produtos típicos da região, como charque, feijão, pinhão, toucinho de porco e uma variedade de mercadorias que não eram produzidas naquela região. Os tropeiros abasteciam seus cargueiros e retornavam para Lagoa Vermelha e Capão Bonito com produtos litorâneos. Geralmente eram produtos alimentícios, como açúcar mascavo, arroz, farinha de mandioca, farinha de milho e também algumas guloseimas, rapaduras e cocadas.

A venda de muares para o litoral ficou restrita a poucos animais, até porque havia localidades, como Bom Jesus e Vacaria, que mantinham o monopólio desse comércio com as áreas litorâneas. Além de Torres, onde as vendas se mostravam mais dinâmicas, havia também outros lugares visitados pelos tropeiros, como Santo Antônio da Patrulha e Montenegro, entre outros pequenos povoados localizados próximos ao litoral gaúcho. Os relatos do entrevistado (AF3) reforça nossa análise e destaca a importância do animal muar como meio de transporte, assim como para o trabalho agrícola e seu significativo valor comercial naquela época, visto que a família do entrevistado passou a investir na criação e venda de animais muares.

[...] havia pessoas moradoras do extenso município de Lagoa Vermelha, hoje Capão Bonito do Sul, que viajavam até Torres, região de beira mar, comprar produtos daquela região para revenderem nos Campos de Cima da Serra inclusive no Capão Bonito do Sul. Muitos desses tropeiros aproveitavam para levar até o litoral o charque, toucinho e o pinhão que eram produzidos na região, tudo servia como moeda de troca pelos produtos litorâneos. Traziam rapadura, cachaça, farinha de mandioca, feijão, farinha de milho e de trigo, esses mantimentos vinham em sacas de 50 kg, tudo trazido no lombo de mulas (AF3 – descendente de imigrantes italianos, morador de Capão Bonito do Sul, 2010).

A ligação que se fazia com as áreas coloniais era possível somente com o uso de animais cargueiros, sendo que por esse meio era transportado o produto. Havia inúmeros obstáculos pelo caminho, dentre os quais terrenos irregulares, pedregosos e montanhosos, animais selvagens e salteadores que ficavam à espreita para atacar os viajantes e tropeiros. Apesar das dificuldades de locomoção, aos poucos os obstáculos foram sendo superados. Esse intercâmbio cultural e comercial que se consolidou entre os moradores da região nordeste e o litoral norte e serra gaúcha, além de movimentar a economia regional, foi responsável pela ocupação dos campos de cima de serra. Muitos colonos, e até mesmo moradores de comunidades vizinhas, rumavam em direção a algumas fazendas e pequenos povoados em busca de melhores condições de vida e de trabalho, a maioria carpinteiros, pedreiros, domadores e tropeiros de animais. Eram colonos que no passar do tempo acabavam formando suas famílias e passando a integrar a vida, os hábitos e os costumes da população local.

A IMIGRAÇÃO E A EXPANSÃO ECONÔMICA DE CAPÃO BONITO DO SUL

A formação de estâncias de criação de gado no norte e nordeste da província gaúcha relaciona-se às reservas de animais deixadas pelos padres jesuítas quando foram atacados pelos bandeirantes paulistas na região das missões, cujo objetivo principal era capturar índios para escravizá-los. Ao deixarem as reduções, os jesuítas abandonaram a região, deixando o gado solto nos campos que se reproduziu de modo selvagem, espalhando-se ao sul do Rio Grande e Uruguai, formando a chamada “vacaria do mar”; ao norte, o gado se deslocou em direção aos campos de cima da serra, dando origem à “vacaria dos pinhais”. Posteriormente, com a chegada dos primeiros colonizadores na região nordeste, os animais foram sendo domesticados, comercializados, ficando, portanto, parte do rebanho bovino aos estancieiros.

De acordo com Ferreira (2001, p. 9), no início do século XIX, os jesuítas retiraram-se com os índios aldeados para a margem direita do rio Uruguai, tentando proteger-se dos ataques dos bandeirantes. Os índios guaranis missioneiros organizaram reservas de gado selvagem em territórios acessíveis para os povos nas imediações do rio Jacuí, em direção ao sul. O gado se reproduzia facilmente e se espalhava pelo litoral e áreas próximas do Uruguai.

Ao longo do século XX, além do gado de corte, prevaleceu também a pecuária leiteira, porém, com um número reduzido de animais cuja produção servia para o próprio consumo. Com o aumento da população e o crescimento das cidades e vilas, os produtos de origem animal passaram a ter maior demanda comercial, sobretudo com a chegada de imigrantes de origem europeia. Isso ocorreu justamente no início do século XX, quando migrou para o território da Grande Lagoa Vermelha um número

expressivo de imigrantes e seus descendentes, integrando-se a essa comunidade regional. As motivações dessa mudança de domicílio foram diversas, entre quais a própria saturação do solo produtivo nas áreas coloniais anteriores ocupadas; a busca por novos espaços cultiváveis, sobretudo para a produção agrícola e criação de animais, cujas atividades já eram conhecidas e praticadas por muitos moradores com o desejo de se tornarem proprietários de terras de maior extensão e áreas mais férteis. Sobre esse processo migratório o entrevistado explica:

Com o passar do tempo, as terras da região colonial tornaram-se caras, assim como as mercadorias comercializadas, produtos básicos que não se produziam na colônia, e também pela necessidade de se conseguir melhores terras e novas oportunidades de ascensão social, meu pai comprou terras na região de Lagoa Vermelha, atualmente Capão Bonito do Sul. Eram ótimas pastagens, terras propícias para a criação de gado. Como o animal muar era bastante procurado na região, tanto colonial como no próprio município de Lagoa Vermelha, meu pai passou a investir na criação de mulas. Até porque os lucros obtidos com o gado muar eram maiores do que qualquer outro investimento. Para se ter uma ideia, para começar a criação de muares foi pago o valor de 15 ha de terras por dois muares, sendo um reprodutor no valor de 1 conto e 500). O gado bovino tinha seu preço menor que o muar porque, além de ser de pouca qualidade, demorava anos para estar pronto para a venda (AT2 - descendente de imigrantes italianos, morador de Capão Bonito do Sul, 2010).

O incentivo do governo e de empresas particulares engajaram-se numa campanha aberta com propagandas para atrair o co-

lono italiano às áreas de campos ou de matas com terrenos mais planos. Algumas áreas, com maior facilidade de acesso aos locais de plantio, outras, porém, com certa dificuldade, mas que na realidade ofereciam melhores áreas cultiváveis do que nas terras até então ocupadas por esses imigrantes. “A partir de 1903 teve início o povoamento colonial da região das matas do município de Lagoa Vermelha. A Comissão de Terras demarcou lotes de 25 hectares, vendidos aos colonos italianos vindos das Colônias Velhas” (Silva, 2007, p. 23).

Para Silva (2007, p. 23), a propaganda realizada pelas empresas colonizadoras e particulares, principalmente de Lagoa Vermelha, anunciava preços baixos, facilidade na compra de terrenos, condições do solo próprias para o cultivo, relativa proximidade das colônias do ramal ferroviário (Rio Grande-São Paulo), foram os fatores que contribuíram para o convencimento de colonos italianos irem para essa região.

As famílias de imigrantes italianos, alemães, poloneses, entre outros, migraram também para o território de Lagoa Vermelha em busca de melhores condições de vida e de trabalho, trazendo sua cultura, sua fala, seu modo de ser e de viver, formando um mosaico cultural de costumes diversos, contribuindo com a sociedade de Capão Bonito do Sul, até então pertencente à região de Lagoa Vermelha. Contribuíram também no sentido de consolidar e definir uma identidade tropeira, apesar de preservarem suas peculiaridades culturais. Os imigrantes ao chegarem nos campos da região nordeste encontraram pastagens naturais, terras férteis e cultiváveis da melhor qualidade para o plantio, além de maior acesso e locomoção às áreas de comércio. Isso permitiu a expansão dos investimentos agrícolas, surgindo os primeiros moinhos coloniais e o começo da extração da madeira, assim como maiores e melhores áreas de criação de gado e atividades vinculadas

ao tropeirismo, visto que muitos imigrantes se tornaram tropeiros, negociantes de gado e de outras mercadorias, ativando trocas comerciais próximas ou distantes. A ocupação territorial estava diretamente relacionada à política de colonização implantada no Brasil ao longo do século XIX.

Segundo Tedesco (2000), os imigrantes que chegaram nas regiões norte e nordeste já tinham experiências de vida de colonos, já desenvolviam a agricultura comercial. Eles já tinham assimilado o processo de produção mercantil, apenas o adaptaram a essa nova terra.

Economicamente as áreas de campo da região nordeste eram bem-vistas pelo governo da época, era espaço considerado estratégico, fazia parte da pauta do projeto colonizador. Os italianos que migraram para essa região, conforme já mencionado, receberam incentivos do governo, apesar das dificuldades impostas pela falta de capital de investimento e de mão de obra para o trabalho. Organizaram suas propriedades, cultivaram a terra com diferentes culturas, entre as quais milho, trigo, cevada, e, também, dedicando-se à criação de muaras.

Segundo Tedesco e Sander (2002, p. 74), o milho e o trigo sempre acompanharam a vida dos colonos imigrantes europeus que se estabeleceram no Rio Grande do Sul. Em alguns momentos mais, em outros, menos, ambos foram culturas que auxiliaram na identidade econômica produtiva da região colonial tradicional e no feixe da trajetória espacial que os descendentes dos colonos empreenderam.

Torna-se importante salientar que nas primeiras décadas do século XX a maioria das famílias italianas partiu das chamadas “colônias antigas”, Caxias, Conde D’Eu (Garibaldi) e Dona Isabel (Bento Gonçalves) em direção ao Planalto rio-grandense. Regiões que foram ocupadas e exploradas economicamente pelos

primeiros moradores e que passaram a ser pioneiras na saída de muitos moradores em direção a localidades próximas, posteriormente aos campos de cima da serra. Os italianos vieram em maior número, dando sua contribuição para a formação da identidade cultural de muitas cidades do planalto nordeste do estado.

Segundo Manfroi (1975, p. 82), em seu estudo sobre *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*, a expansão migratória efetuou-se, inicialmente, na periferia das antigas colônias e, em seguida, em direção mais distante. A primeira etapa dessa expansão foi marcada pela fundação das colônias de Alfredo Chaves, Nova Prata, Nova Bassano, Antônio Prado, Guaporé e Encantado. A partir de então a onda expansionista deslocou-se para as regiões das florestas do município de Passo Fundo (Casca, Marau, Vila Maria, Mato Castelhana, Água Santa, Tapejara, Getúlio Vargas, Erechim) e de Lagoa Vermelha (Araçá, Forquilha, Sananduva, Cacique Doble, São José de Ouro).

Enfim, o território da “Grande Lagoa Vermelha” surgiu como uma oportunidade de bons investimentos e de prosperidade econômica para pessoas de diferentes nacionalidades, costumes e culturas que passaram a fazer parte da comunidade de moradores de Capão Bonito do Sul. A grande maioria desses imigrantes se estabeleceu nas áreas de matas e em menor número nas regiões de campos, como na localidade de André da Rocha, Estância Velha, e Capão Bonito do Sul. Seus primeiros moradores chegaram no final do século XIX e início do século XX, sendo representados pelas famílias Bolsonelo, Escopel, Barreto, Wegher, Boff, entre outras. A migração para a região estava relacionada ao aproveitamento e cultivo de novas terras para a agricultura e a pecuária bovina.

Para Barbosa (1981, p. 270),

O atual subdistrito de Capão Bonito foi a princípio ocupado pelo pioneiro Claro José de Lima, tronco

da grande família Lima. Na década de 1910 chegavam colonizadores de origem italiana, por iniciativa de José Cristiano Hoffmann, que trouxe de Caxias do Sul Antônio Seben (Minotti) cujo filho adotou. Menotti estabeleceu-se com moinho. Vieram a seguir Benjamin Bolsonello, c.c. Joana (parteira), e seu irmão Benedito c.c. Domingas, falecida em 1980 com mais de 90 anos. Seguiram-se Bruno Brollo, Pedro Boff e Francisco Wegher. Estes imigrantes, tendo à frente Benjamin Bolsonello, construíram uma capela, dedicada a Nossa Senhora do Caravágio, ao redor da qual foi se formando um povoado. Construíram um novo cemitério, porque o antigo ficava longe da capela. Em 1951 a população, tendo à frente Raul Feijó, líder da comunidade, foi construída outra capela, que neste ano de 1981 será substituída por uma de alvenaria.

A agricultura familiar foi a base econômica da maioria desses grupos sociais, cuja atividade voltava-se exclusivamente para o cultivo de culturas de inverno e verão, como o milho, o feijão, a batatinha, o trigo etc.; uma prática comum utilizada na região da serra e trazida para as áreas de campos da região norte e nordeste da província gaúcha. Essa familiaridade e conhecimento de técnicas agrícolas voltadas para a produção de cereais e outras culturas foram fundamentais para obtenção de maior produtividade, qualidade e expansão da produção agrícola. A pecuária bovina era complementar, funcionando como uma atividade secundária, porém necessária.

Fonseca (1980) explica que, com os imigrantes, consolida-se a agricultura, baseada na pequena produção e, tem início a indústria. Localizada mais ao norte do Estado, a produção primária era diversificada e tornou o Rio Grande do Sul autossuficiente na produção de arroz, feijão, lentilha, milho, erva-mate, cebolas

e alhos, alfafas, batatas, uvas, mandioca, fumo, queijo, manteiga etc. Na pauta de exportação sempre estiveram a erva-mate, o feijão, o fumo, o milho e batatas. Além destes produtos, aparecia o vinho, a farinha de mandioca, madeiras e banha.

Fundamente-se, então, uma pequena comunidade formada por alguns moradores, entorno da qual se decide construir uma capela, buscando dessa forma manter e preservar a fé de seus moradores, cujos ensinamentos eram predominantemente da religião católica. Surge também a construção de um salão comunitário, buscando aproximar e integrar os moradores, e algumas casas comerciais voltadas para a venda de secos e molhados, os chamados “bodegões” do meio rural, onde se vendiam diversos produtos, desde alimentos básicos como o arroz, o feijão, farinha de milho etc. até a aguardente. Sobre a fundação da comunidade nosso entrevistado faz o seguinte relato:

Naquela época havia poucos moradores quando se formou Capão Bonito e outros com o passar do tempo foram se estabelecendo na comunidade, entre essas famílias estavam do Sr. Benjamim Scopel, Ataliba José de Lima, Bolsonelo, Felipe Barreto, Boff, Raul Feijó, José Goulart, este tinha um pequeno comércio onde se vendia alguns produtos, como lã, couro curtido, bebidas, etc. Havia uma pequena igreja localizada um pouco mais à direita onde fica a atual igreja de Nossa Senhora do Caravágio e um salão comunitário. Posteriormente chegam mais moradores e vai surgir a casa de comércio dos Brollo e Bolsonelo buscando atender a demanda da população e aos poucos foi evoluindo o povoado (IF1 – morador de Capão Bonito do Sul, atualmente reside em Lagoa Vermelha, 2022).

À medida que avança o século XX, o pequeno povoado foi evoluindo para a formação de uma comunidade maior com o au-

mento das famílias e a chegada de mais moradores, sobretudo de imigrantes que passaram a construir novas moradias. No ano de 1954 Capão Bonito do Sul foi elevado à categoria de subdistrito de Lagoa Vermelha e posteriormente a condição de distrito, na data de 5 de fevereiro de 1990, o objetivo possivelmente seria de facilitar e concentrar decisões políticas e administrativas mais localizadas no extenso território de Lagoa Vermelha.

Para Nepomuceno (2003, p. 207), “o povoado teve origem, inicialmente na construção de uma capela, ao redor da qual surgiram modestas casas. Ainda na condição de distrito a localidade teve fases de maior crescimento e também de menor progresso. Com a elevação à categoria de município, o desenvolvimento urbano começou a ocorrer de forma mais evidente”.

A região de Capão Bonito do Sul, além de oferecer áreas mais amplas e de melhor qualidade aos imigrantes, possibilitava ampliar e modernizar a produção, assim como obter maiores e melhores lucros. A criação de pequenos animais, como ovinos, caprinos, suínos, além de bovinos e equinos, também passou a fazer parte do ciclo econômico desses novos moradores. Com o passar do tempo, algumas famílias conseguiram sua ascensão social e econômica, resultado do trabalho e de novos investimentos, outros, porém, através de transmissão de espólios e negócios realizados ampliaram e diversificaram investimentos tanto na área agrícola quanto na produção de gado, o que proporcionou maior integração, comunicação e relações comerciais entre moradores de localidades vizinhas, posteriormente se inserindo num mercado consumidor mais abrangente.

A pecuária bovina se fortalecia como a principal atividade econômica e o comércio inter-regional de grãos gradativamente ganhava importância e espaço na região. Ao longo do século XX, novas famílias migraram para o território de Capão Bonito do

Sul motivados por interesses diversos, trazendo consigo também suas vivências, costumes, valores familiares, enfim, uma gama de conhecimento que passou a ser compartilhada e assimilada pelos moradores, assim como estes absorveram os saberes locais, seus usos e costumes regionais, o que contribuiu para enriquecer ainda mais os valores culturais da população de Capão Bonito do Sul.

Os desafios e as dificuldades também estavam presentes na década de 1950 para a sociedade que ali se formava. O deslocamento pelo interior ou até à sede de Capão Bonito e a outras localidades vizinhas era realizado através do uso de animais, como, por exemplo, cavalos, mulas, carroças etc., o que tornava essa jornada uma aventura, porém prazerosa num contexto em que praticamente todas as pessoas viviam essa realidade. A visita periódica de vendedores ambulantes como tropeiros e os chamados caixeiros-viajantes faziam parte da rotina de muitos moradores, que frequentemente recebiam a visita desses comerciantes. Essa era a oportunidade de comprar mercadorias sem a necessidade de se deslocar para outras localidades mais distantes. Os tropeiros geralmente negociavam produtos trazidos das áreas litorâneas, como aguardente, cocada, açúcar mascavo etc., porém os caixeiros viajantes comercializavam mercadorias mais industrializadas, como tecidos, joias, roupas, entre outros produtos.

Os caixeiros-viajantes foram uma classe profissional com muita afinidade com os tropeiros: ambos viajavam a negócio; ambos utilizavam a mula como meio de transporte, ambos viajavam de burro e utilizavam o peão como mão de obra auxiliar. O tropeiro venceu a distância até Sorocaba e o caixeiro até Santa Catarina. O tropeiro comprava e vendia mercadoria de um mercado a outro, ao passo que o caixeiro-viajante representava casas comerciais e industriais de Porto Alegre e conduzia no lombo de

muares o mostruário e as encomendas das firmas que representava (Santos; Barroso, 2004, p. 138-139).

A compra de alimentos básicos para a subsistência familiar na maioria das vezes exigia deslocamento até outras localidades, como na Estância (Clemente Argolo), e em Lagoa Vermelha, onde havia algumas casas comerciais que ofereciam diversas mercadorias. A principal loja era a casa “A Predileta”, de José Jacob & Irmão, que fora fundada em 1892, atendendo à demanda do município e moradores vizinhos como da região de Capão Bonito. O principal meio de transporte nessa época era realizado através do uso de carroças e animais cavалares, que facilitavam o deslocamento do interior até a cidade. Alguns moradores preferiam comprar seus produtos diretamente dos tropeiros, que periodicamente negociavam mercadorias, outros, porém, na própria comunidade de Capão Bonito, onde havia uma casa de comércio de propriedade de Felipe Brollo e Vitório Bolsonelo voltada à venda de produtos alimentícios e secos e molhados, buscando atender à demanda da comunidade e de moradores vizinhos, conforme demonstra o fragmento da entrevista:

Naquela época morávamos no interior de Capão Bonito, meus pais criavam gado e plantavam o feijão, batata, o milho entre outras culturas que eram utilizadas para nosso consumo. Outras mercadorias eram buscadas na comunidade, onde meu pai trazia em cargueiros e às vezes em sextos colocados no lombo do animal. Esses produtos eram comprados na casa comercial do Sr. Felipe Brollo e Vitório Bolsonelo que vendiam várias mercadorias (entrevista realizada em 2021).

Por volta do ano de 1970 surge o transporte rodoviário realizado através do uso de uma linha de ônibus pertencente à Empre-

sa Soares, cujo itinerário fazia Pinhal da Serra a Lagoa Vermelha, passando pelo interior e seguia até a localidade de Capão Bonito, facilitando e agilizando o transporte da população. Essa realidade que se consolidava oferecia uma viagem mais rápida e com maior segurança à população que necessitava se deslocar até o distrito ou à sede do município de Lagoa Vermelha. Sobre esse contexto, a entrevistada relata:

Nessa época de 1950 tudo era realizado a pé ou a cavalo, o uso de automóveis era raro porque poucas pessoas tinham esse conforto. Com o passar do tempo surgiu uma linha de ônibus que facilitava o deslocamento para quem queria ir até a cidade de Lagoa Vermelha. Recebiam com frequência visita de vendedores ambulantes que ofereciam diversos produtos como tecidos, joias, chás (IF2, aposentada, moradora de Capão Bonito do Sul, 2021).

É importante ressaltar que, nas primeiras décadas do século XX, os serviços médicos eram prestados pelos profissionais da saúde que faziam visitas periódicas aos pacientes, prescrevendo medicações, e em alguns casos doando remédios, sobretudo a pessoas carentes. Contudo, havia também o atendimento centralizado em outras localidades, como Estância, Esmeralda e até mesmo Lagoa Vermelha, geralmente para pessoas que dispunham de maior poder econômico e preferiam ser atendidas nesses locais. Apesar dos desafios, dificuldades, em relação ao deslocamento e atendimento em lugares improvisados, essa era a forma mais usual de consultas médicas e acompanhamento da saúde da população, especialmente para moradores do interior que não dispunham meios para se deslocar até lugares mais distantes.

Tedesco, Vanin e Jacomelli (2020, p. 247), no estudo sobre os sírios e libaneses, ressaltam que a família Merib teve grande ex-

pressão em Lagoa Vermelha, em particular na pessoa do médico José Gabriel Nicolau Merib, médico formado na Universidade do Cairo em 1888, que migrou para Lagoa Vermelha na primeira década do século XX, o qual se destacou por atender pacientes no meio rural, em distritos da região nordeste do estado, visitando-os e levando remédios aos de baixa renda, como evidenciado por interlocutores que mencionaram isso, e o anúncio do jornal expressa a afirmação de que “aos pobres consulta e tratamento GRÁTIS” (Jornal *A Ordem*, Lagoa Vermelha, 26/5/1919).

Assim, como no restante do Brasil, o que predominava na região de Capão Bonito era uma população rural voltada para o trabalho do campo e a uma vida simples, com quase nenhuma tecnologia à disposição, com exceção de alguns raros aparelhos de rádio. À medida que se fortalecia e se consolidava a comunidade de Capão Bonito do Sul, ampliavam-se também as relações sociais com encontros familiares e de amigos nos finais de semanas, geralmente ao realizar algum evento festivo no salão da comunidade. Isso fica evidente através do entrevistado:

Por volta da década de 1970 uma das formas comuns das pessoas se encontrarem era através de visitas na casa de amigos ou quando necessitavam pedir algo emprestado aproveitavam para conversar, tomar um chimarrão, falar das novidades. Quando era realizado alguma festa comunitária e até mesmo baile no salão da comunidade os moradores iam se divertir, comer um churrasco, conversar com amigos parentes, entre outros que frequentavam o evento (IF3 – descendente de italianos, morador de Capão Bonito do Sul, atualmente reside em Lagoa Vermelha, 2021).

Diante dessa realidade que se tornava cada vez mais frequente e presente no cotidiano das famílias, decidiram construir um

clube recreativo para que a população pudesse se encontrar nas promoções e animações musicais, assim como festas campeiras, até como forma de manter e preservar os valores, a tradição e a cultura da população capão-bonitense. Edificou-se, então, o Clube Gaúcho Futebol Clube, que se tornou referência na organização e promoções de bailes, festas, entre outros eventos que já eram parte da tradição e da cultura dos moradores. A partir de então torna-se frequente a organização da tradicional festa campeira, envolvendo a comunidade na coordenação, divulgação e preparo do espaço no clube para a realização desse evento. Festas que atraíam um número expressivo de pessoas que prestigiavam e participavam das atividades, contribuindo para o crescimento da comunidade de Capão Bonito do Sul.

Surgiram também pequenas empresas familiares, como Dona Clara – panificados e massas, Lima – bolachas artesanais e Hoffmann – vegetais congelados, denominadas agroindústrias. Os produtos eram naturais, conservando suas características e valor nutritivo. Eram comercializados à população, conservando, assim, maior integração do meio rural com o urbano. No quadro 1 segue a relação das agroindústrias em funcionamento no município.

EMPRESAS
Dona Clara – panificados e massas
Lima – bolachas artesanais
Hoffmann – vegetais congelados (aipim)

Quadro 1. Agroindústrias no município de Capão Bonito do Sul 2021. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pela Emater do município de Capão Bonito do Sul.

Além disso, outros melhoramentos e realizações ao longo dos anos foram se constituindo e se formando no município, como o surgimento de entidades tradicionalistas, casas de co-

mércio, restaurantes, silos de armazenagens de grãos, parque de rodeios, agropecuária, instituição bancária, construção e ampliação da subprefeitura localizada no distrito de Barretos, entre outros estabelecimentos e investimentos em obras que ofereciam maior facilidade e comodidade à população, tanto da área urbana quanto da rural. Portanto, avanços, melhoramentos e conquistas importantes e essenciais no cenário municipal, contemplando a população com mais empregos e, conseqüentemente, mais tributos e desenvolvimento, além de atrair e motivar a vinda de novos moradores, colocando cada vez mais em evidência Capão Bonito do Sul entre os demais municípios do território brasileiro.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO DO SUL

Diante do desenvolvimento econômico e social, consolidavam-se na região de Capão Bonito, embora que lentamente, mudanças importantes no perfil econômico da região nordeste do Rio Grande do Sul em razão dos investimentos direcionados sobretudo para agricultura. Na década de 1960, a criação de gado aos poucos cedeu lugar à produção agrícola, voltada para as culturas de inverno e verão, como cevada, centeio, batata-inglesa, soja e trigo mourisco. O trigo era uma cultura em ascensão, ganhava espaço e importância no mercado, com melhor valorização comercial. Era uma cultura de fácil adaptação ao solo e que poderia ser cultivada em pequenas áreas, sem necessidade de adubação, resistente a pragas e a doenças. Havia possibilidade de realizar mais de uma colheita no ano, podendo ser utilizada tanto na alimentação de animais quanto para o consumo humano. Portanto, uma cultura que aos poucos aumentava sua demanda e ocupava

espaço cada vez maior no território de Capão Bonito. Na década de 1970, foi o auge dessa cultura, sendo considerado o “período próspero do trigo”, assim, teve maior incentivo e valorização no mercado devido à demanda valorização do cereal.

Conforme Melo e Grau (2017),

[foi um] cenário diferenciado nesse período ficou mais evidente na região Oeste dos Campos de Cima da Serra, cujo solo apresenta maior profundidade e se sujeita mais facilmente a exploração agrícola com culturas de lavoura mais evidenciadas nos cultivos da soja, do milho e do trigo. O verde dos campos nativos deu lugar ao amarelo dos triguais, o cavalo foi sendo substituído pelo trator, as mangueiras e os galpões de estâncias por moderno silos à espera dos grãos a cada safra que chega. No outro lado os solos rasos dos campos serranos vão resistindo a alteração desse quadro, mantendo sua formação original; no entanto já é possível de ver a abertura de áreas agrícolas mesmo que numa menor velocidade para o cultivo da batata, dos brócolis, da aveia no inverno, do milho e da soja no verão.

Apesar de ser uma região tradicionalmente de criadores de gado, o cultivo do trigo aos poucos se popularizava entre os agricultores de Capão Bonito. A resposta dos agricultores diante dessa tendência foi imediata, reduziram a área da criação de gado e, evidentemente, aumentaram a lavoura, os lucros eram imediatos, e em termos de cuidados com o solo também, ficava adubado para o próximo plantio, que geralmente era o milho. Raul Feijó, para citar apenas um, morador de Capão Bonito, delimitou uma área específica para a cultura do trigo. Ele, adotou o sistema de parceria entre agricultura e pecuária, permitindo, dessa forma, maior

aproveitamento do solo, conseqüentemente melhores resultados econômicos. Proprietários rurais, como Arnaldo Trem, João Pro-tásio da Luz, para citar estes, moradores do município, já inves-tiam na agricultura, neste caso, concentraram mais recursos no cultivo de grãos, talvez com técnicas mais modernas, atualizadas.

Esse período de prosperidade do cultivo do trigo significou não apenas a ruptura de mudança do perfil econômico da região, mas também na valorização e no incentivo da produção e do comércio. Em face dessa nova realidade econômica, mudando há-bitos e costumes enraizados em termos de produção, passou a ser incentivada mais ainda essa prática agrícola. Tanto é que foi or-ganizada e comemorada a festa do trigo. Um evento importante onde se reuniam vários produtores rurais, movimentando a eco-nomia e a integrando a população de Capão Bonito e localidades vizinhas, conforme evidencia o entrevistado:

Eram poucas lavouras na década de 1960 e 1970, mas a principal cultura era o trigo mourisco, inclu-sive teve a festa do trigo em Capão Bonito em 1970 vindo prestigiar o evento o governador e outras au-toridades (IF4 – descendente de italianos morador de Capão Bonito do Sul, 2020).



Figura 12. Colheita de trigo realizada em 1971, em Capão Bonito, aparecendo na foto Albino Mário Wegher, Irineu Boff, Neri Antônio Seben, Olivo Rufato. Fonte: Foto cedida por Irineu Boff e família.



Figura 13. Desfile de maquinários agrícolas, 1971. Fonte: Foto cedida por Luiz Fernando Pato Oliveira.



Figura 14. Momento da chegada de autoridades a Capão Bonito na tradicional Festa do Trigo, tendo como representante Raul Feijó, 1971. Fonte: Foto cedida por Luiz Fernando Pato Oliveira.

A cultura do trigo teve essa época maior prosperidade e valorização comercial. Apesar dos desafios, especialmente no preparo do solo para agricultura, onde as áreas precisavam ser convertidas em lavouras, pouca tecnologia e informações adequadas havia, entre outros desafios, a produção agrícola surgia forte. Nessa década de 1970, também houve um fluxo migratório de famílias de origem europeia para a região e a maioria dessas famílias tinham na agricultura e na criação de pequenos animais a principal atividade econômica. Sobre esse período, o entrevistado AF7 relata sua chegada na região de Capão Bonito do Sul:

Vim para Capão Bonito com 8 ano de idade, foi na década de 1970, vimos par cá por causa da agricultu-

ra. Meus pais vieram de Carlos Barbosa para Ibiraiaras e depois para Capão Bonito. Quando chegamos éramos arrendatário e posteriormente compramos terras para trabalhar. As áreas eram mais planas com maior aproveitamento para agricultura e o preço das terras naquela época eram mais baratas. Preparávamos a terra para o cultivo da batata mais tarde o cultivo do trigo e o milho para o consumo próprio. Tínhamos um trator pequeno para lavrar a terra e prepará-la para o plantio. A valorização foi a partir do ano de 2000 com a vinda de mais produtores e por causa dos silos que foram construídos na região (IF4 - descendente de imigrantes italianos, morador de Capão Bonito do Sul, 2021).

Na década de 1990, a produção da soja passou a ter maiores incentivos e investimentos na região norte e nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Não sendo diferente no território de Capão Bonito do Sul, gradativamente as lavouras foram sendo ocupadas por essa nova cultura. A soja veio com uma onda de ser um alimento rico em propriedades alimentares, sendo extraídos vários componentes, como carne de soja, leite, queijo. A cotação comercial era maior que o trigo e a demanda não só nacional, mas internacionalmente era muito maior. A adoção de técnicas de plantio direto para facilitar o processo de cultivo e a prevenção da erosão de áreas cultivadas tinha maiores resultados econômicos, incrementando ainda mais a produção de grãos. O informe do jornal *Comercial* (2015, p. 8) registrava que “na agricultura, na década de 80, Capão Bonito do Sul foi um dos pioneiros na implementação do sistema de plantio direto e conta hoje com produtores de ponta em culturas como pipoca, aveia, trigo, milho e principalmente soja, que ocupa nessa safra uma área de aproximadamente 20 mil hectares”.

Na busca por áreas cultiváveis, assim como de resultados econômicos, foi incentivado a vinda de novos produtores rurais para a região de Capão Bonito do Sul. No geral eram famílias que residiam em localidades vizinhas, como Tapejara, Ibiacá, Sananduva, que procuravam adquirir propriedades rurais, quando não arrendavam áreas para o plantio da soja. O fragmento da entrevista realizada com o produtor rural AF8 expressa essa realidade:

A busca de novas áreas para plantar e aumentar a produção nos incentivou a vir de Tapejara para o território de Capão Bonito do Sul. Havia outras pessoas que plantavam por aqui como a família Dalbosco, inclusive um tio veio junto com eles para trabalhar. Começamos a plantar por aqui na década de 1990, onde arrendamos áreas para lavoura, posteriormente no ano de 2001 acabamos nos estabelecendo no município. Em 2003 compramos a primeira área de terra e continuamos investindo na área agrícola. Quando chegamos em Capão Bonito existiam poucas estradas abertas e a produção era levada a Passo Fundo, Marau ou no silo de armazenagem de grãos em Lagoa Vermelha, a CESA. Mas era difícil conseguir entregar nesse silo do município porque praticamente todos os produtores da região procuravam levar seus produtos para essa unidade de armazenamento (MS1 - produtor rural, morador de Capão Bonito do Sul, 2021).

Embora houvesse alguns desafios e dificuldades no tocante à logística em relação à entrega da produção no estabelecimento de moradia, mão de obra qualificada para o trabalho na lavoura e até mesmo no preparo e cultivo do solo que se mantinha compacto e coberto por gramíneas, outros, porém, com formação de pedras, arbustos e outras vegetações que necessitavam ser remo-

vidos, preparados para então ocorrer o processo de plantio, esses desafios foram sendo superados. A mudança de domicílio para a exploração econômica de um espaço geográfico mais amplo e com maior facilidade de acesso, entre outras vantagens, traria resultados maiores e melhores em termos econômicos. Além disso colocava em evidência a riqueza do solo e seu potencial produtivo. O entrevistado AF8 explica:

Uma das dificuldades encontradas naquela época era a deficiência de maquinário para a limpeza de algumas áreas com pedras e prepará-la para o plantio, pois era ocupada apenas pela criação de gado. Com a formação do município houve melhoramentos, como ampliação e abertura de estradas, entre outras facilidades que foram surgindo, contribuindo para a expansão da produção agrícola. As principais culturas na região era o cultivo da cevada, trigo, soja, posteriormente o plantio do milho, entre outras culturas que passaram a fazer parte da nossa atividade (MS1 - produtor rural, morador de Capão Bonito do Sul, 2021).

A edificação de acampamentos provisórios foi, inicialmente, uma alternativa dos produtores para se estabelecerem no município e facilitarem todo o processo de plantio. Porém, havia também dificuldades no tocante à infraestrutura, como mão de obra qualificada para o manuseio de maquinários, num contexto tradicionalmente marcado pela predominância da pecuária bovina. O cultivo da soja foi incorporado em áreas específicas, prevalecendo a combinação do trigo no inverno e a soja no verão, visando obter maiores resultados econômicos. Esse sistema de plantio, além de permitir uma entressafra produtiva, representou uma conquista importante na produtividade de grãos e na rotação de culturas.

Apesar de muitos produtores possuírem conhecimento e experiência no ramo agrícola, os desafios estiveram presentes nesse cenário. Sobre essa questão o entrevistado AF8 explica:

Outras dificuldades também encontradas no início da atividade agrícola na região de Capão Bonito do Sul era a questão da mão de obra. Inicialmente vinham pessoas que já trabalhavam conosco na região de Tapejara e depois após um período de aprendizagem, de conhecimento sobre o trabalho agrícola alguns trabalhadores passaram a ser de Capão Bonito. E além disso, nos acampamentos montados não havia luz elétrica, enfrentávamos o frio no inverno, a falta de água em fim muitos desafios foram vencidos (MS1 - produtor rural, morador de Capão Bonito do Sul, 2021).

Com a chegada dos novos produtores rurais em Capão Bonito, ocorreu um incremento e incentivo ainda maior na produção agrícola não apenas da cultura do trigo ou da soja, mas também com culturas de inverno e verão, como, por exemplo, a cevada, o milho, a batata-inglesa, o feijão. Essa nova realidade que se consolidava, contribuiu na adesão de novos produtores no segmento agrícola. Nem por isso deixar a pecuária bovina que, historicamente, foi a principal atividade econômica da região. Os produtores, além de arrendarem áreas para a agricultura e receber o pagamento em sacas de soja, recebiam o pasto plantado para acomodar o gado no inverno. Outros, no entanto, utilizavam o sistema de parceria entre a agricultura e a pecuária, aproveitando a mesmas áreas para alimentação dos animais e a produção de grãos em períodos alternados, esse sistema permitia aproveitar melhor a área. Enfim, gradativamente foi se popularizando e se enraizando a cultura agrícola no município. A experiência e o co-

nhecimento compartilhados, entre produtores tanto no preparo e manuseio do solo quanto nas técnicas de plantio, foram fundamentais para incrementar e adaptar o solo à produção de grãos na região de Capão Bonito do Sul.

O contexto de oferta e procura por novas áreas para agricultura trouxe significativa valorização comercial dos módulos rurais, tanto para a venda como para o arrendamento. Os pequenos agricultores, talvez por não conseguirem acompanhar as inovações na agricultura, ou pela falta do poder aquisitivo de maquinários, locavam suas terras, tornando-se simplesmente arrendatários, recebendo pagamento em grãos ou em espécie, dependia do contrato feito entre ambos. Surgia, assim, uma nova realidade, com uma atividade econômica que imprimia um novo ritmo na economia regional, que fortalecia e valorizava o potencial econômico assentado no setor agrícola e na pecuária bovina. O entrevistado AF9 relata:

Por volta da década de 1990 a 2000 que muitos produtores rurais começaram a arrendar e a comprar áreas de terras em Capão Bonito. No início se vendia 1 hectare a 100 sacas de soja e o arrendo era pago em torno de 5 a 7 sacas. Isso foi gradativamente aumentando o valor pago pela locação e as vendas de terras. Atualmente fala-se de até 700 sacas de soja pra comprar apenas 1 hectare para lavoura e o arrendo em torno de 18 a 20 sacos. Houve um aumento significativo na valorização dos imóveis rurais na região de Capão Bonito do Sul (IF3 – morador de Capão Bonito do Sul, 2021).

O processo de mudança no perfil econômico do município de Capão Bonito do Sul foi fundamental para o desenvolvimento de uma cadeia produtiva, com investimento diferenciado sobretudo

em estrutura de armazenagem e em unidades de processamento de grãos, assim também em logística de transporte e exportação dos produtos. Com os melhoramentos foram gerados empregos diretos e indiretos nas unidades e nos silos de armazenagem, técnicos e agrônomos profissionais na área agrícola periodicamente prestavam assistência e acompanhamento na produção nas propriedades rurais do município. O significativo dos investimentos e acompanhamento da lavoura foi o aumento na produtividade, especialmente no ano de 2000, essa cultura evoluiu e se consolidou como a principal cultura da região nordeste do Rio Grande do Sul.

Essas mudanças foram mais evidentes a partir da década de 1980, quando se intensificou a produção de cereais no território da Grande Lagoa Vermelha e posteriormente no município de Capão Bonito do Sul. A partir da primeira administração municipal (2001-2005), o setor primário da economia se fortaleceu, teve relevância e espaço num contexto de expansão produtiva. Além do cultivo do trigo, que fora uma das principais culturas da década de 1970, e da soja que teve maior incentivo por volta da década de 1980, também houve maior investimento nas culturas de inverno e verão, milho, trigo, canola, cevada etc.

De acordo com Melo e Grau (2017, p. 40), com a mudança da matriz produtiva criou-se um novo panorama e uma nova imagem regional, principalmente evocado em uma transformação econômica que alterou o modo de vida e a concepção de uma realidade sem precedentes. Os aspectos sociais e culturais tiveram uma transformação explícita e veloz; no entanto, os aspectos ambientais foram os que mais se acentuaram, vistos quando se posta a paisagem contemporânea ao lado de fotografias do passado.

Esse crescimento na produção agrícola refletiu-se num avanço mais consistente e com variadas culturas, que gradativamente se consolidaram ou ampliaram ainda mais no município. Essa realidade se confirma ao analisarmos a Tabela 7, referente aos dados obtidos da evolução agrícola em Capão Bonito do Sul.

CULTURAS TEMPORÁRIAS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
Aveia	300	750	2.500
Batata-inglesa	110	1.450	13.181
Cevada	500	1.200	2.400
Feijão	100	30	300
Milho	4.500	4.050	900
Soja	17.000	17.000	1.000
Trigo	5.000	13.500	2.700
Total	27.510	37.980	22.981

Tabela 7. Principais produtos agrícolas cultivados no município de Capão Bonito do Sul (2005). Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (2007). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capao-bonito-do-sul/pesquisa/31/29644>.

Ao analisar os dados da Tabela 7, percebe-se que o cultivo de diferentes culturas e com novas áreas de plantio foram paulatinamente conquistando espaço e importância no município e, conseqüentemente, contribuindo com seu desenvolvimento regional. Segundo dados do IBGE, nos primeiros cinco anos do século XXI, o setor agrícola de Capão Bonito do Sul se fortaleceu ainda mais, apresentando uma produção significativa em termos econômicos. Ao observar a tabela, relacionando as culturas temporárias e suas respectivas áreas de plantio e produtividade, constatou-se que as culturas da aveia, batata-inglesa, feijão e até mesmo a cevada, embora cultivadas em áreas menores, representam uma produção consistente e importante economicamente. Os maiores investimentos foram direcionados para o cultivo do milho, trigo e sobretudo da soja que vem potencializando novas áreas de plantio e com maior rentabilidade. Como se pode observar, no período de 2000 a 2005 foram cultivados em torno de 17.000 ha de soja, com uma produção de 17.000 toneladas, o que representa juntamente com as demais culturas um avanço significativo no setor primário e com resultados positivos para a economia regional. A oferta de maiores áreas cultiváveis e a valorização da colheita

comercial do grão no mercado nacional, certamente estão entre os motivos que contribuíram para atrair outros produtores para a esse segmento econômico e potencializando maiores investimentos agrícolas na região de Capão Bonito do Sul.

CULTURAS TEMPORÁRIAS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
Aveia	300	600	2.000
Batata-inglesa	150	3.000	20.000
Cevada	500	1.800	3.600
Feijão	120	120	1.000
Milho	5.000	42.000	8.400
Soja	20.000	66.000	3.300
Trigo	4.500	13.500	3.000
Total	30.570	127.020	41.300

Tabela 8. Principais produtos agrícolas cultivados no município de Capão Bonito do Sul (2010). Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2007). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capao-bonito-do-sul/pesquisa/31/29644>.

Na Tabela 8, pode-se observar que a produção de trigo, aveia, cevada, entre outras culturas de inverno que integram a cadeia produtiva do município, apresentam também sua relevância no segmento econômico. Praticamente as mesmas áreas de cultivo foram mantidas, havendo pequenas oscilações em termos de produção, mas que contribuem com uma parcela significativa na geração de tributos, que são fundamentais para o desenvolvimento da economia do município. Além de oferecer uma fonte de renda alternativa, traz benefícios indiretos ao sistema produtivo através da preservação, adubação e fertilidade da terra após o trabalho da colheita. Todo esse processo se converte em melhorias nas condições físicas, biológicas e químicas da área cultivada, proporcionando melhores resultados econômicos com o cultivo de diferentes plantas. Além do próprio comércio dessas culturas potencializam maiores e melhores lucros aos produtores. Tem-se também o cultivo da batata-inglesa, cuja produção está atrelada ao clima tropical,

característico da região norte e nordeste do Rio Grande do Sul, onde alguns produtores direcionam investimento nessa espécie vegetal com a finalidade de diversificar a produção. Aproveitar a fertilidade do solo e, conseqüentemente, ter mais uma fonte de rendas. Proporciona também vagas de empregos temporários a muitos trabalhadores, especialmente no período de plantio, colheita e transporte da produção até os centros consumidores.

A expansão do segmento agrícola e o aumento na produtividade no município se refletem na importância dessa atividade e nas técnicas utilizadas na produção. Isso se comprova ao analisar os indicadores da trajetória da produção rural no município. Ao verificar o período de 2005 a 2010, houve um aumento considerável na área de plantio, produção e rendimento, sobretudo com a cultura da soja. De 17.000 ha passou a serem cultivados 20.000 ha, praticamente aumentou mais de 4 vezes a produção, totalizando 66.000 toneladas. O que representa um avanço significativo e importante na produção de grãos. Porém, as demais culturas temporárias, como batata-inglesa, feijão, milho, aveia, trigo sofreram algumas oscilações em termos de área cultivada e de produtividade, evidenciando igualmente sua importância nesse contexto econômico.

CULTURAS TEMPORÁRIAS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
Aveia	300	420	1.400
Batata-inglesa	40	1.225	30.625
Cevada	200	420	2.100
Feijão	120	180	1.500
Milho	4.000	32.640	8.160
Soja	19.000	68.400	3.600
Trigo	2.450	5.145	2.100
Total	26.110	108.430	49.485

Tabela 9. Principais produtos agrícolas cultivados no município de Capão Bonito do Sul (2015). Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2007). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capao-bonito-do-sul/pesquisa/31/29644>.

Ao analisar a Tabela 9, percebe-se o avanço da cultura da soja, embora houvesse um recuo na área de plantio. No entanto, em termos de produção, houve um crescimento de 66.000 toneladas no período de 2005 a 2010 para 68.400 toneladas entre os anos de 2010 a 2015. Ao avaliar esses dados econômicos, verifica-se a importância da produção agrícola no município, a evolução contínua do cultivo da soja e a importância das outras culturas que fazem parte da economia e desenvolvimento regional. O cultivo do feijão, considerado um alimento importante na alimentação da população brasileira, especialmente em nível regional, cuja culinária reforça o consumo frequente dessa iguaria, tem demonstrado sua evolução e consolidação como uma cultura permanente e indispensável na economia do município.

Embora na produção de milho se perceba oscilações na área de cultivo e em termos de produção, é cultivado em muitas propriedades rurais. Apesar de ser considerado mais para a agricultura familiar, tanto para a subsistência quanto para o comércio local, a produção de milho tem aumentado consideravelmente e também a demanda no mercado nacional. A maior parte da produção é destinada à culinária brasileira através de seus derivados, como canjica, pipoca, farinha de milho, entre outros produtos que contribuem para a valorização e aceitação do cereal no mercado brasileiro. Praticamente toda produção de grãos da região do município é colhida e transportada para os silos de armazenagem, de onde posteriormente é negociado e comercializado em diferentes regiões do país, até mesmo no exterior. Graças ao domínio de técnicas de cultivo e com o uso de sementes de melhor qualidade, essa rotação de culturas tem proporcionado maior rendimento e qualidade na produção. A agricultura se modernizou, fazendo com que o produtor rural atingisse um desempenho maior e melhor na produção e colheita de grãos. Contudo, há desafios a serem superados, os quais fazem parte da vida cotidiana desse setor.

CULTURAS TEMPORÁRIAS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
Aveia	1.000	3.000	3.000
Batata-inglesa	360	10.800	30.000
Cevada	450	1.350	3.000
Feijão	100	150	1.500
Milho	3.300	28.050	8.500
Soja	26.500	108.120	4.080
Trigo	2.750	9.075	3.300
Total	34.460	160.545	53.380

Tabela 10. Principais produtos agrícolas cultivados no município de Capão Bonito do Sul (2019). Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2007). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capao-bonito-do-sul/pesquisa/31/29644>.

Finalizando a análise da produção agrícola do município de Capão Bonito do Sul, percebe-se que nesse período de 2015 a 2019 o setor primário continuou em expansão, totalizando uma produção significativa e importante em sua economia. A produção da soja, como se pode observar pelos dados obtidos e analisados, foi a cultura que mais se projetou e ampliou sua área de plantio. Ao analisar os indicadores ilustrativos da trajetória mais recente da agricultura no município, sobretudo com a produção da soja, entre os anos de 2010 e 2015 a área de plantio era de 19.000 com uma produção de 68.400 toneladas, cresceu significativamente passando a ser cultivados 26.500 hectares, atingindo uma produção 108.120 toneladas. Essa realidade possivelmente está atrelada a diversos fatores entre os quais a própria demanda comercial de grãos no mercado nacional e internacional; as técnicas utilizadas para amostragem, correção e adubação do solo, o uso de maquinários mais moderno e eficazes no preparo da terra e cultivo, assim como maior demanda de produtos industrializados derivados da soja, como, por exemplo, óleos, margarinas, sorvetes etc.

Além de tudo isso, comprova-se sua importância por ser matéria-prima na produção de farelos e rações para a alimentação animal e a fabricação de biodiesel, um biocombustível líquido, considerado uma fonte de energia renovável, produzido a partir da soja. As demais culturas também merecem destaque nesse cenário produtivo por apresentarem sua importância econômica, tornando-se cada vez mais evidente sua participação na economia e no desenvolvimento regional. Além de contribuir com o crescimento na arrecadação tributária, percebe-se também sua importância na geração de empregos diretos e indiretos. À medida que se amplia e se consolida a produção agrícola como indispensável e essencial na economia do município, e também como fonte de rendas aos produtores, novas famílias de agregados e trabalhadores temporários se estabelecem ou se deslocam com frequência para trabalhar em propriedades rurais desse município. Seja nos afazeres domésticos, na produção, transporte, monitoramento e acompanhamento do ciclo produtivo; sujeitos esses indispensáveis e fundamentais no cenário agrícola e que contribuem com a evolução e desenvolvimento de Capão Bonito do Sul.

A INDÚSTRIA MADEIREIRA

E A PRODUÇÃO DA ERVA-MATE NO MUNICÍPIO

A indústria madeireira considerada um dos importantes segmentos econômicos do Brasil, também faz parte da história do município de Capão Bonito do Sul. A existência de grandes áreas florestais, especialmente de araucária, permitiu antes mesmo da década de 1950 a instalação e funcionamento de um número significativo de fábricas. A maioria localizadas no interior das matas, onde era montada toda a estrutura para o corte, extração e bene-

ficiamento da madeira. Outras, porém, se instalaram junto às florestas, com maior facilidade de acesso, transporte e escoamento. Praticamente toda produção se direcionava para suprir a crescente demanda nesta região, nas regiões brasileiras e até mesmo para o exterior. Essa realidade que ia se consolidando oportunizava não apenas vagas de trabalho para pessoas da comunidade, mas também para moradores de localidades vizinhas que frequentemente se deslocavam para trabalhar no corte e carregamento da madeira. Além de, com o passar do tempo, a indústria madeireira passar a fornecer matéria-prima para o setor moveleiro e construção civil, otimizando maiores resultados econômicos.

Segundo Nepomuceno (2003), em seu estudo sobre a *História de Lagoa Vermelha*, ressalta que Júlio Wegher comentou sobre a década de 1950, que havia em Capão Bonito e nas proximidades várias serrarias, entre as mencionadas mencionou a de Olívio Cechin, localizada no terreno de Carula Teles, e a de Zancanari, instalada na propriedade de Plínio Lourenço de Lima. Em 1951, Artur Ghelen montou uma serraria em Capão Bonito no terreno cedido por Francisco Wegher. Em 1954, outra no terreno de João Bolsonello, administrada por Ivalino Argenta. A serraria de Artur Ghelen foi vendida posteriormente para a empresa Irmãos Ghelen & Cia. Ltda., que, além de serrar pinheiro, fabricava peças para barris, cabos de vassoura e tabuinhas para coberturas de casas, hoje substituídas por telhas de barro, cimento e outros materiais.

Nas Figuras 15 e 16, visualiza-se a serralheria da família Wegher na década de 1960, localizada no interior de Capão Bonito, onde atualmente se encontra a propriedade de Adelmo Saibt e família.



Figura 15. Serralheria de Wegher Saibt. Fonte: Foto cedida por Adelmo e Márcia Maria Wegher Saibt.



Figura 16. Serralheria da família Wegher. Momento do transporte de madeiras para atender à demanda regional. Fonte: Foto cedida por Adelmo e Márcia Maria Wegher Saibt.

Uma atividade industrial essencial que ganhava cada vez mais espaço e relevância como principal setor de indústria extrativa, gerava não somente empregos e renda para a população, mas também tributos para o setor público. No decorrer do século XX, na região de Capão Bonito do Sul havia várias empresas madeireiras que concentravam recursos e investimentos na produção de caibros, ripamentos, sarrafos, tábuas etc., buscava diversificar seus produtos e ampliar as vendas. A facilidade na aquisição da matéria-prima e no fornecimento de materiais para construção de casas, galpões e outras edificações foram fundamentais para a expansão de moradia em Capão Bonito do Sul. A riqueza da flora, especialmente do pinheiro araucária, impulsionava a produção, conseqüentemente o desenvolvimento desse segmento econômico. A partir da década de 1960 usava-se os caminhões, o que facilitou e agilizou o transporte da madeira para fins comerciais e garantia maior segurança e rapidez no escoamento da produção. Após esse período de prosperidade econômica as florestas nativas foram sucessivamente se esgotando e, para suprir a necessidade de matéria-prima, como alternativa incentivou-se o reflorestamento de *pinus elliotti* e eucaliptos. Porém, mesmo assim, gradativamente houve redução no número de madeireiras instaladas na região, mas que ainda mantinham sua importância na economia do município.

Para Melo e Grau (2017),

[...] a dinâmica regional da madeira marcou um período que alterou o cenário geográfico local, pela mudança na vegetação, principalmente pelas extensas florestas que deixavam de existir para dar lugar às áreas desmatadas, abertas em clareiras, muitas delas ocupadas para a implantação de pequenas lavouras para a produção agrícola em

especial o milho que era necessário na alimentação dos trabalhadores das serrarias, alimentação dos animais de tração da madeira e destinados à alimentação dos chamados mateiros, homens que ocupavam-se da derrubada, do puxe e do trabalho nas madeiras.

A exploração econômica da erva-mate também se fez presente no território de Capão Bonito do Sul. É uma planta nativa da região e historicamente descoberta e utilizada pelas populações indígenas Kaingang e Guarani. Esses povos a colhiam nas matas de forma manual e as transportavam até a aldeia. Após todo o processo de preparo, era consumida mastigando a folha, ou fazendo infusão em água e consumida como chá ou chimarrão, entre outras formas de ser aproveitada. Para os índios, a erva-mate possuía propriedades medicinais e oferecia força e vitalidade. Com o passar do tempo essa planta se tornou conhecida entre os colonizadores, sendo aproveitada e disseminada entre a população que gradativamente passou a ser consumida sobretudo no Rio Grande do Sul em forma de chimarrão.

Berkai e Braga (2000) referem que o hábito de tomar chimarrão provém dos indígenas, principalmente dos povos Guaranis e Kaingangs desde 1509. Nessa época a erva-mate era destinada somente aos índios mais importantes da tribo, como o cacique. A erva-mate era produzida e colhida pelos índios usando instrumentos artesanais de madeira e pedra; os galhos eram extraídos, amarrados em cipó, em torno de uma arroba (em média, 15 a 17 quilos), pendurados em sobre uma fogueira durante um dia para desidratar e, já com as folhas secas, dispostas em um pilão e socar até se transformar em pó.

Na região de Capão Bonito do Sul havia inúmeros ervais nativos espalhados pelas matas, sobretudo em baixo das araucárias.

Essa riqueza passou a ser explorada economicamente para o consumo local, posteriormente, comercializada. À medida que a demanda aumentava, a produção foi ampliada também, com plantio de mudas. Essa cultura passou a ocupar uma área expressiva no município, consolidando-se como uma alternativa econômica viável e importante fonte de empregos e renda no meio rural.

Os aglomerados de ervais nativos passaram a se concentrar em algumas propriedades rurais, em razão de investimentos alternativos e de maior valorização do produto. A maioria dos ervais cultivados era distribuída em parceria com a criação de gado e a produção agrícola. O proprietário Arnaldo Trem buscou otimizar investimentos na produção e cultivo da erva-mate. Além do comércio da matéria-prima para ser industrializada, é feito também um trabalho técnico para a produção de sementes e mudas em viveiros, visando melhor qualidade. O incentivo e investimento no cultivo de novas mudas, acompanhamento nas práticas de poda, adubação, controle de plantas daninhas, cobertura do solo, renovação do erval, entre outras ações e técnicas utilizadas, há um melhoramento da produção e da qualidade dos ervais. O próprio comércio de mudas em viveiros tem contribuído para a dinâmica do mercado ervateiro no Rio Grande do Sul, há uma procura significativa pela comercialização de mudas. Além disso, a produção e o comércio dessa cultura têm contribuído no aumento do número de trabalhadores no campo e na própria indústria ervateira.

É interessante ressaltar que nos dias atuais a erva-mate não é apenas consumida no chimarrão, mas pode ser extraído da folha propriedades benéficas ao consumo humano. É uma planta medicinal, desde a época dos índios que a consumiam mastigando folhas, fazendo infusões. Com as tecnologias de hoje, do extrato da erva-mate são fabricados diversos produtos. Os benefícios do consumo da erva-mate são vários, como chá, remédio,

estimulante, controla a fadiga cerebral, diurético, facilita o processo digestivo etc.

Maccari Junio e Santos (2000, p. 47) dão outras informações a partir da erva-mate. Segundo os autores, é possível extrair das folhas produtos alimentícios, além dos já citados, o chá-mate em saquinhos, tereré, mate solúvel, o chá pronto (consumido como bebida), chá gelado (consumido em regiões mais quentes), além de existirem inúmeros benefícios da composição química das folhas a serem explorados.

Todo esse processo de cultivo e comércio da erva-mate na região de Capão Bonito demonstra sua relevância não apenas para atender à demanda regional e nacional, mas também na geração de empregos diretos e indiretos, tanto no processo de produção, acompanhamento dos ervais, quanto na logística de transporte e geração de tributos para o município. Essa realidade pode ser comprovada através dos demonstrativos apresentados na Tabela 11.

ANOS	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ÁREA COLHIDA	RENDIMENTO MÉDIO
2005	1.150	230 ha	5.000 kg/ha
2010	1.150	230 ha	5.000 kg/ha
2015	1.900	200 ha	9.500 kg/ha
2019	1.760	200 ha	8.800 kg/ha

Tabela 11. Produção da erva-mate no município de Capão Bonito do Sul (2000 a 2019). Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2007).

Ao analisar os dados referentes à produção, área de plantio e rendimento médio do cultivo da erva-mate, percebe-se que tem sido indispensável para a economia do município de Capão Bonito do Sul. Embora o cultivo e a colheita da folha tenham se mantido constantes, com um recuo de plantio de apenas 30 há (hectares) nos últimos anos, evidencia-se uma demanda e um mercado consumidor em expansão. Sua importância não se res-

tringe apenas aos aspectos econômicos e sociais, mas também do ponto de vista ambiental, por ser uma cultura permanente, não depende do uso de produtos químicos, serve como reflorestamento, preserva as fontes de água, além de servir, é claro, de fonte de renda para os pequenos agricultores, tendo em vista não dispensarem maiores investimento na preservação e colheita dos ramos para a industrialização.

No parecer de Pasinato (2003),

[...] a erva-mate pode representar um auxílio no equilíbrio dos ecossistemas locais, pois aceita o sistema de consorciamento com outras plantas, devido ao ser caráter nativo presente na mata Atlântica e, assim, preserva a entomofauna local, auxiliando no equilíbrio do agro ecossistema e consequentemente, à melhoria da qualidade de vida dos agricultores que desenvolvem essa atividade.

Portanto, a planta da erva-mate é uma cultura viável e de fácil manuseio e cultivo. Os produtores investiram nessa atividade econômica como forma de diversificar sua produção e como fonte de renda adicional. Por ser uma espécie nativa que facilmente se adaptou aos tipos de solos da região e a própria legislação vigente sobre o meio ambiente, permite que sejam consorciadas com culturas permanentes, que tenham colheita temporária, entre outros motivos já mencionados que contribuíram para o cultivo dessa planta no município.

A FRUTICULTURA NO MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO DO SUL

Por volta do ano de 1976, a produção de maçãs ganhou destaque no território de Lagoa Vermelha e mais especificamente

na região de Capão Bonito do Sul no ano de 1979. As empresas Éberle S/A, Móveis Pozza, Araucária do Brasil S/A, entre outras, motivadas por interesses econômicos e incentivos fiscais do governo federal, direcionaram investimentos na formação de pomares, produção e comercialização de maçãs, representando um importante setor econômico que contribuiu para fortalecer e desenvolver a economia regional. O cultivo da maçã tornou-se fundamental, além de ser responsável pela geração de empregos e renda a muitas famílias e impulsionar o desenvolvimento econômico do município de Capão Bonito do Sul, sobretudo a partir de sua emancipação, onde novas áreas de plantio foram incorporadas em seu território. Um fruto característico de clima temperado, que entre os anos de 2000 a 2005 ocupou uma área correspondente a 108 ha, segundo dados econômicos do IBGE.

Praticamente toda a mão de obra utilizada na plantação desde o período de plantio, acompanhamento técnico, até a colheita era realizada, a maior parte, por trabalhadores temporários, muitos moradores do município de Capão Bonito e também de outras regiões. O amplo consumo da fruta e seus derivados, como doces, geleias, compotas, vinagres, espumante etc., tem aumentado a procura e o consumo, conseqüentemente gerando maiores lucros aos produtores.

No dizer de Nepomuceno (2003),

[...] a área inicial plantada estava em torno de 400 hectares, todos com incentivos fiscais. O maior pomar de Lagoa Vermelha está localizado junto à BR 285, a poucos quilômetros de distância da cidade. Está área posteriormente passou a integrar o município de Capão Bonito do Sul que foi emancipado. Em Capão Bonito, antigo distrito, também foi iniciado o plantio de macieiras por volta de 1979, o mesmo ocorrendo com a localidade de Bom Retiro.

Além de observar a importância e a crescente demanda no mercado nacional pelo consumo contínuo da maçã, gradativamente percebeu-se uma redução das áreas de plantio, consequentemente na produção do fruto no território de Capão Bonito do Sul. No período de 2005 a 2010, a produção de maçãs ficou restrita apenas a 40 ha, uma redução significativa em comparação com o plantio inicial e até mesmo entre os primeiros cinco anos do século XXI. A redução possivelmente foi reflexo de uma economia em ascendência e que direcionou maiores investimentos na produção de grãos, e até mesmo na criação de gado. Observa-se também que pode estar relacionado a esse recuo a saturação dos pomares, a maioria formada há mais de trinta anos. Ao longo do tempo, as árvores frutíferas apresentam algumas doenças, como a ferrugem, que comprometem a vitalidade, consequentemente a qualidade dos frutos. Apesar da renovação e acompanhamento técnico de novas mudas, o que se observou também foi o direcionamento de investimentos nas lavouras da soja, o que tem potencializado maior produtividade e lucros. Na Tabela 12, visualiza-se essa oscilação em termos de quantidade produzida, área plantada e rendimento médio de maçãs em Capão Bonito do Sul.

ANOS	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ÁREA COLHIDA	RENDIMENTO MÉDIO
2005	2.052	108 ha	19.000 kg/ha
2010	600	40 ha	15.000 kg/ha
2015	160	4 ha	4.000 kg/ha
2019	160	5 ha	32.000 kg/ha

Tabela 12. Produção de maçã no município de Capão Bonito do Sul.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2007.

Ao analisar os dados da tabela, observa-se que essa realidade, em termo produtivos, se tornou mais evidente entre 2010 e 2019, quando a redução no cultivo e na produção ficaram restritas a uma área entre 4 e 5 ha, poucos produtores, uma redução expressiva na produção e nos investimentos na cultura. Porém, deve-se considerar a importância e a contribuição dessa cultura no município. Desde os investimentos iniciais e a contínua produção proporcionaram, ao longo dos anos, geração de empregos e renda a muitas famílias, tanto moradoras das áreas rurais quanto de trabalhadores urbanos. O processo de cuidado, manutenção, limpeza, poda e colheita estava condicionado aos trabalhadores contratados. Além dos tributos gerados com sua produção e venda foram significativos e revertidos no aprimoramento e melhoramento do município, consequentemente na qualidade de vida da população.

Além dessas culturas que possuem uma importância indispensável na produção e desenvolvimento econômico na região de Capão Bonito do Sul, não menos importante é a produção da cevada, aveia, batata-inglesa etc., e alguns pequenos pomares de laranja, marmelo, figo, peras, uvas, kiwi, entre outras plantas que também proporcionam aos moradores, sobretudo das pequenas propriedades, oportunidade de trabalho e fontes de renda familiar. Embora cultivados em áreas mais restritas, a produção de cereais e frutas oferecem igualmente mais alternativas financeiras a um custo menor na produção. A importância, o valor comercial, também são reconhecidos e valorizados no mercado regional através do comércio e aceitação pelos consumidores.

As tabelas que se seguem evidenciam as culturas permanentes cultivadas na região de Capão Bonito do Sul no período de 2005 a 2019, suas respectivas áreas de plantio, produção e rendimento médio no cenário econômico do município.

CULTURAS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Figo	1 ha	5	5.000
Laranja	5 ha	55	11.000
Marmelo	1 ha	4	4.000
Pera	2 ha	14	7.000
Pêssego	5 ha	35	7.000
Uva	8 ha	96	12.000
Total	22 ha	209	46.000

Tabela 13. Produção agrícola com culturas permanente no município de Capão Bonito do Sul (2005). Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2007). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capao-bonito-do-sul/pesquisa/31/29644>.

CULTURAS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Figo	1 ha	5	5.000
Laranja	5 ha	55	11.000
Marmelo	1 ha	4	4.000
Pera	2 ha	14	7.000
Pêssego	5 ha	20	4.000
Uva	8 ha	72	9.000
Total	22 ha	170	40.000

Tabela 14. Produção agrícola com culturas permanente no município de Capão Bonito do Sul (2010). Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2007). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capao-bonito-do-sul/pesquisa/31/29644>.

Ao analisar a totalidade dos dados registrados nas tabelas referentes às culturas permanentes nos períodos correspondentes aos anos de 2005 a 2019, observa-se que, apesar da economia da região estar essencialmente atrelada às grandes lavouras agrícolas e também à agropecuária, a fruticultura demonstrou sua importância na economia do município. Embora se perceba que a partir de 2015 houve redução ou até mesmo substituição da produção de laranjas, peras e marmelos pelo cultivo de grãos, vários produtores rurais continuaram investindo nesse setor.

CULTURAS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Figo	1 ha	5	5.000
Pêssego	3 ha	12	4.000
Uva	2 ha	20	10.000
Total	6 ha	37	19.000

Tabela 15. Produção agrícola com culturas permanente no município de Capão Bonito do Sul (2015). Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2007). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capao-bonito-do-sul/pesquisa/31/29644>.

CULTURAS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Figo	1 ha	5	5000
Pêssego	3 ha	10	3.333
Uva	2 ha	19	9500
Total	6 ha	34	17,833

Tabela 16. Produção agrícola com culturas permanente no município de Capão Bonito do Sul (2019). Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2007). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capao-bonito-do-sul/pesquisa/31/29644>.

A procura por um estilo de vida mais saudável e a busca pela qualidade na produção, aliada ao acompanhamento técnico e assessoramento nesse segmento econômico, tem contribuído e incentivado a valorização e a diversidade na produção. Configurou-se como uma alternativa para as pequenas propriedades rurais, mostrando-se capazes de gerar emprego e renda aos próprios filhos. O clima agradável, apropriado para o cultivo de árvores frutíferas e a assistência técnica de profissionais especializados são fatores determinantes na ajuda e no incentivo a investimentos nessa atividade econômica. O mais importante é a valorização do meio rural e a manutenção do núcleo familiar no campo, evitando, dessa forma, o êxodo rural, ou a saída dos filhos para a cidade

em busca de emprego, tão comum na atualidade e que tem causado vários problemas sociais, como desemprego ou subemprego em muitas cidades.

A CRIAÇÃO DE GADO E OVINOS NO MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO DO SUL

A pecuária bovina, historicamente considerada a principal fonte de renda do produtor rural, passou por um processo de mudanças ao longo do século XX. Essas transformações se deram especialmente sustentadas por avanços tecnológicos no sistema de criação e qualidade dos animais. As áreas de pastagens reduziram, mas a produtividade em termos de peso, diminuição de mortalidades e aumento da taxa de natalidade são, entre outros, aspectos positivos que se consolidaram em relação ao rebanho bovino. Esses ganhos foram possíveis graças à melhoria genética dos animais, saúde e manejo, suplementação alimentar (mineral e proteica), sistema de semiconfinamento, e até mesmo confinamento, que se traduziu na qualidade da carne bovina. Em algumas propriedades rurais do município de Capão Bonito do Sul, os animais passaram a ser criados de forma integrada com a exploração econômica da lavoura, estando diretamente relacionada à própria expansão das áreas de produção agrícola, conseqüentemente na redução das pastagens naturais ou cultivadas. Essa realidade trouxe importantes ganhos e benefícios para muitos produtores, como melhor aproveitamento do solo durante o ano ou, pelo menos, na maior parte desse, permitindo maior diversificação na produção e aproveitamento da propriedade.

Apesar da produção agrícola ocupar um espaço importante e amplo, a pecuária bovina manteve sua relevância e valorização na economia do município. A criação dos animais consorciados

com a produção agrícola passou a definir uma das características desse segmento econômico no município. Através do sistema de semiconfinamento, apesar dos custos de produção, permitiu melhores e maiores resultados econômicos aos produtores, onde os animais geralmente eram separados em lotes e criados em piquetes, curral, em áreas restritas e alimentados nos cochos, com dieta balanceada, oferecendo melhores resultados produtivos. Sua relevância é notória, ganhando cada vez mais espaço e importância no mercado nacional em razão de sua crescente demanda, especialmente no fornecimento da carne, couro, leite etc.

O artigo do jornal *Comercial* de Capão Bonito do Sul (2015, p. 8) relata que “o gado ocupa as áreas de lavoura durante o período de inverno tem obtido excelentes resultados; já a terminação desses bovinos em sistemas de semiconfinamento tem sido uma opção tecnológica para que criadores mais estruturados e tecnificados multipliquem seus ganhos”.

O aprimoramento genético dos animais foi também outra alternativa viável e fundamental para a produção de carne de melhor qualidade e com o retorno mais rápido do capital investido. As principais raças de animais eram representadas pela dévon, zebu, angus, charolês, entre outras, algumas trazidas de outras regiões e até mesmo do exterior como forma de melhorar a qualidade e a produção dos animais no município. O acompanhamento na criação e engorda de raças de origem europeia e com maiores cuidados tem-se mostrado presente na região nordeste. A participação de produtores rurais em eventos agropecuários, ou no comércio, com produtores de outras regiões tornou-se evidente com a exposição de animais diferenciados e com melhor valor comercial agregado, elevando o nome de Capão Bonito do Sul como uma das principais regiões criadoras de gado bovino. O entrevistado AF9 evidencia:

A melhora na qualidade dos animais pode-se dizer que começou no ano de 1952 quando teve a primeira exposição de bovinos em Lagoa Vermelha. Meu pai Bernardo Domingues Amarante participou com exemplares de gado conhecido como suíço, de fácil engorda e ganho de peso. Porém, a raça que passou a predominar entre os principais criadores de Capão Bonito naquela época, como o Sr. Aquiles Pacheco, Finácio da Luz, Leonel Pato, Protásio da Luz, foi o gado dévon, possivelmente devido ao clima favorável e da própria qualidade do animal. Torna-se importante destacar também que a criação do gado bovino era realizada de forma extensiva e a maneira de renovar o pasto era através da queimada. A partir do momento que surge as lavouras com a plantação do trigo passa-se a plantar também a aveia e o azevém para complementar a alimentação do gado. Posteriormente vai surgir técnicas mais aprimoradas de reprodução animal, como a inseminação artificial, entre outros recursos que favoreceu ainda mais o aumento no peso e na qualidade dos animais (AF9 – morador de Capão Bonito do Sul, atualmente reside em Lagoa Vermelha, 2021).

Há de se considerar também que os pequenos, médios e grandes produtores criavam os animais de forma tradicional, mantendo a maneira de manejar extensivamente, soltos nas pastagens, em piquetes, em áreas restritas, enfim como lhes convinham para obter resultados econômicos satisfatórios. Torna-se interessante ressaltar essas transformações porque contribuíram na mudança da produção econômica regional. Além do gado de corte, o gado leiteiro também se destacou e representa parte importante na pecuária bovina na região de Capão Bonito. As principais raças destinadas à pecuária leiteira foram a holandesa e a jersey, apropriadas para a produção de leite.

Além dessas raças de animais descritas, há outras que são criadas em algumas propriedades rurais, a maioria em propriedades menores, mas que também apresentam sua importância na economia do município. Os ganhos na produtividade são observados entre a maioria dos criadores de gado leiteiro, isso se deve à adoção de novas tecnologias que otimizam a eficiência no processo de produção, ao melhoramento genético do rebanho, à alimentação e aos cuidados dados aos animais. Na Tabela 17 pode-se observar o crescimento do rebanho de ordenha no período de 2000 a 2019 no município de Capão Bonito do Sul.

ANO	REBANHO EFETIVO	VÁCAS ORDENHADAS
2005	11.202	619
2010	14.030	540
2015	12.834	923
2019	13.527	920

Tabela 17. Rebanho bovino e gado leiteiro no município de Capão Bonito do Sul – 2005-2019. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2007).

Ao observar os dados da tabela, percebe-se que o rebanho efetivo em 2005 era de 11.202 cabeças, das quais 619 eram vacas leiteiras. Considera-se um número expressivo diante das mudanças acentuadas no quadro produtivo geral do município com a inserção da produção agrícola. O crescente número de animais ficou mais evidente no período de 2005 a 2010, quando o rebanho bovino alcançou 14.030 cabeças. Este crescimento acentuado se deve à demanda e valorização comercial. Mais pertinente ainda por ser uma região tradicionalmente voltada à criação de gado e por questões culturais de um território que foi colonizado por estancieiros, tropeiros, cuja economia atrelava-se à criação e comércio de animais bovinos. Esse legado cultural exerceu, e ainda influencia, na manutenção, criação e comércio do gado. E

também o próprio aprimoramento genético, com a introdução de animais superiores no rebanho permitiu maiores e melhores ganhos na atividade pecuária. Observam-se esses benefícios sobretudo no ganho do peso e qualidade dos animais, consequentemente maior valor comercial.

Nesse mesmo período observa-se redução no número de animais destinados à produção de leite, de 619 para 540 cabeças. Redução, embora que pequena, relaciona-se a investimentos alternativos na produção agrícola, mesmo nas pequenas propriedades. Outro fator relaciona-se aos maiores investimentos na pecuária de corte, que proporcionava lucros maiores, com custo menor em relação à produção leiteira. Enfim, diante desse cenário, o que torna mais relevante nessa análise é a força da pecuária e a importância que tem na economia de Capão Bonito do Sul.

No período de 2010 a 2015, o rebanho bovino de Capão Bonito do Sul, segundo dados do IBGE, era de 12.834 animais e o número de leiteiras 923. Observa-se a oscilação na criação de bovinos efetivos, escala de animais de corte, o que reforça o entendimento de estar relacionado à expansão do cultivo da agricultura, que gradativamente ganhava espaço e demanda no mercado nacional e internacional. Além das propriedades rurais já estruturadas e organizadas com o cultivo agrícola, novas áreas foram arrendadas ou negociadas com os cultivadores e com os novos moradores conhecidos por “granjeiros” que ocupavam cada vez mais espaço no território do município. Ademais vivenciava-se um contexto de expansão produtiva não apenas em nível regional, mas em escala nacional e mundial. Todos esses fatores são relevantes e os principais pelo crescimento da cultura agrícola e a redução da criação de gado.

Por fim, no período de 2015 a 2019, a pecuária bovina contava com 13.527 cabeças e 920 leiteiras. Reforça a análise de que a

produção agrícola, apesar de seu significativo custo de produção, seus desafios e dificuldades, num mercado cada vez mais exigente e competitivo, ainda se manteve em ascensão, atraindo novos produtores, seja na ampliação de áreas de plantio, seja na aquisição de novas propriedades rurais, arrendamentos ou a busca por fontes alternativas de rendas, o que contribuiu para que Capão Bonito do Sul se fortalecesse, ancorada numa economia pujante e essencialmente na agricultura e na criação bovina. Essas atividades econômicas eram importantes e essenciais que desempenharam relevante função na economia do município, seja através dos tributos gerados pelo comércio dos animais e a produção de leite, seja através da geração de empregos diretos e indiretos nesse setor econômico, contribuindo cada vez mais com o desenvolvimento.

Outros dados, não menos importantes, e que devem ser observados, foram a diversificação da produção, a exploração econômica da pecuária bovina, com a criação de animais para fins comerciais, e a produção de leite, atendendo sobretudo à demanda das indústrias de laticínios. Esta iniciativa proporcionou aumento na renda do produtor rural obtendo maiores lucros na produção. A pecuária leiteira foi uma atividade rural adotada principalmente por pequenos produtores, exigindo alguns investimentos e um conhecimento mais aprimorados e técnico na criação, manejo e acompanhamento do gado. Os animais geralmente eram criados e mantidos numa área restrita. Algumas propriedades eram divididas em piquetes, com plantação de pastagens e uso de alimentos concentrados. Outros, porém, criavam os animais de forma extensiva, voltados para o consumo familiar e para o comércio local, sem a necessidade de maiores investimentos. O cultivo do milho, feijão, aveia, entre outros produtos, também estava presente nas propriedades rurais de produtores de leite, que buscavam agregar maiores resultados econômicos. O apoio e o atendimento foram

realizados pela administração municipal, oferecidos programas de incentivo ao produtor rural, fortalecendo a produção e a permanência de famílias nas áreas rurais.

O jornal *Comercial* de Capão Bonito do Sul (2015, p. 31) destaca que “através do programa Pró-leite da secretaria da Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, 25 famílias produtoras de leite de Capão Bonito do Sul estão sendo beneficiadas com a correção do solo e plantio de tifton 85. Revista de prestação de contas 2018”.

A cadeia produtiva de leite foi uma das atividades mais importantes para o agronegócio brasileiro, não sendo diferente para a economia do município, especialmente na geração de empregos e renda, além de apresentar fundamental importância para a sustentabilidade das propriedades familiares, proporcionando não apenas uma remuneração mensal, mas também motivando famílias a permanecerem no campo. Essa realidade presente no território de Capão Bonito representa investimento e referência na criação e na produtividade do gado leiteiro. Toda produção depende de aprimoramento genético, tecnologia e cuidados técnicos, o que proporciona não apenas oportunidade de emprego, mas também participação ativa na geração de renda para o município. O jornal *Comercial* (2015, p. 8) registra que “a produção de leite é a principal atividade da agricultura familiar no município, mas também reúne produtores médios e grandes que adotam modernas tecnologias de manejo e produção”.

A criação de ovinos também passou a fazer parte da economia do município de Capão Bonito do Sul, considerada uma atividade milenar que ao longo do tempo demonstrou relevância econômica em todos os continentes, introduzida no Brasil pelos colonizadores portugueses no século XVI. A produção atendia à demanda familiar, posteriormente para fins comerciais. Na região

de Capão Bonito do Sul a criação de ovinos estava presente em várias propriedades rurais. No período correspondente aos anos de 2000 a 2005, o número de animais efetivos no município girava em torno de 2.256 cabeças. Um número expressivo que demonstrava relevância nesse cenário econômico, possibilitando aos produtores maior rentabilidade e ganhos financeiros com a venda. A possibilidade de os ovinos serem explorados economicamente em áreas pequenas e num espaço geográfico compatível com outras culturas e até mesmo com a criação de gado, tornou-se uma alternativa viável para a integração lavoura-pecuária, permitindo maior retorno do capital investido.

Mesmo sendo considerada por agricultores uma atividade secundária, sua produção buscava atender um mercado consumidor em expansão, com a venda e o comércio da carne, lã, couro. O rebanho cada vez mais aumentava quantitativamente, assim como a qualidade pelo aprimoramento genético. Ao longo dos anos de 2005 a 2010, o município possuía 2.490 ovinos, representando um aumento pequeno no número de animais, porém com investimentos mais direcionados na produção e aprimoramento, gerando, conseqüentemente, melhores resultados em termos de qualidade e maior valor comercial. Essa evolução da criação e produção de raças mais aprimoradas no município se consolidou através de várias espécies de ovinos, como dorper, santa inês, suffolk, texel, ile-de-france e hampshire dow, entre outras.

O jornal *Comercial* (2015, p. 8) assim registrou:

Na ovinocultura, Capão Bonito do Sul conta vários criadores inclusive cabanhas premiadas, onde são criadas algumas das principais raças ovinas, como Dorper, Santa Innês, Suffolk, Texel, Ile-de-France e Hampshire Dow. A ovinocultura também merece destaque especial, pois dá origem ao principal

evento do município, a tradicional feira de Ovinos, que acontece anualmente no mês de novembro e conta entre outros atrativos com um concorrido churrasco de cordeiro.

Durante os anos de 2010 a 2015, o rebanho de ovelhas aumentou de forma significativa, ficando em torno de 4.169 animais, atualmente o número é de 4.793 cabeças. Um número expressivo que demonstra sua relevância econômica na economia de Capão Bonito do Sul. Possivelmente esses resultados estejam relacionados também aos programas de incentivo, à aquisição e aumento do rebanho de ovinos no município. A formação de cabanhas especializadas na criação e acompanhamento dos animais tornou-se presente entre alguns criadores, cuja finalidade é o comércio de animais de alta qualidade. Na Prestação de contas (2018, p. 31) assim refere: “A lei orgânica municipal nº 797/2018 deu origem ao programa Mais Ovinocultura, que tem como objetivo aumentar a renda dos produtores familiares ligados à ovinocultura, através de incentivos para a aquisição e ampliação do rebanho de ovinos dos produtores do município”.

Esse cenário produtivo com ênfase na criação de ovinos, característico de Capão Bonito, deu origem à tradicional Feira de Ovinos em Capão Bonito do Sul. Um evento realizado anualmente onde reúne produtores de várias localidades, procurando valorizar e fortalecer essa atividade no município. A Tabela 18 apresenta o crescimento contínuo do rebanho de ovinos e o aumento na produção de lã para fins comerciais.

ANO	REBANHO EFETIVO	PRODUÇÃO DE LÃ (kg)
2005	2.256	4.121
2010	2.490	4.850
2015	4.169	5.000
2019	4.793	6.000

Tabela 18. Rebanho efetivo de ovinos no município de Capão Bonito do Sul – 2005-2019. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2007).

Ao analisar o total de animais ovinos em Capão Bonito do Sul, percebe-se que paulatinamente houve um crescimento no número e na produção da lã. Esse crescimento se destaca mais no período de 2015 a 2019, quando o rebanho cresceu consideravelmente, chegando a 4.793 animais e a produção de lã comercializada chegou a 6.000 kg. A importância econômica, portanto, é notória não apenas pelo comércio da lã, mas também pelo aumento da demanda da carne. Os preços pagos aos criadores elevaram-se nas últimas décadas, tornando a atividade atraente e rentável. O estímulo para maior produção de cordeiros resultou no aumento do número de animais, o que contribuiu para fortalecer essa cadeia produtiva. Além desses fatores, pode-se mencionar a própria adequação desses animais ao clima do município e a facilidade de manejo e alimentação à base de gramíneas, característica vegetação da região norte e nordeste do Rio Grande do Sul. Tem de se considerar também que todo o investimento na criação e produção de ovinos apresenta seus desafios e cuidados aos animais até a fase adulta. O próprio complemento alimentar realizado por muitos produtores à base de pastagens, ou alimentos mais concentrados, como feno, silagem, entre outros, torna-se fundamental para o melhor desenvolvimento dos animais e melhores resultados econômicos.

Conforme Selaive-Villarroel (2014), quando os animais recebem uma alimentação saudável e de qualidade, que atendam

às necessidades nutricionais, desenvolvem-se mais rapidamente, apresentam melhores índices reprodutivos, potencializam e antecipam o peso e a idade do abate, além de as fêmeas se tornarem mais precoces e aptas à reprodução. O consumo e a necessidade alimentar variam de acordo com cada categoria animal (cordeiro, borrega, ovelhas gestantes, ovelhas vazias e carneiro) e a condição fisiológica dos animais (lactação, gestação).

Diante de todo esse cenário econômico voltado para a produção agrícola e pecuária na região de Capão Bonito do Sul, que promovem o desenvolvimento regional e especialmente do município, há que se considerar também as reais dificuldades e desafios nessas atividades econômicas. Estamos conscientes de que todos esses investimentos tanto na produção agrícola quanto na pecuária, e em outros setores econômicos, apresentam seus desafios e dificuldades, tanto na questão da produtividade quanto nos custos da produção. Existem várias situações nas questões agrícolas entre as quais o próprio preço pago pelo grão, muitas vezes não corresponde às reais necessidades e expectativas dos produtores, o elevado preço das sementes, fatores climáticos como chuva e temperatura, variação de preços atrelados a fatores econômicos nacionais e internacionais, proliferação de pragas e doenças, como lagartas e ferrugens, certamente influenciam na produção, conseqüentemente nos resultados econômicos.

Com relação à pecuária de corte e de leite igualmente surgem desafios e obstáculos a serem superados. Apesar da trajetória da pecuária bovina ser marcada pela modernização, especialmente pelo aprimoramento genético, muitas vezes os preços de venda dos animais estão aquém das expectativas dos produtores. O custo elevado da produção influencia no preço da venda dos animais que está diretamente relacionada a questões de mercado de oferta e demanda. A falta de mão de obra qualificada no manejo e acompanhamento do gado, bem como mudanças climáticas são, entre

outros fatores, os influenciadores que interferem nessa atividade econômica. Contudo, a pecuária de leite no município de Capão Bonito do Sul possui um perfil de produtores variados em relação aos níveis de produção e tecnologias. Ambos enfrentam desafios, sendo a maioria relacionada aos custos de produção e ao preço pago pelo produto aos produtores. A própria atividade exige investimento, acompanhamento e cuidados dos animais. A pecuária de leite é uma atividade complexa que exige eficiência técnica e econômica para conseguir sobreviver em um cenário competitivo.

A exploração econômica de ovinos historicamente considerada uma atividade de significativa relevância econômica, igualmente apresenta seus desafios e dificuldades. Embora na região de Capão Bonito do Sul, a maioria dos animais é criada praticamente nos campos nativos, em algumas situações ocorrem baixos índices de produtividade, problemas sanitários que acometem às vezes os rebanhos, como, por exemplo, as verminoses, que exigem cuidados e acompanhamento por parte dos produtores. Enfim, são inúmeros os desafios que fazem parte do meio rural e da vida dos produtores. Elencamos apenas alguns desses desafios e dificuldades entre tantos outros que fazem parte nesse segmento econômico.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO DO SUL

A trajetória política do município de Capão Bonito do Sul teve início no ano de 1950, quando foi elevado à categoria de subdistrito de Lagoa Vermelha, posteriormente, no início da década de 1980, à condição de distrito, mais precisamente no dia 5 de fevereiro de 1980, com a denominação de Capão Bonito do Sul. Fundamentava-se, assim, uma localidade que poderia analisar e avaliar com mais precisão a necessidade de sua região e, com isso, contribuir mais no planejamento, reivindicação e tomada de decisões junto ao município sede, para que mais recursos

fossem direcionados para seus moradores. Essa realidade que gradativamente se consolidava numa comunidade cuja região estava atrelada a uma economia que se fortalecia e se ampliava, eram considerados motivos suficientes para que se pensasse na possibilidade da formação de um município autônomo que concentrasse investimentos mais localizados em benefício próprio.

No dizer de Nepomuceno (2003, p. 207), na década de 1950, Capão Bonito foi elevado a subdistrito, perdurando até 5 de fevereiro de 1980, quando foi elevado a distrito, pela lei nº 2.652. Em 1981, no centenário da emancipação de Lagoa Vermelha, Capão Bonito possuía cerca de 45 prédios e uma população de 88 pessoas na sede e, na zona rural, 380, total de 468 habitantes. Possuía uma igreja católica, o clube recreativo Gaúcho Futebol Clube e a Escola Rural Isolada de Capão Bonito.

Muitas melhorias no então distrito de Capão Bonito foram conseguidas ao longo dos anos através de pessoas comprometidas com o município, entre as quais Raul de Campos Feijó, além de contribuir com seu desenvolvimento como agropecuarista e posteriormente comerciante, ocupou alguns cargos políticos e como representante do então distrito de Capão Bonito. A contribuição foi relevante tendo conseguido benefícios para a comunidade, como a instalação da energia elétrica, sistema de telefonia, entre outras conquistas que foram fundamentais para seu desenvolvimento e que contribuiu para o fortalecimento e consolidação da sua emancipação.

De acordo com material cedido pela família, Raul Feijó totalizou na Câmara Municipal de Vereadores de Lagoa Vermelha, como representante do Distrito de Capão Bonito, 12 anos, sete meses e 29 dias de serviço público prestado. Durante esse período conseguiu conquistas importantes para a comunidade, como instalação de luz elétrica, sistema de telefonia, e foi um dos representantes da comunidade que se empenhou pela consolidação da ampliação ou construção da escola Estadual de Ensino Mé-

dio Dr. Abelardo José Nácul ocorrida durante o governo do Dr. Abelardo José Nácul, por isso a escola leva esse nome (Material cedido pela família Feijó, 2021).



Figura 17. Momento da assinatura de Raul Feijó pela autorização do Projeto de pavimentação asfáltica da RS 461, ligação Capão Bonito a Lagoa Vermelha. RS. No evento, há, também, a presença do governador Brito, Prefeito municipal de Lagoa Vermelha Paulo Moyses de Andrade. Vereador Raul Feijó e outras autoridades, em 24/03/1998. Fonte: Prefeitura Municipal de Lagoa vermelha.

Diante desse contexto de melhoramentos e desenvolvimento da comunidade, moradores e alguns políticos analisaram os dados econômicos obtidos nos últimos anos de arrecadação tributária, vendo a possibilidade desses recursos serem investidos em seu próprio território. A mobilização em favor da emancipação de Capão Bonito do Sul aos poucos ganhava forma, força e importância, assim como adeptos à ideia de se tornar indispensável a formação de um novo município na região nordeste do Rio Grande do Sul. Formou-se, então, uma comissão emancipatória composta por representantes da comunidade que buscavam fortalecer a emancipação de Capão Bonito.

Conforme Nepomuceno (2003, p. 208), foram várias pessoas que fizeram parte da Comissão Emancipacionista de Capão Bonito do Sul, entre as quais Raul Feijó (presidente), Francisco Zanette, Clélio Ramos, Izabel Ramos e Francisco Dimorvan Dutra Vieira que atuou também na Comissão desempenhando a função de secretário executivo, gestando junto às esferas estadual e federal, bem como contribuindo para a viabilização do processo emancipatório, e Érico Lima (assessor jurídico).

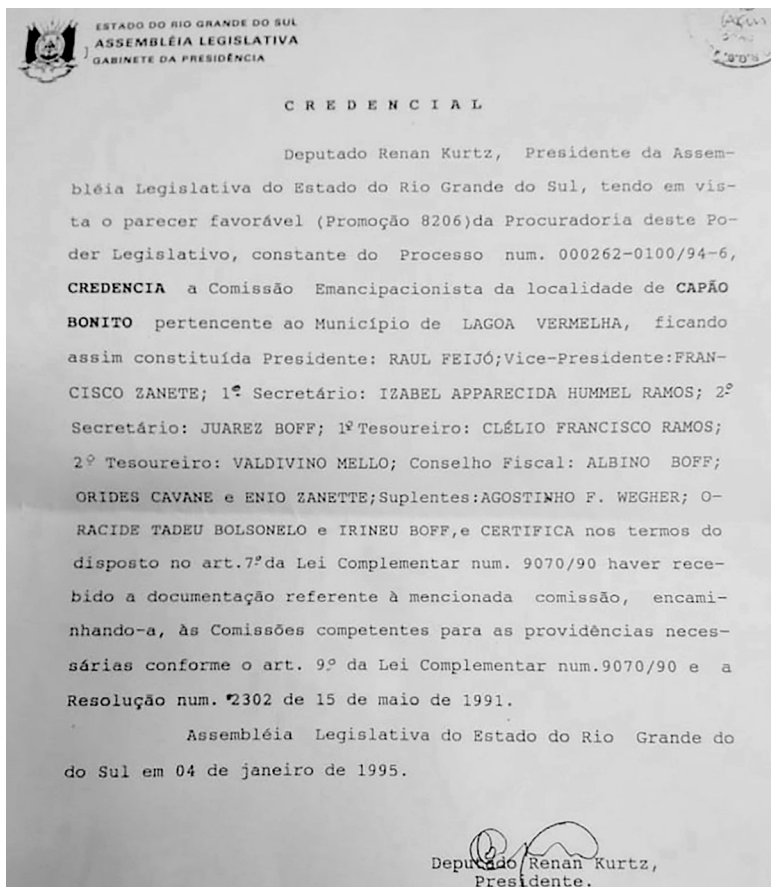


Figura 18. Documento comprobatório da comissão emancipatória de Capão Bonito do Sul no ano de 1995. Fonte: Documento cedido por Francisco Zanette e família.

Entre os argumentos da reivindicação destacava-se o potencial econômico da região como produtora de grãos e de gado bovino, representando uma arrecadação tributária significativa e em expansão. Outro aspecto que era considerado era a realização de um plebiscito junto à população sobre a criação do novo município, o que se confirmou com a pesquisa e aplicação dessa enquete realizada em 24 de março de 1996. Confirmava-se, assim, o desejo da maioria dos moradores pela formação de um município autônomo política, econômica e administrativamente.

Para Nepomuceno (2003, p. 208), depois de muitas reuniões, a Assembleia Legislativa do Estado aprovou a realização do plebiscito em 97 localidades do Rio Grande do Sul, entre as quais Capão Bonito do Sul, distrito do município de Lagoa Vermelha.

A emancipação também seria necessária em razão das dificuldades de os moradores se deslocarem até a sede do município, Lagoa Vermelha, localizada a 20 km da comunidade. Todo e qualquer tipo de atividade vinculado à prefeitura, como pagamento de impostos, retirada e entrega de blocos de produtor rural, protocolar documentos, informações, alvará de licença, bem como de prestação de serviços na área da saúde, agricultura, obras etc., teria que ser realizada em Lagoa Vermelha. Diante desses motivos era que pressionavam pela emancipação e a criação de um novo município. Em relação às justificativas em prol da emancipação do município o entrevistado AF10 relata:

O potencial econômico da região era forte e a arrecadação de impostos poderia ser investido em Capão Bonito. Não havia nessa época silos de armazenagens de grãos e o principal recurso seria o Fundo de Participação no Município (FPM) que viria para a região podendo ser direcionado em benefício da população. São valores que vem da União para o Estado e posteriormente distribuído para os municípios. Após realizadas assembleias, onde fo-

ram ouvidas as pessoas a favor e os representantes que pensavam que ainda não era o momento da emancipação, decidiu-se pelo encaminhamento da documentação para tornar Capão Bonito um município. E em 1995 foi conseguido toda a documentação para a aprovação e, no ano de 2001, foi instalado o município (AF10 - morador de Capão Bonito do Sul e membro participante da comissão emancipatória).

Portanto, esse fato expressou uma reivindicação importante e indispensável para a população, onde a maioria dos moradores viam na emancipação um avanço e uma conquista importante para a comunidade que há tempo desejavam a criação desse município. Alguns representantes da comunidade imbuídos de esforços e o desejo de contribuir cada vez mais com o desenvolvimento do município, buscavam junto às esferas governamentais apoio e recursos para tornar realidade esse objetivo. Dessa forma, após os trâmites legais, Capão Bonito eleva-se a categoria de município no ano de 1996, com a denominação de Capão Bonito do Sul, sancionada pela lei estadual nº 10.742, desmembrando-se definitivamente do município de Lagoa Vermelha, sendo instalado somente no ano de 2001. Com essa nova divisão territorial as localidades de Barretos, Limeira, Lajeado dos Ivos e Rincão Comprido passam a formar os distritos do novo município.

Nepomuceno (2003, p. 210) relata que o município de Capão Bonito do Sul foi criado pela lei nº 10.742 de 16 de abril de 1996 e só foi instalado com a posse do primeiro prefeito, Francisco Dimorvan Dutra Vieira, e vice, José Otávio Barreto, em 1º de janeiro de 2001. O ato de criação foi assinado pelo deputado José Antônio Germano, presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

A origem do nome do novo município está relacionada a formação de um capão de mato numa área específica, formada por

araucárias e outras árvores nativas características da região que se tornou referência para dar o nome a povoação. Nas proximidades desse lugar ocorreu o estabelecimento dos primeiros moradores de Capão Bonito e posteriormente outras famílias foram se estabelecendo dando início ao processo de formação e desenvolvimento da povoação que posteriormente se tornaria o município. Em relação ao surgimento de Capão Bonito do Sul, Milomão Pereira dos Santos relata:

A origem do nome Capão Bonito se deu em razão de um grande número de árvores nativas principalmente de pinheiros que formavam um capão muito bonito de mata. Posteriormente foram sendo plantadas outras árvores como eucalipto. Foi próximo a esse local onde se estabeleceram as primeiras famílias de Capão Bonito, entre elas os Bolsonelo, Feijó, Lima, Wegler e depois vieram mais moradores contribuindo para a formação do município. Atualmente nesse lugar encontra-se o parque de eventos João Lindolfo Bolsonello onde são realizados vários eventos. Com o surgimento do município mudou-se o nome para Capão Bonito do Sul (Milomão Pereira dos Santos, proprietário rural, morador de Capão Bonito do Sul).

Como vimos, a origem do nome do novo município relacionava-se a um capão de mato de araucárias localizado próximo à sede do que, posteriormente, viria a ser a cidade. Esse local era considerado uma rota estratégica de tropeiros que frequentemente passavam pela região rumo às feiras de animais e a idas até à região das Missões, onde havia inúmeros animais para serem negociados e comercializados em diferentes partes do país. A partir de então esse local serviu de referência para o estabelecimento dos primeiros moradores na comunidade de Capão Bonito do Sul. Foi próximo desse local que se estabeleceram as primeiras famílias,

entre as quais Bolsonelo, Feijó, Lima, Wegler, depois vieram mais moradores, formando um pequeno núcleo, e ampliado pelos imigrantes. Atualmente nesse lugar encontra-se o parque de eventos João Lindolfo Bolsonello, onde são realizados vários eventos. Na categoria de município, foi adotado o nome de Capão Bonito do Sul (Milomão Pereira dos Santos, proprietário rural, morador de Capão Bonito do Sul).



Figura 19. Mata que deu origem ao nome do município de Capão Bonito do Sul. Fonte: Disponível em: www.capãobonitodosul.rs.gov.br.

Iniciava-se, assim, a trajetória do novo município da região nordeste do Rio Grande do Sul. A partir de então dava-se início a organização da estrutura administrativa, criação da lei orgânica, formação dos partidos políticos, assim como os primeiros candidatos a concorrerem ao cargo de prefeito e vice do município. O primeiro pleito municipal ocorreu em 1º de outubro de 2000, sendo eleito prefeito e vice-prefeito, respectivamente Francisco Dimorvam Dutra Vieira e José Otávio Barreto, cuja posse ocorreu em 1º de janeiro de 2001. Os recursos oriundos da economia, da produção e de pagamentos tributários, que ficavam concentrados no município revertidos em benefício da população. Durante os

quatro primeiros anos alinharam-se as diretrizes da estruturação do recém-criado município, procurou-se dar forma e estruturar à unidade administrativa.

A trajetória do município iniciou-se em 31 de dezembro de 1954, com a criação do subdistrito de Capão Bonito, elevado a distrito em 5 de fevereiro de 1980. Em 1994, a luta em prol da autonomia política teve início oficialmente, com a eleição da comissão de emancipação. No dia 16 de abril de 1996, foi criado o município de Capão Bonito do Sul, instituído pela Lei nº 10.742. Sua instalação administrativa ocorreu em 1º de janeiro de 2001. O nome do município deve-se ao belo capão de araucária que se situa nas imediações da cidade (Capão Bonito do Sul - RS, Prefeitura. Disponível em: <http://www.capaobonitodosul.rs.gov.br/municipio/historico/>. Acesso em: 9 jul. 2017.

Permanentemente, a administração municipal continuou buscando o desenvolvimento econômico, político e social do município. Organizando e elaborando obras, projetos, investimentos, administrando recursos em seu território, dentre outras funções, sempre em favor dos interesses públicos e dos direitos de sua população. Não menos importante nesse cenário, e torna-se interessante enfatizar, foi o papel da Câmara Municipal de Vereadores, cujo local era de significativa importância, onde vereadores de diferentes ideologias e partidos políticos exerciam a função primordial de legisladores e de fiscalizadores junto ao poder público municipal. Como representantes da população, além de elaborar leis e fiscalizar a atuação do executivo, propunham e discutiam projetos, leis, entre outras atribuições que visassem o bem-estar da comunidade e contribuíssem com o desenvolvimento do município. Na sequência segue a relação de nomes de prefeitos e vice-

-prefeitos, vereadores e suplentes desde a formação do município até os dias atuais.

PREFEITO MUNICIPAL	VICE-PREFEITO	PARTIDOS POLÍTICOS	PERÍODO
Francisco Dimorvan Dutra Vieira	José Octávio Barreto	PTB/PFL	2001-2004
Clelio Francisco Ramos	Danilo Barreto da Costa	PP/PMDB	2005-2008
Francisco Dimorvan Dutra Vieira	Ibson Telles Paim	PTB/PPS	2009-2012
Danilo Barreto da Costa	Felippe Junior Rieth	PMDB/PDT	2013-2016
Felippe Júnior Rieth	Nelson Catapan	PDT/MDDB	2017-2020
Felipe Júnior Rieth	Marizete Vargas Pereira Rauta	PDT/MDDB	2021-2024

Tabela 19. Relação de prefeitos e vices do município de Capão Bonito do Sul (2001-2024). Fonte: Câmara Municipal de Vereadores de Capão Bonito do Sul (2021).

GESTÃO 2001 A 2004		
VEREADORES	PARTIDOS POLÍTICOS	SUPLENTES
Antônio Souza Dal Olmo	PSB	Eleocir da Silva Machado (16/1/2003 a 31/3/2004) (2/4 a 3/5/20024)
Claudir Ireno Rufato	PMDB	-----
Fiorindo Belan	PMDB	-----
José Ricardo Ditadi	PFL	Carla Janara Boff (1º/7 a 31/12/2001) (1º/2 a 17/12/2002) (16/1/2003 a 30/6/2004)
José Roberto Polachini	PDT	Felipe Avelino Rieth (17/8/2001 a 14/1/2002) Joselito Kramer da Silva (17/5 a 17/12/2002) (21/3/2003 a 31/12/2004)
Nercílio Mendes de Araújo	PFL	-----
Orácio Campos de Oliveira	PTB	Francisco Zanette (18/5/2001 a 15/12/2003)
Rogério Guardal Bem	PDT	-----
Romeu Rodrigues Candeia	PTB	-----

Tabela 20. Relação de vereadores e suplentes do município de Capão Bonito do Sul (2001-2004). Fonte: Câmara Municipal de Vereadores de Capão Bonito do Sul (2021).

HISTÓRIA DE CAPÃO BONITO DO SUL

GESTÃO 2005 A 2008		
VEREADORES	PARTIDOS POLÍTICOS	SUPLENTE
Antônio Souza Dal Olmo	PPS	-----
Carla Janara Boff	DEM	-----
Carlinhos de Souza	PSB	José Carlos Campos dos Santos (3/5 a 2/7/2006)
Claudir Ireno Rufato	PMDB	Luiz Ori Nunes Junior (29/10 a 31/10/2007)
Felippe Junior rieth	PDT	-----
Fernando Ávila de Melo	PTB	-----
Francisco Zanette	PTB	-----
Luiz Ori Nunes Junior	PMDB	Joaquim Leonel de Andrade (7/11/2007 a 31/1/2008)
João César Subtil Godinho	DEM	-----
Margarete Pereira Arruda	PMDB	-----

Tabela 21. Relação de vereadores e suplentes do município de Capão Bonito do Sul (2005-2008).Fonte: Câmara Municipal de Vereadores de Capão Bonito do Sul (2021). Obs: Luiz Ori Nunes Junior assumiu a vaga do vereador Claucir Ireno Rufato em razão de seu falecimento ocorrido em 22/10/2007.

GESTÃO 2009 A 2012		
VEREADORES	PARTIDOS POLÍTICOS	SUPLENTE
André Cássio da Silva Oliveira	PC do B	-----
Carlos Alberto Campos de Oliveira	PPS	-----
Clodomiro Rodrigues Cordeiro	PMDB	-----
Felippe Junior Rieth	PDT	-----
Fernando Ávila de Melo	PTB	-----
Luiz Ori Nunes Junior	PMDB	-----
Neuza Izidro de Araújo	PTB	-----
Silvia Clarice Ribeiro Zanette	DEM	João César Subtil Godinho (6/9 a 3/8/2009) (18/1/2011 a 30/3/2012) Iracema Pereira Bueno (6/8/2009 a 12/12/2010)
Valcir Fich Arruda	PPS	-----

Tabela 22. Relação de vereadores e suplentes do município de Capão Bonito do Sul (2009-2012). Fonte: Câmara Municipal de Vereadores de Capão Bonito do Sul (2021).

GESTÃO 2013 A 2016		
VEREADORES	PARTIDOS POLÍTICOS	SUPLENTES
Carla Janara Boff Telles	PSDB	-----
Carlos Alberto Campos de Oliveira	PPS	Adilson César Fontana (21/5/2015 a 28/2/2016)
Carlos Alberto de Moraes	PTB	-----
Clodomiro Rodrigues Cordeiro	PMDB	-----
Fernando Ávila de Melo	PTB	-----
Jonei Merib	PP	-----
Lindomar Moisés Ferreira Nunes	PT	-----
Luiz Ori Nunes Junior	PMDB	Adilson César Fontana (17/3 a 31/12/2016)
Nelson Catapan	PMDB	-----

Tabela 23. Relação de vereadores e suplentes do município de Capão Bonito do Sul (2013-2016). Fonte: Câmara Municipal de Vereadores de Capão Bonito do Sul (2021).

GESTÃO 2017 A 2020				
VEREADORES	PARTIDOS POLÍTICOS	MUDANÇA DE PARTIDO	DATA	SUPLENTES
Adilson César Fontana	MDB	PTB	16/03/20	-----
Arthur Fernando Rieth	PDT	-----	-----	-----
Carla Janara Boff Telles	PDT	-----	-----	Raul Lisboa (3/1 a 31/12/2017)
Clodomiro Rodrigues Cordeiro	MDB	-----	-----	Eron José Chagas Porto (3/1/2017 a 30/1/2019)
Jonei Merib	PP	-----	-----	-----
Júlio César Gonçalves	PP	PDT	09/03/20	-----
Luiz Antônio da Silva Oliveira	PC do B	PP	18/03/20	-----
Maria da Rosa Saibt	PT	-----	-----	-----
Valcir Fich Arruda	PSB	PTB	18/03/20	Salete Ditadi Machado (3/12 a 14/12/2020)

Tabela 24. Relação de vereadores e suplentes do município de Capão Bonito do Sul (2017-2020). Fonte: Câmara Municipal de Vereadores de Capão Bonito do Sul (2021).

GESTÃO 2021 A 2024		
VEREADORES	PARTIDOS POLÍTICOS	SUPLENTES
Adilson César Fontana	PTB	Valcir Fich Arruda (20/5 a 31/12/21)
Artur Fernando Rieth	PDT	Thaise Antunes Ferreira Nogueira de Lima (4/11 a 31/11/21)
Carla Janara Boff Telles	PDT	-----
Carlos Alberto Campos de Oliveira	PTB	-----
Eron José Chagas Porto	PMDB	-----
Jorge Lisboa Toledo	PDT	-----
Luciana Lima Bolsonelo	MDB	-----
Marcos Luiz de Lima	PDT	-----
Tiago Lourenço de Faria Godinho	PDT	-----

Tabela 25. Relação de vereadores e suplentes do município de Capão Bonito do Sul (2021-2024). Fonte: Câmara Municipal de Vereadores de Capão Bonito do Sul (2021).

Entre os desafios da primeira administração era conseguir recursos para a construção ou ampliação de um local específico para a organização da administração e outras importantes obras, como dar seguimento na abertura, encascalhamento e ampliação das estradas, selecionar profissionais para os diferentes setores do poder público. Havia a necessidade de gerir um novo território, uma nova cidade, direcionar investimentos na área urbana e rural, assim como acolher e atender sua população. Planejar ações e direcionar recursos voltados para a administração, a saúde, a educação, a infraestrutura, o saneamento básico, enfim, alinhava-se um município recém-emancipado, porém em pleno desenvolvimento econômico e social.

Aos poucos ia se configurando o futuro município denominado Capão Bonito do Sul, povoado inicialmente por populações

indígenas, caboclos, posteriormente italianos, alemães, poloneses, entre outros grupos étnicos, que passaram fazer parte da comunidade. A contribuição desses novos moradores foi relevante e indispensável para o desenvolvimento econômico, social e cultural, seja pela atividade agrícola e a pecuária, seja pelo trabalho realizado em diferentes setores da área pública, privada ou como prestadores de serviços, representantes políticos, administradores, entre outros cargos e funções. A cidade se transformou e evoluiu tipicamente uma cidade interiorana, porém em pleno desenvolvimento econômico, social e cultural.

No Gráfico 1, mostra-se o Valor Adicionado Fiscal (VAF) de Capão Bonito do Sul ao longo de sua trajetória como município.

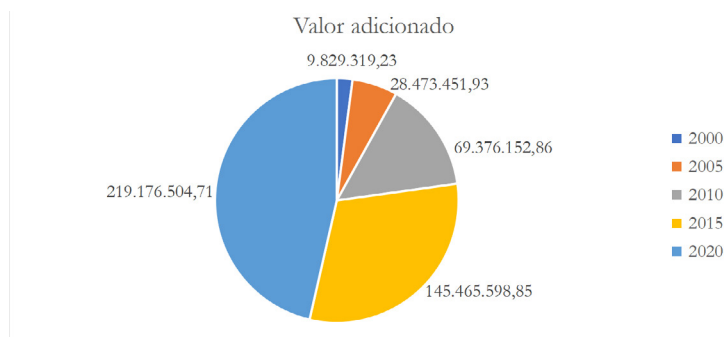


Gráfico 1. Valor adicionado ao município de Capão Bonito do Sul. Fonte: IBGE.

Ao analisar os dados do gráfico referentes ao período de 2000 a 2020, percebe-se que em alguns anos houve aumento de valores adicionados, em outros, percentuais menores, mas que foram fundamentais e importantes para o desenvolvimento de Capão Bonito do Sul. A maioria desses recursos eram oriundos do setor primário, constituído principalmente pela agropecuária, considerada a base da economia do município. Os demais setores, como

comércio, indústria e prestação de serviços, também eram importantes, e respondiam por uma parcela menor de valores, possivelmente em razão da emancipação do município em termos históricos que era recente e se encontrava em processo de formação.

SISTEMA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO

A educação sempre foi a base de uma sociedade e certamente não seria diferente no município de Capão Bonito do Sul, porém, no passado, o ensino básico dos filhos requeria maior interesse e procura pelo conhecimento, tendo em vista que o processo de ensino e aprendizagem ainda era realizado de forma itinerante, cabendo a um professor a tarefa e a responsabilidade pela alfabetização e ensino dos alunos. Esse método de ensino exigia determinação e persistência do docente que visitava periodicamente os moradores, muitas vezes se estabelecia na casa de famílias para ministrar as aulas ao maior número possível de alunos. Com o passar do tempo e o natural processo de evolução das sociedades, buscando concentrar o ensino na sede de Capão Bonito, as aulas passaram a ser ministradas no salão da comunidade, conforme fragmento da entrevista:

Naquela época algumas famílias contratavam e pagavam um professor para dar aula para os filhos. Nesse local vinham também os filhos de moradores vizinhos que desejavam também estudar e ajudavam no pagamento das aulas. Depois veio professores aqui no Capão Bonito, onde as aulas eram lecionadas no salão da comunidade onde hoje encontra-se a Igreja. Reunia alunos das proximidades e de várias idades, em torno de trinta alunos. Alguns vinham a cavalo, outros ficavam na casa

de amigos para facilitar a ida até a escola, era raro as pessoas que tinham automóveis. Os professores que eram de outras localidades moravam na casa de famílias de Capão Bonito (IF2 - professor aposentado, morador de Capão Bonito do Sul, 2021).

Após esse período de aprendizagem restrita a um espaço físico do salão comunitário, cedido pelos moradores, a necessidade de concentrar o ensino mais formal e que pudesse ampliar o local para acolher um número maior de estudantes, foram mobilizados moradores, professores e representantes da comunidade no sentido de conseguir recursos e autorização para a construção de um prédio próprio para a escola. As análises e avaliações do governo estadual da viabilidade e de demandar recursos para esse projeto, aprovou e autorizou a construção, e o nome inicial teria que ser Escola Rural Isolada. Com engajamento, esforço e participação da comunidade foram reunidas doações para a aquisição de uma área para a edificação do prédio. O governo do estado, através do então deputado estadual Abelardo José Nácul, iniciou as fundações e a construção do estabelecimento do ensino estadual em Capão Bonito.

A Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Abelardo José Nácul do município de Capão Bonito do Sul, foi criada em 11 de maio de 1956 e fundada em 14 de maio de 1956 funcionando no salão da comunidade, ao lado da igreja Nossa Senhora de Caravágio, em 25 de julho de 1959 houve o Registro de Doação no cartório de Registros de Lagoa Vermelha, por Pedro Boff e sua esposa Maria Sebem Boff, através de contribuintes que doarão valores em dinheiro para a aquisição do terreno e das cercas da Escola Rural de Capão Bonito. Entre essas famílias destacaram-se Alexandre Eurico Vieira,

Gil Teles Cordeiro, Srtur Gehlen, Leonel Vieira Pato. Otávio de Góes Vieira, Feliz Barbizan, Oliveira Seechi, Agripina Moreira de Lima, Theodoro de Oliveira pileski, Antonio Nunes da Fonseca, Pedro João Sebem, João Rufato, Manoel Vitório Bolsoneiro, Antonio Teles Cordeiro, Anízio Rodrigues Vieira, Osvaldo Boff, Jacomino Bolsonello, Agostinho Francisco Wegher, Assis Lima, Flamino Andrade, Theodolino Lima, José Luiz Pacheco, João Lindolfo Bolsonello, Raul Feijó. Teve a construção de seu primeiro prédio de alvenaria em 1958 e o segundo bloco em 1977 (Projeto político pedagógico da referida escola).

Concretizava-se, assim, uma reivindicação importante e fundamental para a população e moradores da região de Capão Bonito. A fundação, melhoramento e ampliação do espaço físico ocorreu em 1956, e o aumento de alunos e de docentes alguns anos depois. Na inauguração, diversas pessoas e autoridades locais estiveram presentes prestando apoio a esse novo empreendimento. Professores, como Mário Frizzo, Iracema Guimarães, Vilmar Antônio Zílio, Valdemar de Oliveira Nunes, entre outros, fizeram parte do quadro efetivo de educadores. Eram moradores ou residentes próximos da comunidade, vinham ministrar aulas e contribuir com a formação e letramento dos estudantes. O funcionamento da escola inicial era apenas pelo turno da manhã, depois também no turno da tarde, oportunizando maior acesso e permanência dos estudantes na escola. As estratégias e métodos de ensino buscavam contemplar e contribuir na formação integral do aluno, desenvolvendo habilidades de leitura, raciocínio e aprimoramento das suas experiências de convívio social. Essa realidade ficou evidente conforme o entrevistado:

A escola no salão da comunidade funcionava no turno da manhã. Professores, como Mário Frizzo, Vilmar, Iracema, trabalhavam naquela época. Depois, juntamente com o seu Raul Feijó e outras famílias da comunidade, se empenharam e compraram uma área para ser doada para a construção de uma escola em Capão Bonito. Aí começou a Escola Rural Isolada, posteriormente Abelardo Nácul. Atendia um número bem maior de alunos, muitos deles vindos de outras localidades vizinhas. Muitas famílias vinham morar em Capão Bonito para facilitar o estudo de seus filhos. Havia várias disciplinas, como português, matemática, história, geografia, entre outras (IF2 – ex-professor, morador de Capão Bonito do Sul, 2020).

O estabelecimento de ensino em Capão Bonito, em cuja trajetória, recebeu a denominação da Escola Rural Isolada para Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Abelardo José Nácul. Inicialmente, oferecia-se ensino para as séries iniciais, posteriormente também para o ensino fundamental e ensino médio e, na atualidade, apenas o ensino médio. Quanto aos alunos, procediam da cidade Capão Bonito e de várias localidades, diariamente se deslocavam até a escola. Foi uma instituição que se tornou referência no ensino para as crianças e adolescentes, contribuindo para atrair novas famílias e moradores temporários para o município. Algumas famílias se estabeleciam junto à comunidade para buscar maior facilidade de acesso e permanência dos filhos na escola, o que colaborou para a expansão da área urbana, com a construção de novas moradias e aumento de pessoas, fazendo parte da sociedade local.

Portanto, uma instituição de ensino indispensável para o município, que desde sua fundação desempenha um papel relevante na formação de estudantes. Atualmente a maioria de seus

alunos continua sendo oriunda dos estabelecimentos municipais, cujos conceitos, formação e fundamentos da aprendizagem são aprimorados e aprofundados no ensino médio. A importância da escola estadual se evidencia também através do próprio quadro de docentes, direção e funcionárias da escola, capacitados, preparados e comprometidos com a aprendizagem dos educandos, na continuidade das atividades escolares, no aprimoramento do conhecimento, na preparação para o trabalho e no acesso ao ensino superior, entre outros aspectos trabalhados e estudados na etapa final da educação básica.

A parceria e integração com a Secretaria da Educação do município proporcionam o fortalecimento das atividades escolares, muitas realizadas por meio de programas e projetos de aprendizagens, que buscam a valorização do meio rural, o incentivo à leitura, o despertar da curiosidade e a criatividade dos estudantes, entre outras competências e habilidades trabalhadas e incentivadas no cenário educativo. E não menos importante o fato de a escola Abelardo continuar oportunizando a permanência efetiva do aluno no meio rural, não sendo necessário se deslocar para outras cidades em busca de ensino, o que contribui para a permanência dos filhos no núcleo familiar, onde a maioria conta com o seu trabalho e auxílio na realização de tarefas domésticas e na manutenção das atividades na área rural.

Portanto, foram avanços importantes que se consolidaram ao longo do tempo durante as administrações municipais de Capão Bonito do Sul, conquistas na área da educação que proporcionaram não apenas a construção do saber, da cidadania, mas também na formação de alunos com atitudes e comportamentos críticos, produtivos, que valorizam a cultura, tradição, valores familiares, agentes transformadores do meio social, entre outros.

Buscando priorizar mais investimentos na educação do município, houve um planejamento e projetos voltados para a cons-

trução de uma nova escola em Capão Bonito do Sul. O objetivo era a edificação de um estabelecimento de ensino municipal onde reunisse as demais escolas localizadas no interior e ampliasse a rede de ensino que contemplasse um número maior de alunos. Surgiu, então, o empenho e a busca para tornar realidade esse objetivo não apenas do poder público, mas também da própria população, que teria uma escola de ensino básico onde concentraria numa escola maior e seria do município, não sendo necessário enviar os filhos a estudarem em outras localidades. Em 2003 consolidou-se de fato o empreendimento com a inauguração do novo educandário, no dia 16 de abril de 2003, denominado Escola Municipal de Ensino Fundamental Firmino Frizzo. “A Escola Municipal de Ensino Fundamental Firmino Frizzo foi credenciada através do Parecer do Conselho Estadual de Educação n° 201, a Lei n° 094 de 23 de março de 2003 foi a que denominou o nome da Escola que foi inaugurada no dia 16 de abril de 2003” (Projeto Político-Pedagógico da Escola).

Estrutura-se na sede do município a Escola Firmino Frizzo, nome em homenagem ao primeiro professor e diretor Mário Frizzo da então Escola Rural de Capão Bonito, atualmente Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Abelardo José Nácul. Esse estabelecimento de ensino municipal surgiu justamente da junção de outras escolas municipais localizadas no interior, tornando-se referência para as crianças e adolescentes. Os estudantes, filhos de moradores da cidade e do interior, começaram frequentar e estudar nesse espaço educacional mais amplo e acolhedor, facilitando a formação dos alunos.

A seguir segue a relação das escolas do interior que fizeram parte da Escola Municipal Firmino Frizzo: Escola Municipal de Ensino Fundamental Henrique Dias, localizada na Encruzilhada São Sebastião; Escola Municipal de Ensino Fundamental Rocha Pombo, localizada na estrada do Caravággio; Escola Municipal

de Ensino Fundamental Farrapos, localizada no Capão Grande; Escola Municipal de Ensino Fundamental Mansueto Bernardi, localizada no assentamento 25 de Novembro; Escola Municipal de Ensino Fundamental Júlio Hoffmann dos Santos, localizada no Rincão Comprido; Escola Municipal de Ensino Municipal Nívelo Castellano, localizada no Lajeados dos Ivos; Escola Municipal de Ensino Fundamental Sílvio Muliterno, localizada na Limeira (Secretaria Municipal de Educação, 2021).

Foi uma conquista e avanço significativos no processo educacional do município, oportunizando a um número maior de estudantes o acesso ao ensino fundamental cujos ensinamentos estão voltados para o domínio da leitura, da escrita e do cálculo, além de auxiliar na compreensão do ambiente social, político, artes e valores básicos da sociedade. Gradativamente ampliou-se o número de docentes e das atividades escolares através do sistema de ensino integral, funcionando nos turnos da manhã e da tarde, incentivando e facilitando o acesso e permanência dos estudantes na escola. Essa realidade que se consolidou trouxe importantes ganhos para a população com ensino inovador e consistente. A escola, além de acolher e oferecer estudo fundamentado no núcleo comum, incorporou em seu currículo diversas outras atividades e oficinas, como aprendizagem de música, teatro, informática, produção textual, projetos voltados para o combate às drogas, primeiros socorros, educação ambiental, entre outras atividades essenciais e indispensáveis na formação do educando.

A Secretaria de educação, Cultura, Esporte e Turismo, do município de Capão Bonito do Sul, adotou o Ensino Integral o ano de 2014. O projeto vinha sendo gradativamente implantado desde 2010, mas em 2014 foi definitivamente executado. Este projeto concebe a educação como um processo que abrange as múltiplas dimensões formativas do

aluno. O direito a uma educação de qualidade é a peça chave que levou a rede municipal transformar seu ensino em Ensino Integral (*Informe Comercial*, 14 abr. 2015).

A busca da qualidade na educação veio acompanhada da contratação de profissionais capacitados, funcionários qualificados, direção atuante, um quadro docente dedicado, tendo em vista investimentos contínuos. Eram realizados cursos de formação e qualificação profissional para contribuir com a formação de pessoas competentes e responsáveis na tarefa de ensinar e construir conhecimentos para a vida dos estudantes. A revitalização e ampliação de prédios escolares, buscando oferecer um ambiente acolhedor e um espaço adequado para a aprendizagem, foi um processo contínuo ao longo dos governos municipais. No ano de 2009, a Escola Estadual Horácio Severo da Costa, localizada em Barretos, distrito de Capão Bonito do Sul, foi incorporada à rede de ensino municipal. Ampliando e acolhendo alunos de diferentes lugares do município, a maioria moradores de localidades vizinhas. Para garantir a segurança dos alunos ao acesso e permanência na escola, o município disponibilizou de transporte gratuito, facilitando o deslocamento dos estudantes e contribuindo com a educação de qualidade.

Fundada em 1949 como escola do Estado, e vindo a ser municipalizada em 2009, a escola Horácio teve sua reforma iniciada em novembro de 2017, com a construção de duas novas salas de aula, uma sala para a direção e de professores, um refeitório, além de acesso coberto até a entrada do prédio, reforma de banheiros e cercamento da escola (Prestação de contas, 2008, p. 12).

À medida que avançava o século XXI, novos projetos, planejamentos e investimentos foram realizados, visando ampliar a rede de ensino e potencializar novos programas para incentivar o estudo. Em 2014 foi criada a Escola Municipal de Educação Infantil Pequenos Anjinhos Joana Scopel Bolsonelo, localizada na Avenida Ataliba José de Lima, n. 137, no centro de Capão Bonito do Sul. O nome da escola foi escolhido por uma comissão composta de dirigentes da escola, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, prefeito municipal, entre outros representantes do município, em homenagem à Joana Scopel Bolsonelo, moradora do município, voluntariamente prestava auxílio e atendimento às mulheres em situação de parto.

No decorrer da reunião foi relatada a história de Joana Scopel Bolsonelo, que vinda da Itália estabeleceu residência no município de Capão Bonito do Sul, trazendo consigo uma vasta experiência em partos, a qual se dispôs a trabalhar voluntariamente na região atendendo o chamado das mulheres que necessitavam ficando conhecida por “mama”, pelo carinho com que tratava as pessoas. Quando ela realizava um parto, carinhosamente dizia que estava trazendo mais um “anjinho ao mundo” por isso o significado de pequenos anjinhos e por se tratar de uma escola de educação infantil restou aprovado o nome de Joana por ter prestado um trabalho humanitário com mães e filhos neste município (Projeto político pedagógico da escola, 2019).

Inicialmente, a escola localizava-se no Rincão dos Ivos (Lagado dos Ivos), chamada de Escola Municipal de Ensino Fundamental Hortência de Lima Ribeiro, autorizada pela portaria nº 6.617, de 1º de junho de 1986, para o seu funcionamento na educação infantil, onde crianças de quatro a seis anos de idade eram acolhidas. Posteriormente, a partir de 2003, o funcionamen-

to passou a ser junto à Escola Municipal de Ensino Fundamental Firmino Frizzo. Entre os argumentos e razões dessa mudança destacam-se a distância da sede do município da maioria das crianças que frequentavam a educação infantil e a dificuldade de acesso por caminhos não pavimentados. Na Figura 20, Joana Scopel Bolsonelo com os gêmeos Vital Bolsonelo e Vitalina Bolsonelo, moradora de Capão Bonito, homenageada pelos serviços prestados à comunidade, cujo nome deu origem à escola de educação infantil do município.



Figura 20. Joana Scopel Bolsonelo. Fonte: Foto cedida por Ivo Boff e família.

Atualmente a Escola Municipal de Educação Infantil Pequenos Anjinhos Joana Scopel Bolsonelo conta com prédio próprio, atendendo crianças de zero a cinco anos e onze meses de idade nas etapas e níveis de creche (bebês de zero a um ano e seis meses) e pré-escola (crianças de quatro a cinco anos e onze meses de idade, em turno e tempo integral). Entre os objetivos da escola evidencia-se garantir à criança o acesso aos processos de apropriação e articulação das linguagens de formas variadas e ativas para a comunicação em seu grupo social, a vivência de momentos de integração, prazer, participação e solidariedade, estimulando atividades curriculares que promovam o seu bem-estar e o seu desenvolvimento nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais, morais e sociais, oportunizando também a ampliação de suas experiências. Portanto, uma iniciativa e consolidação de um projeto há muito planejado e idealizado pela administração municipal, beneficiando e acolhendo os filhos de moradores do município, muitos filhos dos próprios funcionários da administração.

A Escola Municipal de Educação Infantil do Município de Capão Bonito do Sul foi criada em 15 de abril de 2014, através da Lei Municipal nº 552/2014, com a denominação de Escola Municipal de Educação Infantil Pequenos Anjinhos Joana Scopel Bolsonelo, situada na Avenida Ataliba José de Lima, nº 137, Centro, neste Município (Projeto Político Pedagógico – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo. Prefeitura de Capão Bonito do Sul, 2019, p. 10).

Na sequência dos investimentos na área da educação, ocorreu a realização do projeto da construção do Ginásio de Esportes Municipal Firmino Frizzo. Espaço onde se integra, valoriza e incentiva a prática esportiva através dos jogos escolares, compe-

tições, promoções de eventos, atividades culturais. Também foi criado um lugar para a leitura e pesquisa, com acesso a um acervo de obras literárias de diferentes gêneros para incentivar o gosto pela leitura. Essas melhorias sempre serão importantes, e o município de Capão Bonito do Sul se orgulha desses feitos e da sua história. O Quadro 2 mostra o número de alunos matriculados na rede municipal de ensino desde a formação do município.

ANO LETIVO	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS
2001	97
2002	132
2003	153
2004	179
2005	156
2006	156
2007	136
2008	209
2009	243
2010	275
2011	276
2012	269
2013	254
2014	264
2015	265
2016	276
2017	275
2018	287
2019	291
2020	292
2021	300
2022	254

Quadro 2. Relação de alunos matriculados na rede municipal de educação de Capão Bonito do Sul 2001-2022. Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo (2021).

Ao observar o número de alunos matriculados nas escolas da rede municipal de ensino, percebe-se a elevação constante de alu-

nos que estudaram, e que estudam, nas escolas de Capão Bonito do Sul. São estabelecimentos de ensino indispensáveis para a formação básica de muitos jovens, a maioria moradores do município, outros vindos das localidades vizinhas, e atualmente exercem diferentes atividades e profissões tanto na vida pública quanto na vida privada.

Portanto, avanços importantes se consolidaram ao longo do tempo nas administrações municipais de Capão Bonito do Sul, conquistas na área da educação proporcionaram a construção do saber, da cidadania e contribuíram na formação de alunos com boas atitudes, comportamentos, espírito crítico diante dos fatos, valorização da cultura, tradição, valores familiares, enfim, são e serão os agentes transformadores no meio social.

INVESTIMENTOS SOCIAIS NO MUNICÍPIO

A valorização da cultura, educação, saúde, zelo pelo trabalho foram e são características do povo de Capão Bonito do Sul. Muitas são as obras realizadas ao longo das administrações. Nos primeiros anos foi construído o prédio do posto de saúde na sede, com atendimento ao público através do Sistema Único de Saúde. Equipado para atender a população nos serviços de assistência odontológica, médica, pediatria, ginecologia, nutricionista, entre outros. Buscando ampliar e priorizar o atendimento aos moradores do município, foi edificado o segundo posto de saúde localizado no distrito de Barretos, posteriormente ampliado para a assistência aos moradores do Assentamento 25 de Novembro com uma unidade de atendimento. Além desses benefícios importantes e fundamentais para a população de Capão Bonito do Sul, conta ainda com agentes comunitários de saúde cujas atribuições são de prevenir doenças através de ações domiciliares ou

comunitárias, desenvolvidas conforme as diretrizes do SUS e sob a supervisão de um gestor local.

A prefeitura também investiu em estruturas de recursos hídricos, abastecimento, distribuição e reserva de água através da perfuração de poços artesianos, que fornecem água potável ao município. Buscando garantir a integridade da saúde da população, realiza-se periodicamente o processo de tratamento, com adição de cloro nos poços tanto na área urbana quanto na rural, mantendo, com isso, a qualidade da água para consumo.

Ao todo, são tratados nove poços subterrâneos na zona rural que abastecem aproximadamente 272 famílias, e três poços subterrâneos na zona urbana, onde abastecem cerca de 208 famílias. As empresas fazem mensalmente a aplicação do cloro em cada poço. Esse processo é conhecido como desinfecção da água onde combate as bactérias, vírus e protozoários que podem causar prejuízo a saúde (*Informe Comercial*, 2015).

Através da assistência social, são realizados diversos projetos sociais que oportunizam à população participação efetiva e ativa em atividades diferenciadas, oferecidas nas diferentes localidades do município, como oficinas de artesanato, crochê, dança, palestras, entre outras. Estas ações proporcionam qualidade de vida e interação social. O município conta com grupos de terceira idade, onde são promovidas diversas atividades, como aulas de dança, palestras, encontros sociais. Acompanhamento às gestantes também faz parte dos projetos sociais do município, onde há um trabalho informativo realizado por profissionais da saúde sobre o processo de gravidez até a concepção. Realizações de festas comemorativas e integrativas no município também fazem parte das ações sociais, promovem encontros e confraternizações em

eventos, buscando valorizar e resgatar datas importantes da história da sociedade. O *Informe Comercial* (2015, p. 17) relata: “O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) realiza durante o ano diversas festividades para comemorar datas importantes. Destacam-se as festas em comemoração do dia Internacional da mulher, dia do idoso e abertura do Natal”. São ações socioeducativas e culturais realizadas por pessoas comprometidas com o bem-estar coletivo, que buscam aproximar, valorizar e integrar a comunidade e contribuir com a formação de uma sociedade mais participativa, solidária e com melhor qualidade de vida. São avanços e conquistas importantes da população de Capão Bonito do Sul que marcaram a sua história, sua trajetória como município independente e em desenvolvimento.

O município de Capão Bonito do Sul conta com uma área territorial de 526,850 km², com uma população estimada em 1.754 pessoas, sendo a maioria estabelecida no interior do território, 71,55%, porcentagem dividida entre pequenos, médios e grandes produtores, pecuaristas, trabalhadores temporários, entre outros; e 28,44% estabelecidos na área urbana, ocupando cargos administrativos, serviços públicos, empresas privadas e uma parcela de aposentados rurais estabelecidos na cidade. Em relação à distribuição da população de Capão Bonito do Sul, o Quadro 3 apresenta essa análise, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

População em 2010	hab./pessoas
Habitantes	1.754 hab.
Homens	942 pessoas
Mulheres	811 pessoas
População urbana	499 pessoas
População rural	1.254 pessoas

Quadro 3. População do Município de Capão Bonito do Sul – em 2010. Fonte: IBGE.

Com o objetivo de dar continuidade ao desenvolvimento do município, em 2008 novos incentivos e melhoramentos foram realizados, entre os quais a inauguração do parque de eventos João Lindolfo Bolsonello. Local apropriado para o lazer e a realização de eventos, permite acomodar e oferecer espaço adequado ao público para a participação de atividades que buscam preservar e valorizar a cultura e o tradicionalismo gaúcho. Entre os eventos mais importantes e que colocam em evidência Capão Bonito do Sul é a realização do tradicional rodeio municipal, reunindo centenas de pessoas e entidades tradicionalistas para prestigiar e participar do evento.

É interessante ressaltar que desde a fundação do município de Capão Bonito do Sul várias administrações municipais passaram continuando comprometidas com o desenvolvimento. O melhoramento e transformações ocorridas ao longo da trajetória como município são resultados do trabalho conjunto dos funcionários e colaboradores, que buscam, através da prestação de serviços, planejamento e realização de obras, proporcionar melhor qualidade de vida para a população e maior desenvolvimento da cidade e do território como um todo. Foram várias as conquistas e realizações que impulsionaram e contribuíram para que o município se mantivesse no ritmo de crescimento e desenvolvimento econômico, social e cultural. São ações constituídas na organização e no planejamento para posterior execução das obras, prestação de serviços, entre outras atribuições, que fazem parte do poder público que busca o crescimento contínuo.

Portanto, finaliza-se o quarto capítulo com a retomada de alguns fatos e acontecimentos que estiveram diretamente relacionados a Lagoa Vermelha e que foram fundamentais para a formação e desenvolvimento de Capão Bonito do Sul. O fortalecimento das relações comerciais em nível provincial e regional, que interliga-

ram as diferentes regiões do território gaúcho, potencializaram melhores resultados econômicos, colocando em evidência a região nordeste, de modo especial Capão Bonito do Sul. Enfatizamos a formação da comunidade de Capão Bonito cuja fundação estava diretamente relacionada à vinda das primeiras famílias de imigrantes de origem italiana.

Vimos também a expansão significativa das atividades agrícolas, da pecuária bovina e a criação de ovinos, sendo os pilares que sustentaram a economia do município. A fruticultura, a indústria madeireira e a extração da erva-mate também foram atividades econômicas importantes economicamente. Analisou-se a trajetória de Capão Bonito como subdistrito e posteriormente distrito de Lagoa Vermelha e as principais razões que levaram as pessoas da comunidade, representantes políticos e demais segmentos da sociedade, a se mobilizarem em favor da emancipação.

Por último, elencaram-se os avanços e conquistas alcançadas pela sociedade na área da educação, saúde, lazer, efetivação de obras e investimentos diversos ocorridos durante as administrações, os desafios de um recém-criado município, a evolução e melhoramentos nos diferentes setores da vida pública, enfim, realizações e obras que proporcionaram a maior qualidade de vida da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho de pesquisa, evidencia-se aspectos do processo de formação e desenvolvimento de Capão Bonito do Sul desde a passagem dos primeiros tropeiros por esta região norte do Rio Grande do Sul. Desenvolveu-se um panorama dos primeiros moradores que fixaram morada em Lagoa Vermelha, até se tornar município. Foram analisados os principais fatos e acontecimentos que contribuíram para o surgimento do município até então distrito do município de Santo Antônio da Patrulha. Este esteve entre os primeiros quatro municípios formados no Estado do Rio Grande do Sul cujo território de cada um era vasto.

Os desbravadores tinham pela frente a mata, tudo por fazer, além de enfrentar os ataques de povos indígenas. Os viajantes que se aventuravam atravessar esse território enfrentavam toda espécie de dificuldades, até que o governo imperial autorizar a criação do projeto de colonização, iniciando com o estabelecimento Colônia Militar de Caseros, um entreposto militar estratégico para preservar os tropeiros aos ataques e, ao mesmo tempo, aldear as populações indígenas. A princípio, dois aldeamentos foram insta-

lados: o de Santa Isabel e o de Pontão. No entanto, as dificuldades em administrar o vasto território, com distâncias enormes entre os distritos, a chegada de novos moradores, a maioria tropeiros de muares, foi doada uma área de terra para que se formasse um novo município.

A partir desses fatos deu-se início ao processo de fortalecimento da economia, ancorada na atividade tropeira e na pecuária bovina. A colonização efetiva do território da região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul foi fundamental para o desenvolvimento do município de Lagoa Vermelha. Posteriormente, ocorreu a migração gradual de população de origem italiana, dedicando-se ao setor madeireiro, posteriormente, durante o século XX, novos grupos sociais se estabelecem dedicando-se em ramos distintos da economia e da vida pública, integrando-se à sociedade com seus costumes e sua cultura.

Outros colonizadores e imigrantes se estabeleceram na região que viria a ser um distrito de Lagoa Vermelha, nominado simplesmente de “Capão”. O comércio interprovincial de muares para o centro do país, através do sistema tropeirista, continuou relevante, juntamente com a produção de gado bovino, consagrando-se ainda no início do século XX como a principal atividade econômica da região.

Com a crise e a conseqüente redução do comércio de muares para outras províncias, fortaleceu-se a venda desses animais, entre outras mercadorias, nas áreas de colonização italiana, na região da serra e no litoral norte do estado. Esse intercâmbio comercial foi fundamental para integrar social e culturalmente as diferentes regiões. A pecuária bovina cada vez mais se fortalecia e o município de Lagoa Vermelha acelerou seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Porém, nesse cenário ocorreu gra-

dativamente o processo de emancipação de várias localidades pertencentes ao território de Lagoa Vermelha.

Com o passar dos anos, ocorreu crescimento nos diversos setores da vida pública e privada, com destaque para o setor industrial, colocando em evidência o município como um dos principais polos moveleiros do estado. A agricultura mecanizada gradativamente ganhava espaço no território de Lagoa Vermelha e em áreas pertencentes ao distrito de Capão Bonito. As várias administrações do município deixaram seu legado com investimentos e realizações nas áreas da educação, saúde, esporte, cultura, lazer, obras, tanto na área urbana como na rural.

O território do distrito de Capão Bonito era uma região promissora, atrelado a uma economia em ascensão, fortalecida pela pecuária bovina e a produção agrícola, que, aos poucos, ganhava cada vez mais relevância. Esses fatores, especialmente a ascensão econômica do território e uma população que ansiava por melhorias e sucesso econômico, criaram as condições necessárias para que essa localidade se emancipasse política e administrativamente.

Formou-se, então, o município de Capão Bonito do Sul cuja economia encontrava-se em crescimento, fundamentada na pecuária bovina e na produção agrícola. Algumas famílias de colonizadores lusos, destacando a família Lima, juntamente com os imigrantes de diferentes grupos sociais, sobretudo de origem italiana, estabelecem-se no município dando sua contribuição para o crescimento e prosperidade do recém-criado município. Várias realizações se consolidaram ao longo das administrações municipais, concentrando investimentos no campo e na cidade. O comércio, a prestação de serviços, a pequena indústria e o serviço público fortalecem-se. A produção agrícola, a pecuária bovina e demais atividades do meio rural foram as bases econômicas. Ocorreram investimentos em diferentes áreas públicas e privadas.

Obras e assistência técnica aos produtores e criadores de gado faziam parte dos investimentos da administração pública. Na área da educação foram realizadas melhorias e ampliada a rede de ensino. A cidade evoluiu e muitas mudanças se consolidaram ao longo dos anos. No decorrer das administrações municipais diversos investimentos nas áreas da saúde, educação, esporte, lazer foram e continuam sendo fundamentais para o desenvolvimento do município.

A trajetória histórica de Capão Bonito do Sul foi e continua sendo construída com a contribuição e participação dos diferentes grupos sociais, desde os primeiros colonizadores que deram início ao processo de colonização até os novos moradores que ao longo dos anos consolidaram suas presenças. A cada mudança e transformação, a história foi sendo construída, novas tradições, novos hábitos e costumes foram sendo incorporados, compartilhados e assimilados, fazendo parte da formação da sociedade. Grupos étnicos se dedicaram em diferentes atividades tanto na área urbana quanto na rural. Todos os seus membros, tendo sua história particular, considerando valores, costumes, fazeres, integraram-se e estão produzindo a cultura local em interação com a dinâmica da sociedade maior; redefiniram hábitos, saberes, compartilharam experiências, conhecimentos, fundamentaram identidades. Por derradeiro, construíram a sua história, suas contribuições foram e continuam sendo relevantes e indispensáveis para tornar viável a formação de um município independente e em pleno desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Garcez de. *Evolução territorial de Lagoa Vermelha*. Passo Fundo: Méritos, 2008.

AMARANTE, Zeli Maria (Org.). *Raízes de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: EST, 1996. v.1.

ANDRADE, José Antônio de Andrade. Capão Bonito dos Pinhais. In: AMARANTE, Zeli Maria do (Org.). *Raízes de Lagoa Vermelha*. I Encontro dos Municípios Originários de Lagoa Vermelha. Porto Alegre: EST, 1996.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Lagoa Vermelha e sua história*. Lagoa Vermelha: Planalto. 1974.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Nova história de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: EST., 1981.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *Lagoa Vermelha – Distrito de Santo Antônio da Patrulha: crescimento e emancipação*. Porto Alegre: Edições Est, 1993. p. 90.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. O tropeirismo na formação do Sul. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND Ieda; REICHEL, Heloisa. *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

BARROSO, Véra Lucia Maciel; SANTOS, Maria Sgarbi (Org.). *Bom Jesus na rota do tropeirismo no cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.

BERKAI, D.; BRAGA, C. A. *500 anos de história da erva-mate*. Canoas: Cone Sul, 2000.

BREU, F. O gado bovino e sua influência sobre a antropogeografia do Rio Grande do Sul. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 466-467, 1953.

CAMPOS, Nazareno José de. Santa Catarina: tropas e tropeiros no trajeto litoral-planalto visto através dos relatórios dos presidentes da província. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi, BARROSO, Véra Lúcia Maciel. *Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERREIRA, Mariluci Melo. Campos de Cima da Serra: no “caminho das missões” surge Lagoa Vermelha. *Jornal Gazeta Popular*, Lagoa Vermelha, 5 maio 2001.

FLORES, Moacir. *Tropeirismo no Brasil*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.

FONSECA, P. C. D. *A reorientação da economia gaúcha na República Velha: a política econômica e os fundamentos dos conflitos políticos*. Porto Alegre: UFRGS, 1980. (Dissertação de mestrado).

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMACHI, Heloisa Heberle. *Casa de negócios: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: Educs, 2001.

HUYERELY, Nilza. Tropeirismo entre a serra e o litoral. In: RODRIGUES, Elusa Maria Silveira et al. (Org.) *Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2000.

JAQUES, Isabel Josefina Defavari; VOLPATO, Sirlei Ana Martini. *André da Rocha: de pouso de tropeiro a município*. Caxias do Sul: Educs, 1998.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

MACCARI JUNIOR, A.; SANTOS, A. P. R. O alimento erva-mate e a erva-mate em alimentos. In: MACCARI JUNIOR, A.; MAZUCHOWSKI, J. Z. *Produtos alternativos e desenvolvimento da tecnologia industrial na cadeia produtiva da erva-mate*. Curitiba: Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Erva-Mate do Paraná, 2000. p. 43-69.

MAESTRI, Mário. *História do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*. Passo Fundo: Ediupf, 2006.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafo-sul, 1975.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Episódios do ciclo do charque*. Porto Alegre: Edigal, 1987.

MATIAS, Lindon Fonseca; MASCARENHAS, Rúbia Gisele Tramountin. Culinária tropeira e suas potencialidades no turismo dos campos gerais do Paraná: uma análise dos municípios de Castro, Lapa e Tibagi. *Cultur – Revista de Cultura e Turismo*, Paraná, ano 2, n. 2, jul. 2008.

MELO, Ilvandro Barreto de; GRAU, Oscar Menna Barreto. *Churrasco de Lagoa Vermelha: a arte, o segredo, o seu tradicional preparo*. Passo Fundo: Passografic, 2017.

NEPOMUCENO, Davino Valdir Rodrigues. *História de Lagoa Vermelha, até o início do 3º milênio*. Porto Alegre: EST., 2003.

NEPOMUCENO, Davino Valdir Rodrigues; MORAES, Demétrio Dias de; LACERDA, Nelly Pinto. *Grande Lagoa Vermelha 1881-1981*. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, 1981. Paraná, Brasil, ano 2003.

PASINATO, R. *Aspectos etnoentomológicos, socioeconômicos e ecológicos relacionados à cultura da erva-mate (*Illex paraguariensis*) no município de Salto do Lontra*. Paraná, 2003. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agroecossistema) - Universidade de São Paulo. Pira-

cicaba - São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5293/00423974.pdf>>

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

PIARDI, Osmar. *Considerações sobre a BR 470*. Trabalho de pesquisa referente o trajeto dos tropeiros em Lagoa Vermelha. 2007.

POZZEBON, Maria Catarina Lima. *O caminho das tropas e a formação de Cruz Alta*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2002.

PRESTES, Lucinda Ferreira. *A vila tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba: aspectos socioeconômicos e arquitetura das classes dominantes (1750-1888)*. São Paulo: ProEditores, 1999.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio; POZENATTO, José Clemente (Org.). *Caminhos e passos: aspectos históricos e culturais da área da usina hidrelétrica Machadinho*. Caxias do Sul: Educs, 2001.

SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (Org.). *Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.

SANTOS, Maria Sgarbi, VIANNA, Maria Leda Costa; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: EST., 1995.

SANTOS, Miriam de Oliveira. *A imigração italiana para o Rio grande do Sul no final do século XIX*. 2006. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br>.

SELAIVE-VILLARROEL, Arturo. Manejo Ovino. In: SELAIVE-VILLARROEL, Arturo Bernado; OSÓRIO, José Carlos da Silveira (Org.). *Produção de ovinos no Brasil*. São Paulo: Roca, 2014.

SILVA, Nery Luiz Auler da. No norte do planalto, a ocupação do território e as primeiras fazendas. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST., 2004.

SILVA, Sueli Maria da. *Tropeirismo de porcos*. Porto Alegre, EST, 2007.

STRAFORINI, Rafael. *No caminho das tropas*. Sorocaba: TCM, 2001.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo; RESTITUTTI, Cristiano Corte. *Os muelles e as minas: relações entre a demanda mineira e o mercado de animais de carga nos séculos XVIII e XIX*, 2006. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/>>. p. 2.

TEDESCO, João Carlos. *Colonos, carreteiros e comerciantes*. Porto Alegre: EST., 2000.

TEDESCO, João Carlos. *De olho a balança! Comerciantes coloniais do Rio grande do Sul na primeira metade do século XX*. Porto Alegre: EST., 2008.

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio; JACOMELLI, Jussara. *Sírios e libaneses no Centro Norte do Rio Grande do Sul: imigração, memórias e representações (1890-1970)*. Passo Fundo: Acervus, 2020.

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. *Entre a espada, a cruz e a enxada: a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878)*. Erechim: All Print, 2018.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contratações no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

TRINDADE, Jaelson Bitran. *Os tropeiros*. São Paulo: Publicações e Comunicações, 1992.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *O comércio exterior do Brasil meridional*. Curitiba: CD, 1999.



Lagoa Vermelha

Capão Bonito do Sul

O livro nos oferece uma ampla visão sobre o antigo território de Lagoa Vermelha, nordeste do Rio Grande do Sul, sua fragmentação territorial e, no interior desta, o surgimento do município de Capão Bonito do Sul. É uma narrativa histórica que abarca uma dinâmica regional/local, mas em correlação com os processos sociais e econômicos do Brasil Meridional.



9 786581 266523